

ATA

43ª Reunião Ordinária do CNPC

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Data da reunião: 05/08/2025 06/08/2025	Horário: Das 9h às 18h Das 9h às 18h	Local: Formato Híbrido: Presencial: Ministério da Cultura, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º Andar, Sala 735, Brasília, DF Virtual: Microsoft Teams e transmissão ao vivo pelo YouTube (Dia 1 e Dia 2)
---------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Participantes

Nome	Representação	Contato (e-mail de contato oficial):
Ana Maltez	Confederação Nacional dos Municípios titular poder publico	cultura@cnm.org.br
André Luís Rocha	REGIÃO NORDESTE titular sociedade civil	maestroandrerocha@gmail.com
Caio Oliveira Callegari	Ministério da Educação- MEC	cgee@mec.gov.br
Carmen Brígida Negrão	REDE DE PRODUTORES CULTURAIS DE FOTOGRAFIA NO BRASIL titular sociedade civil	carmenbrigida@gmail.com
Ednilton Barreto (Shaolin)	REGIÃO NORDESTE titular sociedade civil	shaolinbarreto1@gmail.com
Elson Rocha	REGIÃO NORTE titular sociedade civil	elsonrocha@gmail.com
Fernanda Barbosa Adão	REGIÃO CENTRO-OESTE titular sociedade civil	fbarbosa.adao@gmail.com
Fernanda Santana Rabello de Castro	Instituto Brasileiro de Museus titular poder público	fernanda.castro@museus.gov.br
Francinete Santos Braga	Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas Tadeu Suplente sociedade civil	nete2010@yahoo.com.br
Geová Alves da Silva	Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas Tadeu Titular sociedade civil	paigeovasilva@hotmail.com
Gilcéia de Lurdes Souza	Representante de organizações da cultura popular indicada pela Confederação da União das	gilceiaculturapopular@gmail.com

	Federações de Capoeira do Brasil - UFCB Suplente sociedade civil	
Henilton Parente de Menezes	Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural	henilton.menezes@cultura.gov.br
João Michel Daniel Ferreira	REGIÃO SUDESTE titular sociedade civil	mferrabbiano@gmail.com
José Facury Helui	REGIÃO SUDESTE suplente sociedade civil	
Lais Helena Custódio Rodrigues Queiroz	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN	lais.queiroz@iphan.gov.br ; dafe@iphan.gov.br
Lucimar Marques	REGIÃO NORTE titular sociedade civil	lucimar.culturapopular@gmail.com
Luís Antônio Torelli	CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO titular sociedade civil	torelli@trilhaeducacional.com.br
Luiz Felipe Vitelli	REGIÃO CENTRO-OESTE titular sociedade civil	luizfelipevitellipeixoto@gmail.com; felipevitelli@gmail.com
Márcia Rollemberg	SCDC – Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural suplente poder público	gab.scdc@cultura.gov.br
Maria Fernandes Marighella	Fundação Nacional de Arte-FUNARTE	presidencia@funarte.gov.br; direcaoexecutiva@funarte.gov.br
Mariângela Ferreira Andrade	SEFLI -Secretaria de Formação, Livro e Leitura suplente poder público	sefli@cultura.gov.br mariangela.andrade@cultura.gov.br
Maurício Cândido da Silva	COMITÊ INTERNACIONAL DE MUSEUS suplente sociedade civil	maumal@usp.br
Michel Rocha Correia	IBRAM - <i>Chefe da Assessoria de Relações Institucionais</i>	asrel@museus.gov.br
Nelson Luiz Rigaud Mendes	Fundação Cultural Palmares titular poder público	nelson.mendes@palmares.gov.br
Nivaldo Jorge da Silva	Região Nordeste: Suplente sociedade civil	nivaldojorge7@gmail.com
Oswaldo Rosa da Silva - Júnior Xukuru	Culturas indígenas Suplente sociedade civil	xukuru.semidh@gmail.com
Paulo Leônidas de Barros	REGIÃO SUL titular sociedade civil	pauloleonidas@gmail.com
Roberta Cristina Martins	Secretaria de Articulação Federativa dos Comitês de Cultura- SAFCC e Presidente em Execício do CNPC	roberta.martins@cultura.gov.br

Thaynã Araújo Paes	Fernandes	REGIÃO titular sociedade civil	SUDESTE	paesthayna@gmail.com
COORDENAÇÃO-GERAL DO CNPC				
Lindivaldo Júnior	Oliveira	Diretor do Sistema Nacional de Cultura Secretário-Executivo do CNPC		lindivaldo.junior@cultura.gov.br
Daniel Balabram Samam)	Barbosa (Daniel	Coordenador Geral do CNPC – CGCNPCC		daniel.balabram@cultura.gov.br
Luísa Abbott		Coordenadora de Apoio aos Colegiados Setoriais – CGCNPCC		luisa.abbott@gmail.com
Diego Santoro		Chefe de Divisão do Conselho Nacional Política Cultural - CGCNPCC		diego.santoro@cultura.gov.br
Angélica Baggio Lago		Chefe de Divisão de Apoio aos Colegiados Setoriais		angelica.baggio@cultura.gov.br
Guilherme Rosa		Servidor – CGCNPCC		guilherme.rosa@cultura.gov.br
CONVIDADOS				
ADRYELLE MEDEIROS		Coordenadora de Dados Culturais da Coordenação-Geral de Informações e Indicadores Culturais da Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura		adryelle.arouche@cultura.gov.br
Aline Toffeti		Ouvidoria do Ministério da Cultura		ouvidoriaminc@cultura.gov.br
Carlos Beyrodt Neto	Paiva	Assessor Especial do Gabinete da Ministra de Estado da Cultura		carlos.paiva@cultura.gov.br
Fernanda Valls		Técnica de Suporte DAST		fernanda.valls@cultura.gov.br
João Pontes		Diretoria da Política Nacional de Cultura Viva		joao.pontes@cultura.gov.br
Jeferson Assunção		Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas		jeferson.assumcao@cultura.gov.br
Leonardo Lessa		Diretor Executivo FUNARTE		
Letícia Nery		Coordenadora-Geral de Governança Interna da Subsecretaria de Gestão Estratégica		leticia.nery@cultura.gov.br

Sebastião José Soares	Diretor de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares	sebastiao.soares@cultura.gov.br
Thiago Rocha Leandro	Diretoria de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios	thiago.rocha@cultura.gov.br

Pauta
<p>Dia 05/08 - Manhã (9h às 13h)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura da 43ª Reunião Ordinária do CNPC; • Verificação do Quórum; • Aprovação das atas: <ul style="list-style-type: none"> ○ 42ª Reunião Ordinária; ○ das seguintes reuniões extraordinárias: 14ª e 15ª de discussão e aprovação da minuta de projeto de lei do Plano Nacional de Cultura - PNC; • Leitura e Aprovação da Pauta da Reunião. • Estruturação do Sistema Nacional de Cultura - SNC <ul style="list-style-type: none"> ○ Apresentação da Comissão Intergestores Tripartite - CIT; ○ Informes acerca do Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura - PNC; ○ Apresentação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Dia 05/08 - Tarde (14h às 18h) - Políticas e Planos Setoriais

- Política Nacional de Culturas Tradicionais e Populares, Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC);
- Política Nacional de Livro e Leitura, Secretaria de Formação, Livro e Leitura (SEFLI);
- Brasil das Artes, uma Política Nacional, Fundação Nacional das Artes (FUNARTE).

- **Reestruturação do CNPC**

Dia 06/08 – Manhã e Tarde (9:30 às 18h)

- **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura;**
 - Linhas Indutórias;
 - Ações Afirmativas;
 - Participação Social: Apresentação do material, Cartilha e Tutorial de Participação Social na aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura;
 - Balanço da Adesão e da Aferição;
 - Apresentação da Ouvidoria acerca da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; (Apresentação do fluxo de demandas acerca de denúncias e irregularidades acerca da PNAB - Como é tratada e como é acompanhada - elementos numéricos, tabulação da política).

- Encaminhamentos finais.

Relato dos assuntos tratados na Reunião

Sumário

1.	PRIMEIRO DIA.....	7
1.1	Abertura, Temas Preliminares e Aprovação da Pauta.....	7
1.2	Aprovação da Atas.....	9
1.3	Estruturação do SNC: Apresentação sobre a CIT – Comissão Intergestora Tripartite.....	10
1.4	Estruturação do SNC: PL do Plano Nacional de Cultura	15
1.5	Informes dos Conselheiros.....	18
1.6	Estruturação do SNC: Apresentação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.....	19
1.7	Apresentação da Política Nacional de Culturas Tradicionais e Populares, Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC);	24
1.8	Política Nacional de Livro e Leitura, Secretaria de Formação, Livro e Leitura (SEFLI)	30
1.9	Brasil das Artes, uma Política Nacional, Fundação Nacional das Artes (FUNARTE).	33

2.	SEGUNDO DIA.....	38
2.1	Reformulação do CNPC.....	86
2.2	Informes dos Conselheiros.....	89
2.3	Aprovação da Ata.....	89
2.4	Participação Social: Apresentação do material, Cartilha e Tutorial de Participação Social na aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura	89
2.5	o Apresentação da Ouvidoria acerca da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura..	92
2.6	Informes e Moções	105
2.7	Apresentação de João Pontes, Diretor da Política Nacional de Cultura Viva, Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.....	111
2.8	Apresentação de Carlos Paiva, Assessor Especial da Ministra: Programas Nacionais Aldir Blanc.	116
2.9	Informes e Moções	122
2.10	Apresentação do Material sobre Participação Social na Política Nacional Aldir Blanc.....	124

1. PRIMEIRO DIA

Dia 05/08 - Manhã (9h às 13h)

1.1 ABERTURA, TEMAS PRELIMINARES E APROVAÇÃO DA PAUTA

A Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura, **Roberta Cristina Martins**, assumiu a presidência da reunião e deu início à 43ª Reunião Ordinária do CNPC. Ela saudou os presentes e fez um registro especial, enviando uma vibração positiva à filha da conselheira **Adriana Dutra** (SESC), que passava por um problema de saúde.

O Coordenador-Geral, **Daniel Barbosa Balabram (Daniel Samam)**, verificou o quórum, confirmando a presença de **22 conselheiros**, sendo **13 da sociedade civil** e **9 do poder público**.

Por sugestão da Presidente Roberta e indicação da conselheira Fernanda Adão, o conselheiro **Oswaldo Rosa da Silva (Júnior Xukuru)** passou a compartilhar a presidência do Conselho. Na presidência, o Conselheiro pediu aos demais que se levantassem e fez uma celebração de abertura oriunda de sua comunidade, pertencente aos povos originários. Em seguida, fez a leitura da pauta da reunião.

O conselheiro Thaynã solicitou a inclusão na pauta de alguns pontos que informou já ter enviado por e-mail: a deliberação sobre a metodologia de construção de metas do PNC, o cronograma de regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e um informe sobre o plano de carreira dos servidores da cultura. Ele também questionou a ausência da Ministra da Cultura, que é a presidente do CNPC, e a ausência desses temas na pauta da reunião.

Após a abertura, a Conselheira **Gilcélia de Lurdes Souza** fez um pedido de relato de dois minutos para cada conselheiro sobre a situação em suas respectivas regiões. A Conselheira realizou sua autodescrição, informando ser uma mulher de cabelos pretos presos, pele branca e vestindo uma camisa verde em homenagem a **Oliveira Silveira**, mestre das culturas populares do Rio Grande do Sul. Em seguida, a Conselheira informou que gostaria de se somar à pauta sugerida pelo Conselheiro **Thaynã Paes** e solicitou um momento para relatar questões referentes à Lei Rouanet no Rio Grande do Sul, em especial a “Rouanet Emergencial RS”, e a situação da capoeira, ressaltando a necessidade de abordar o tema na presença do Iphan e da Fundação Palmares.

O Conselho deu prosseguimento à pauta, sendo a palavra concedida à representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Laís Queiroz. Em sua fala explicou que o texto, resultado de um grupo de trabalho intraministerial, continha as linhas gerais e diretrizes da política, mas não era uma minuta de instrumento legislativo. Informou que o documento foi encaminhado para o e-mail do CNPC e também encaminharia para o grupo de WhatsApp para garantir que todos os conselheiros tivessem acesso às informações.

Em seguida, o Conselheiro Caio Oliveira Callegari fez sua auto-descrição, identificando-se como um homem branco, com cabelo castanho e curto, vestindo uma camisa branca. Ele se apresentou pelo nome de Caio, e expressou sua gratidão pela acolhida no Conselho, além de agradecer à secretaria pela

disponibilização das atas e da minuta do projeto de lei do Plano Nacional de Cultura. O Conselheiro questionou o status do projeto de lei do PNC e se ainda seria possível para os novos membros do Conselho apresentarem sugestões de texto para o documento, buscando saber qual seria o procedimento adequado para tal contribuição.

A Presidente RobertaMartins esclareceu o status do projeto de lei do Plano Nacional de Cultura (PNC), informando que o texto-base, que já havia sido votado pelo conselho, foi encaminhado à Casa Civil e se encontra em apreciação e em diálogo com o Congresso. Em seguida, a Secretária propôs uma alteração na pauta, sugerindo que os informes dos conselheiros fossem realizados antes dos encaminhamentos finais, no último dia de reunião, para que pudessem ter maior aproveitamento.

A Conselheira Gilcéia de Lurdes Souza contrapôs, sugerindo que fosse realizada uma rodada de informes ao final do primeiro dia, com a presença dos representantes do governo, a fim de garantir a agilidade nas respostas e encaminhamentos. A Conselheira Carmen Brígida Negrão apoiou a proposta de não acumular os informes, e sugeriu a divisão da pauta em blocos. A Presidente RobertaMartins acatou as propostas, definindo quatro momentos para os informes: o primeiro, após a aprovação da ata; o segundo, após a discussão sobre a estruturação do Sistema Nacional de Cultura; o terceiro, no final do dia, após as políticas setoriais; e o quarto, no dia seguinte, após a pauta de política nacional de fomento à cultura.

Na sequência, o Conselheiro Júnior Xukuru solicitou a inclusão de um ponto na agenda para que o conselho pudesse demonstrar apoio ao "Acampamento das Mulheres Indígenas". A Presidente RobertaMartins acolheu a sugestão e designou o Conselheiro Júnior Xukuru e Luísa Abbot, da equipe da Secretaria, para que articulassem a visita e propusessem um horário, a fim de que os conselheiros pudessem comparecer e demonstrar seu apoio às lideranças indígenas presentes.

O Conselheiro Thaynã Paes manifestou-se a respeito do cronograma de regulamentação do Sistema Nacional de Cultura. A Presidente RobertaMartins explicou que o tema seria tratado na pauta já existente sobre a "Estruturação do Sistema Nacional de Cultura", que abrangia nove componentes, incluindo o Plano Nacional de Cultura, o Conselho, os órgãos gestores, e o sistema de financiamento. O Conselheiro Thaynã Paes pediu que ficasse explícito na pauta a discussão sobre o cronograma de regulamentação do SNC, solicitação que foi prontamente atendida pela Secretária.

O próximo ponto levantado pelo Conselheiro Thaynã Paes foi sobre o Plano de Carreira dos servidores. Ele recordou que o Conselho já havia enviado uma moção ao MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) há quase um ano, e ressaltou que os servidores reclamavam da falta de diálogo, mencionando que o Ministério do Meio Ambiente havia tido sucesso em aprovar o seu plano. A Presidente RobertaMartins reafirmou que a questão era de competência do MGI, mas sugeriu que o Conselho formalizasse uma nova consulta e pediu um voluntário para redigir o texto do ofício.

O Conselheiro Thaynã Paes ainda expressou seu sentimento de não se sentir plenamente contemplado nos encaminhamentos, destacando a falta de um

espaço para deliberações sobre a metodologia de construção de metas do PNC e a necessidade de um espaço formal para moções, que, apesar de aprovadas, não estariam sendo disponibilizadas no site do CNPC. A Presidente Roberta Martins esclareceu que as moções seriam tratadas nos encaminhamentos finais da reunião e se comprometeu a verificar a situação da página do CNPC para que as moções fossem devidamente publicadas. Após as discussões, foi aprovado o prosseguimento da pauta.

1.2 APROVAÇÃO DA ATAS

O ponto da pauta referente à aprovação das atas foi iniciado pela Presidente Roberta Martins, que solicitou o apoio do Coordenador-Geral do CNPC, Daniel Balabram, para conduzir o debate. Daniel iniciou sua fala contextualizando a aprovação das atas da 42ª Reunião Ordinária, bem como das 14ª e 15ª reuniões extraordinárias, todas enviadas aos conselheiros. Ele destacou que a Conselheira Fernanda Adão havia feito um apontamento específico, solicitando o registro de seu voto na íntegra na ata da 15ª reunião extraordinária, e que a solicitação havia sido acolhida.

O Coordenador-Geral explicou que, regimentalmente, as atas, conforme a Portaria nº 38, são documentos sucintos que devem conter três pontos principais: a presença dos participantes, os encaminhamentos e as moções. Ele ressaltou que as atas não são transcrições literais das reuniões, mas sim um resumo dos pontos centrais discutidos. Em seguida, a palavra foi concedida ao Conselheiro Thayná Paes, que havia solicitado a palavra.

O Conselheiro Thayná Paes expressou a sua insatisfação com a forma como as atas são redigidas. Ele argumentou que as atas não refletem as críticas e os posicionamentos contrários dos conselheiros. O Conselheiro afirmou que a leitura dos documentos não permite que se compreenda "a luta do conselho", e que tudo parece "estar bem", o que, em sua visão, prejudica a transparência do trabalho. O Conselheiro Thayná Paes declarou que não aprovava as atas e solicitou que, para a sua aprovação, fossem anexadas a elas as notas taquigráficas ou as transcrições completas das reuniões, a fim de que os leitores pudessem ter acesso à integralidade dos posicionamentos e compreender o contexto de cada discussão.

A Conselheira Gilcéia de Lurdes Souza reforçou o posicionamento de Thayná Paes, declarando que não haveria como aprovar as atas na sua forma atual, principalmente para os representantes da sociedade civil, que precisam de um documento que reflita a totalidade das discussões. Ela argumentou que as atas, sendo resumos de resumos, não capturam as críticas e os pontos de vista da sociedade civil, o que prejudica a transparência e impede que os eleitores e a população em geral saibam o que os conselheiros estão defendendo. A Conselheira Gilcéia lembrou que o tema já havia sido debatido em quatro reuniões anteriores e que uma comissão composta por ela, Carmen e Fernanda já havia feito considerações sobre o assunto, defendendo que a transcrição completa é necessária e que as atas devem ser publicadas no site do CNPC, conforme aprovado anteriormente pelo pleno. Por fim, Não aprovou as atas 14 e 15 das reuniões extraordinárias e se absteve de votar a ata da 42ª reunião

ordinária pois não estava presente (respondendo pela titularidade e sim Mestre Gavião).

Em resposta, o Coordenador-Geral do CNPC, Daniel Balabram, defendeu a atual metodologia. Ele explicou que o regimento interno não prevê atas como transcrições literais, mas sim como documentos sucintos que registram a presença, os pontos de pauta e os encaminhamentos. O Coordenador-Geral Daniel enfatizou que a transparência é garantida pela transmissão integral das reuniões no YouTube, cujos links estão à disposição de todos.

A Presidente RobertaMartins interveio, agradecendo a argumentação de Daniel e reconhecendo a legitimidade da preocupação dos conselheiros. Ela concordou que as atas são uma peça de estudo importante e que o incômodo dos conselheiros não deveria ser minimizado. A Secretária propôs, então, que o conselho retomasse a discussão sobre a metodologia de redação das atas para encontrar uma forma alternativa de registro, e pediu a aprovação de todos para que uma solução concreta fosse buscada para as atas da 14ª e 15ª reuniões, em especial.

A Conselheira Fernanda Barbosa Adão, representante da sociedade civil da região Centro-Oeste, fez sua autodescrição e defendeu a importância das atas como um documento de registro e fiscalização. Ela questionou se, em caso de denúncia a órgãos de fiscalização, estes procurariam as falas no YouTube, e afirmou que a ata é a única forma de registrar formalmente o que a sociedade civil demanda. A Conselheira Fernanda citou o Artigo 27 do regimento interno, que estabelece que as atas devem "retratar as discussões". Ela criticou a síntese do governo, que prioriza os encaminhamentos executivos, e não as defesas da sociedade civil, e lembrou que já havia solicitado o registro de sua fala na íntegra na 15ª reunião. A Conselheira encorajou os demais membros da sociedade civil a, em caso de denúncia ou defesa, solicitar explicitamente que seu registro seja feito *ipsi litteris* na ata.

A Presidente RobertaMartins agradeceu a intervenção "potente" de Fernanda e reiterou que o conselho iria reavaliar a metodologia de redação das atas, pedindo que o grupo seguisse com o próximo ponto da pauta. Ela finalizou seu discurso ressaltando a importância do momento político de defesa da democracia brasileira e do papel do conselho como uma instituição forte e comprometida com as falas da sociedade.

1.3 ESTRUTURAÇÃO DO SNC: APRESENTAÇÃO SOBRE A CIT – COMISSÃO INTERGESTORA TRIPARTITE

Em seguida, a Presidente RobertaMartins introduziu o próximo ponto de pauta: a Comissão Intergestora Tripartite (CIT). Ela convidou os consultores da Secretaria de Articulação e Fomento, Cecília e Vítor, para realizarem a apresentação sobre o tema. A Secretária informou que precisaria se ausentar por um breve período e que a presidência seria assumida interinamente pelo Conselheiro Júnior Afro.

O Secretário-Executivo do CNPC Júnior Afro interveio para esclarecer que os consultores Cecília e Vítor já haviam participado de uma reunião anterior e estavam auxiliando no processo de regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Ele enfatizou que a regulamentação é um processo contínuo e

não um ato único, e que a CIT é uma das normativas que compõem esse processo, o qual se inicia com debates e a subsequente construção de normativas.

A consultora Cecília iniciou sua apresentação com uma autodescrição. Ela explicou que a regulamentação do SNC é um processo que remonta a antes de 2012, quando foi constitucionalizado, e que a Lei 14.835 trouxe várias disposições, mas ainda há pontos que precisam de regulamentação. Ela definiu o SNC como um processo de gestão de políticas públicas de cultura, que inclui a União, estados, municípios e o Distrito Federal. A consultora destacou que a descentralização e a participação são os pilares fundamentais do SNC, sendo a participação social primordialmente no CNPC, e a pactuação entre os entes federados ocorrendo na Comissão Intergestora Tripartite (CIT). Ela ressaltou que a CIT, portanto, é o local de pactuação e ajuste entre os três níveis da federação.

O consultor Vítor fez sua autodescrição e deu prosseguimento à apresentação, traçando um paralelo entre o SNC e o SUS (Sistema Único de Saúde). Ele ressaltou as singularidades do SNC, mas defendeu que se deve "beber da fonte" de sistemas que já construíram estruturas importantes. O consultor explicou a distinção entre a função do Conselho, que é uma arena de debate e deliberação entre governo e sociedade, e a função da CIT, que é um espaço de cogestão para negociação e acordos entre os níveis de governo sobre aspectos operacionais. Vítor mencionou exemplos de como as CITs operam em outros sistemas como o SUS e o SUAS, e apresentou a proposta de composição para a CIT do SNC, que seria semelhante à do SUAS, com representantes de todas as regiões brasileiras. Ele também citou fontes de estudo para a regulamentação, incluindo a legislação vigente, regulamentos de outras comissões, o histórico de debates da sociedade civil, a documentação do Ministério da Cultura e a produção acadêmica. Ao final, Vítor apresentou uma proposta de texto para o decreto de criação da CIT e exemplificou os tipos de pactuações que poderiam ocorrer, como o planejamento regional, a partilha de recursos e a padronização de dados.

O Conselheiro Júnior Xukuru abriu o espaço para perguntas e comentários. A primeira a se manifestar foi a Conselheira Gilcéia de Lurdes Souza, que parabenizou a apresentação de Cecília e Vítor, e ressaltou que, mesmo com toda a complexidade do assunto, eles conseguiram traduzir as informações de forma clara e acessível. A Conselheira Gilcéia fez um apelo para que a linguagem fosse mantida simples, a fim de que o "fazedor de cultura" e a população em geral pudessem entender o processo. Ela questionou como a população e os produtores culturais podem se engajar para que seus municípios façam parte do Sistema Nacional de Cultura e tenham sua estrutura vinculada aos fóruns estaduais e nacionais, de forma a garantir a representatividade da base. Na sequência, o Conselheiro José Facury fez sua observação, centralizando-a no Fundo Municipal de Cultura. Ele destacou que, apesar de os conselhos e os planos de cultura estarem em andamento nos municípios, os fundos estão defasados, funcionando apenas como "fachadas". O Conselheiro Facury argumentou que os fundos municipais são "vinculados", pois o prefeito precisa autorizar o processo, o que contraria a dinâmica de autonomia que deveriam

ter, e se torna apenas mais uma etapa burocracia, e não um instrumento de gestão.

A Conselheira Carmen Brígida Negrão questionou o motivo pelo qual a composição da CIT prevê a participação de fóruns de secretários municipais e estaduais, e não de conselhos. Ela destacou que os conselhos têm um papel mais formal e de fiscalização e deliberação, enquanto os fóruns são mais espaços de debate.

O Conselheiro Caio Oliveira Callegari trouxe a experiência do setor da Educação, onde existe uma Comissão Intergovernamental para o FUNDEB, que se relaciona com o Conselho Nacional de Educação e com o Fórum Nacional de Educação, que representa a sociedade civil. Ele sugeriu que a CIT da cultura não seja apenas um órgão de assessoramento, mas que tenha poder de deliberação para que os estados e municípios vejam valor na sua participação. O Conselheiro Caio finalizou sua fala com uma sugestão, pedindo que o regulamento da CIT incluísse quais seriam os elementos a serem deliberados, especialmente os que se referem ao financiamento.

A Presidente Roberta Martins, que havia retornado à reunião, pediu ao Conselheiro Caio que explicasse as diferenças entre a composição do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do CNPC, para que todos pudessem entender as nuances entre um conselho com participação social e outro com membros escolhidos pelo Presidente da República. O Conselheiro Caio explicou que o CNE tem uma estrutura com câmaras técnicas cujos membros são indicados por instituições, mas a escolha final é do Presidente da República, o que o diferencia do modelo do CNPC.

O Conselheiro Thaynã Paes agradeceu a apresentação de Cecília e Vítor e alinou-se aos comentários de Carmen Brígida Negrão e Caio Oliveira Callegari. Ele reforçou a proposta, já debatida em reuniões anteriores, de criar uma comissão interconselhos tripartite, que funcionaria junto ou separadamente da CIT, e que seria de grande importância para o diálogo entre os conselhos nos três níveis de governo. O Conselheiro Thaynã questionou qual seria a previsão de publicação do texto de regulamentação da CIT, a forma como a sociedade civil poderia contribuir, e o status da câmara temática sobre o Sistema Nacional de Cultura, que ainda não havia sido convocada.

O Conselheiro Shaolin Barreto fez sua autodescrição, identificando-se como um homem de pele parda, cabelo e barba ralos, usando óculos e uma blusa laranja. Ele contextualizou a discussão, mencionando que a reunião era a antepenúltima da atual composição do conselho, e expressou o desejo de que o grupo pudesse preparar um terreno melhor para a próxima gestão. Em sua fala, o Conselheiro Shaolin concordou com o Conselheiro Caio sobre a necessidade de a CIT ter poder de deliberação, e não apenas de assessoramento. Ele utilizou um exemplo prático de como a comissão poderia atuar na implementação de metas, como a de ampliação de orçamento. O Conselheiro Shaolin fez um apelo para que o Ministério da Cultura promova um momento de debate com a comissão intergestora no âmbito do CNPC, a fim de fortalecer o diálogo com as gestões, que, com exceção da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), têm tido pouca representação nas reuniões.

Em resposta, a consultora Cecília explicou que a Lei 14.835, publicada no ano anterior, estabeleceu uma nova forma de adesão ao Sistema Nacional de Cultura, com duas categorias: adesão plena e provisória. A adesão plena exige que o ente federativo assine um termo, tenha uma lei de sistema, e possua o Conselho, o Plano e o Fundo de Cultura, o chamado "CPF". Além disso, os estados precisam ter uma comissão intergestora bipartite, que é um espaço de pactuação entre o estado e seus municípios. A adesão provisória, por sua vez, exige a assinatura do termo, a existência do "CPF" e a apresentação de um plano de trabalho para alcançar a adesão plena. A consultora Cecília ressaltou que a CIT tem um papel primordial na pactuação e no estímulo a esses entes para que eles consigam aderir ao sistema.

O consultor **Vítor** iniciou sua fala respondendo às questões levantadas, iniciando pelas observações do Conselheiro **Shaolin Barreto**. Ele explicou que a equipe de consultoria tem estudado as comissões intergestoras em âmbito nacional, como as do Mato Grosso e do Acre, e que elas se mostram como espaços importantes de troca de experiências e de busca de soluções jurídicas e legislativas. Em seguida, o consultor respondeu à Conselheira **Carmen Brígida Negrão**, esclarecendo que os fóruns de secretários mencionados, a exemplo do SUS e do SUAS, são organizações da sociedade civil sem fins lucrativos com alto grau de institucionalização. Por fim, **Vítor** comentou a fala do Conselheiro **Caio Oliveira Callegari** e confirmou que a equipe está estudando a Comissão Intergovernamental do FUNDEB para usar como referência na construção da CIT, e acolheu a sugestão do Conselheiro **Thaynã Paes** sobre a criação de uma comissão interconselhos, informando que a ideia será considerada durante a regulamentação.

O Secretário-Executivo do CNPC **Júnior Afro** fez um comentário final, destacando a importância da tranquilidade de **Cecília** e reforçando que o processo de regulamentação é gradual. Ele explicou que a presença dos fóruns de gestores na comissão intergestora já é uma previsão legal. O Secretário-Executivo do CNPC **Júnior Afro** defendeu a necessidade de um diálogo contínuo entre a Comissão Intergestora (o espaço de pactuação dos gestores) e o CNPC (o espaço de pactuação com a sociedade civil). Ele ressaltou ainda o desafio de criar uma CIT, e informou que atualmente apenas dois estados (Acre e Mato Grosso) possuem comissões intergestoras bipartites, que são o espaço de pactuação entre o governo estadual e os municípios. O Conselheiro concluiu que o Ministério tem se esforçado para estimular a criação dessas comissões, o que é um passo fundamental para a estruturação do Sistema Nacional de Cultura como um todo.

A Presidente **Roberta Martins** retomou a palavra para reforçar a importância da Comissão Intergestora Tripartite (CIT) para a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Ela enfatizou que a CIT, como instância de pactuação entre os entes federados, será essencial para que se constitua uma proposta sólida e concreta para a estruturação sistêmica e federativa do setor. A Secretária ressaltou a importância do CNPC como órgão formulador nesse processo e propôs a realização de uma oficina ou um momento formativo sobre o SNC para que os conselheiros possam ter uma compreensão coletiva e aprofundada sobre as questões do sistema. A Presidente **Roberta** ainda acolheu

a sugestão da criação de uma instância de encontro periódico entre os conselhos, afirmando que a proposição poderia ser incorporada ao regimento do CNPC.

A Presidente **Roberta Martins** também expressou sua preocupação com a pouca presença dos conselheiros governamentais nos debates do CNPC, e pediu à sua equipe que converse com os representantes dos entes federados, sensibilizando-os para a importância da participação cotidiana no Conselho. Ela finalizou seu discurso com três proposições: a primeira, de se criar um momento de encontro entre o CNPC e a CIT para a discussão de pautas nacionais; a segunda, de a câmara temática do conselho acompanhar de perto o trabalho dos conselheiros; e a terceira, de se buscar um convencimento dos fóruns estaduais e municipais para que participem de forma mais presente no conselho.

O Conselheiro **Thayná Paes** voltou a questionar a Presidente **Roberta Martins** sobre o prazo e a forma de participação da sociedade civil na construção do texto de regulamentação da CIT. Em resposta, a Secretária agradeceu a proposição de criação de uma comissão interconselhos, e explicou que a regulamentação é um processo complexo, que depende de decretos presidenciais e de portarias internas. Ela informou que o Ministério está trabalhando em três decretos: um sobre governança, um sobre a CIT e outro sobre o CNPC. Ela finalizou reiterando sua proposta de se realizar um momento formativo para que os conselheiros possam compreender as necessárias pactuações e a realidade da estruturação do Sistema Nacional de Cultura.

O Conselheiro **Thayná Paes** pediu a palavra para manifestar sua surpresa e preocupação com a informação de que a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) não ocorreria por meio de um único decreto, mas sim por decretos isolados, como o da CIT e o da reestruturação do CNPC. Ele expressou a crença de que um instrumento único seria mais eficaz para a compreensão da sociedade e dos gestores. O Conselheiro questionou quando a câmara temática, criada para este trabalho, se reuniria e de que forma a sociedade civil poderia incidir diretamente no texto dos decretos, uma vez que, em sua experiência, as contribuições frequentemente não são acolhidas.

A Presidente **Roberta Martins** agradeceu a oportunidade de discutir a metodologia de regulamentação da lei. Ela explicou que, devido à grande complexidade da Lei do Plano Nacional de Cultura, a opção foi criar decretos distintos para cada componente, incluindo um decreto de governança que abrange outros elementos não regulamentados por decreto, como o Plano Nacional de Cultura. A Secretária reconheceu que o processo é complexo e não se trata de uma divergência entre a sociedade civil e o governo, mas de um desafio técnico que precisa ser desvendado em conjunto. Ela reforçou a importância de um momento de conversa mais aprofundada para que todos os conselheiros possam compreender esses mecanismos.

A Conselheira **Carmen Brígida Negrão** solicitou um esclarecimento sobre o grupo da sociedade civil nomeado em portaria para atuar na formulação do Sistema Nacional de Cultura. Ela questionou quando a primeira reunião desse grupo ocorreria.

Em seguida, a Conselheira Gilcéia parabenizou o Secretário-Executivo do CNPC Júnior Afro e sua equipe pelo trabalho, em especial pela condução das lives. Ela também elogiou as formações para gestores oferecidas pelo Ministério especialmente na plataforma “ESCULT”, além do Sebrae, afirmando que ela mesma tem participado ativamente desses cursos.

A consultora Cecília fez um breve comentário, ressaltando que a regulamentação do SNC envolve a elaboração de diversas normas, como decretos, portarias e leis, e que o excesso de regulamentação pode prejudicar o dinamismo do sistema.

Em seguida, o consultor Vítor complementou a fala, explicando que o grande desafio da regulamentação é encontrar um equilíbrio que garanta a flexibilidade do sistema, e sugeriu que muitas questões podem ser avançadas por meio de procedimentos e orientações, sem a necessidade de atos normativos formais. Respondendo à Conselheira Carmen Negrão, o Secretário-Executivo do CNPC Júnior Afro admitiu que a reunião com o grupo ainda não havia sido realizada, mas reconheceu a urgência da pauta. Ele propôs que, ao término da reunião, os membros da Câmara se reunissem para pactuar uma data.

1.4 ESTRUTURAÇÃO DO SNC: PL DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

A Presidente Roberta **Martins** deu início ao próximo ponto de pauta com a leitura de um informe sobre o andamento do projeto de lei do Plano Nacional de Cultura (PNC). O texto lido, de autoria da Secretaria de Gestão Estratégica, foi registrado em ata de forma literal:

" O texto final aprovado pelo CNPC foi enviado à Casa Civil em maio e desde então passou pela Secretaria Especial de Análise Governamental, pela Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, pela legística, que coloca o texto do PL no formato jurídico correto, e se encontra atualmente em análise pela Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil e ainda será analisado pela Secretaria de Relações Interinstitucionais, SRI. É importante frisar que não estão ocorrendo reuniões e que todas essas análises estão sendo feitas, realizadas internamente pela Casa Civil e que acompanhamos o andamento por meio de e-mail correspondência para avaliarmos qual o status da análise e encaminhamento processual. Assim que tivermos uma adição final do projeto de lei analisada pela Casa Civil, todas as suas etapas, compartilharemos com o CNPC. O presidente deve assinar o texto do PL ainda no mês de agosto, seja possível. Faremos uma série de audiências públicas a serem realizadas no Congresso, em que contamos com a participação do Conselho Nacional de Política Cultural. Faremos ainda uma oficina online de metas com o CNPC no início de setembro, conforme pactuamos em nossa última reunião. Ressaltamos que nossa agenda atrasou devido aos procedimentos e ritos processuais da Casa Civil e colocamos à disposição a Secretaria de Gestão Estratégica. Aqui estão contidos o cronograma próximo, o andamento e o status do projeto de lei."

Após a leitura, a Presidente Roberta **Martins** propôs o envio do documento lido aos conselheiros, para que todos tivessem acesso às informações de forma organizada e para que o cronograma futuro fosse compartilhado de maneira clara.

O Conselheiro Thaynã Paes iniciou sua fala questionando a ausência de Letícia Schwarz, responsável pela SGE, e o porquê de ela não estar presente para dialogar com o Conselho. Ele expressou surpresa e preocupação com o fato de o projeto de lei do PNC estar parado na Casa Civil desde maio, mesmo tendo sido tratado como uma questão de "extrema urgência" que deveria ser concluída antes do recesso do Congresso. O Conselheiro Thaynã lembrou que o Conselho precisou intervir para garantir uma reunião extra para a apresentação do documento. Ele também questionou o andamento da comissão de acompanhamento com a Casa Civil, que contava com a participação da Conselheira Fernanda Adão e de outro membro, e que, segundo ele, não tem dado o devido retorno. Por fim, o Conselheiro Thaynã Paes manifestou sua insatisfação com o fato de que os delegados eleitos nas conferências, que haviam sido convidados a participar do processo de elaboração do Plano, continuam sendo ignorados pela SGE (Secretaria de Gestão Estratégica). O Conselheiro **Júnior Xukuru** manifestou seu apoio ao posicionamento de **Thaynã Paes** e informou que a ausência de **Letícia** se devia a um problema familiar. Ele expressou a esperança de que a questão pessoal fosse resolvida e que ela pudesse retornar para dar os devidos esclarecimentos na reunião da tarde ou do dia seguinte.

A Presidente Roberta Martins fez uma intervenção, solicitando que sua fala fosse registrada em ata de forma literal:

“Primeiramente, sou Secretária Nacional de Articulação Federativa e Comitês de Cultura e estou dando um informe sobre o Plano Nacional. O governo federal está dando um informe sobre o processo. Acabei de colocar o status, de falar o status para mandar para vocês e vai constar em ata o status do andamento do Plano Nacional de Cultura. Acredito que o acompanhamento está sendo mais do que feito pela comissão de acompanhamento, mas sim em conjunto com todos os conselheiros. Eu acho que isso é bastante válido e bastante importante que a gente tenha a fala do andamento processual. É um processo que caminha na análise de técnicos do Estado brasileiro acerca dos procedimentos da legislação que vai ser encaminhada ao Congresso Nacional.

A segunda questão é em relação ao momento político em que nós estamos. É óbvio que para nós, do Ministério da Cultura, existe toda a necessidade da votação do Plano Nacional de Cultura no Congresso Nacional, mas eu acredito também que o conjunto das pessoas que nos ouvem e das pessoas que estão aqui acompanhe o momento político nacional nos últimos tempos e as dificuldades que hoje a política nacional e o Brasil se encontram numa questão muito concreta de afirmação da identidade nacional, de afirmação da soberania nacional, e que tipo de questão nós estamos enfrentando no Brasil de hoje.

Este governo conta com o diálogo com o Congresso. Não é segredo para ninguém que hoje o governo federal encontra caminhos de reformulação da sua atuação junto com o Congresso, de relação junto às comissões. É preciso que este conselho também olhe para a composição da comissão de cultura da Câmara, qual é a composição da comissão de cultura do Senado Federal e que também compreenda e traga para nós uma visão assertiva na relação com o andamento de pautas essenciais, de pautas legislativas essenciais, no andamento da política nacional de cultura no Brasil.

Nós temos algumas pautas, algumas delas que ainda não apareceram como discussão e que são essenciais a este momento político da política nacional de cultura. Uma delas é a questão do VoD (Video on Demand). Eu gostaria de trazer aqui para este plenário. É necessário que este plenário fale sobre a pauta legislativa, em especial o esforço que tem sido feito na estruturação de uma proposição concreta para ser aprovada e conversada com o Congresso Nacional, o que é extremamente difícil porque dialoga com demandas internacionais e das Big Techs.

Eu traria uma segunda questão: a necessária discussão sobre o que a gente debate hoje em relação à inteligência artificial, que é uma pauta mundial, ambas as duas, e a terceira sobre os direitos conexos, direitos de autor que também dialoga com as bibliotecas, e este é o momento político que nós estamos enfrentando.

A nossa pauta legislativa e a defesa do Ministério da Cultura, da base do governo do presidente Lula, com o governo e com a pauta legislativa é inequívoca. Nós construímos uma relação extremamente positiva com o Congresso Nacional, seja no momento de emergência, onde quase todo o Congresso Nacional se colocou a nosso favor do setor cultural vindo nos socorrer, mas sobretudo na articulação de pautas que são centrais na discussão da soberania nacional. Temos uma pauta legislativa extremamente pesada e eu pediria para que a gente colocasse qual é a pauta legislativa da cultura nacional na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Cultural, adensando, além da do Plano Nacional, as questões do VoD, a questão dos direitos conexos e a questão da lei que é referente à inteligência artificial.

Eu acho que esta é uma fala que faço enquanto secretária e enquanto presidente substituta deste Conselho Nacional de Política Cultural, mas quero trazer à luz também a responsabilidade que temos para uma discussão mais ampla sobre a pauta legislativa. Sim, Thaynã, temos todo o compromisso com o Plano Nacional de Cultura e com a pauta que se coloca junto ao Congresso Nacional, e sabemos que contamos com o conjunto dos conselheiros. Infelizmente, essas três pautas que são essenciais para nós ainda não tinham surgido, mas cabe a mim fazer aqui uma discussão um pouco mais ampliada: Qual é a pauta que a gente enfrenta e o momento político que a gente enfrenta no Congresso Nacional em relação às nossas pautas legislativas? E qual será a nossa atuação e a nossa demanda? Por favor, quem está aí construindo a pauta, eu gostaria que constasse, *ipsis litteris*, a intervenção relativa à nossa pauta legislativa."

Após as falas, o Conselheiro **Júnior Xukuru** expressou a necessidade de dar seguimento ao encerramento da reunião. Ele pontuou a importância das discussões, tanto as trazidas por **Thaynã Paes** quanto as levantadas pela Presidente **Roberta Martins**, mas ressaltou que era preciso ser mais resolutivo. O Conselheiro **Júnior Xukuru** afirmou que algumas questões debatidas na reunião eram resquícios de pautas não resolvidas em encontros anteriores e que a falta de reuniões que já deveriam ter ocorrido, talvez inclusive com a presença da Ministra, dificulta a obtenção de respostas concretas que os conselheiros precisam levar aos fazedores de cultura em suas comunidades.

O Conselheiro **Júnior Xukuru** também fez uma reflexão sobre o atual cenário nacional, destacando a importância de se defender a cultura, a democracia e a ética diante de ataques de pessoas que não acreditam em questões como a

causa indígena, a negritude ou os direitos LGBTQIA+. Ele lembrou que o papel dos conselheiros, que se doam para a construção de políticas públicas, é ser zelador da cultura deixada pelos antepassados, independentemente de posições políticas. Ele pediu que os informes dos conselheiros fossem mais breves e que o Ministério cumpra com seu papel institucional, para que o Conselho possa sair da reunião com propostas válidas e respostas concretas para a população. O Conselheiro finalizou sua fala reforçando que os membros do Conselho são "eternos conselheiros", e que continuarão atuando pela cultura mesmo após o fim de seu mandato.

1.5 INFORMES DOS CONSELHEIROS

Após as discussões, a Conselheira **Laís Queiroz**, representante do Iphan, fez sua autodescrição, identificando-se como uma mulher negra de blusa branca. A Conselheira apresentou um informe sobre a implementação do Sistema Nacional de Cultura, com foco no setorial de Patrimônio Cultural. Laís destacou que o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural está em processo de consolidação. Ela mencionou a publicação, em 30 de junho de 2025, da Portaria nº 258, que estabelece uma estratégia participativa para a construção do primeiro Plano Nacional de Patrimônio Cultural e do marco regulatório do sistema. Essa estratégia se dará por meio do projeto "Andanças do Patrimônio" e prevê escutas nos territórios a partir de quatro eixos: Institucionalização do sistema; Democratização e representatividade do patrimônio; Economia do patrimônio; Mudanças climáticas e patrimônio cultural. Ela informou que já foram realizadas etapas do projeto no Piauí, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Roraima. Por fim, explicou que o Iphan está incentivando a sociedade civil a organizar "rolezinhos do patrimônio" – escutas autogestionadas para fornecer insumos e subsidiar a construção das bases do sistema. Ela se colocou à disposição para trazer os resultados desse processo em uma futura reunião do Conselho.

Após a fala do representante do Iphan, a Conselheira **Fernanda Barbosa Adão** agradeceu a participação dos consultores e fez seu informe, reiterando a importância da integração do CNPC com os conselhos estaduais. Ela mencionou a dificuldade que tem encontrado para coletar informações e dialogar com os conselhos dos estados que representa: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. A Conselheira **Fernanda** informou que, enquanto os mandatos dos conselhos estaduais do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás estão vigentes, o do Distrito Federal venceu em maio de 2025. Ela ressaltou que a prorrogação de mandato já foi solicitada via ouvidoria e pelos próprios membros do Conselho, mas a falta de um processo eleitoral causa uma grande lacuna na política de cultura do Distrito Federal. A Conselheira **Fernanda Barbosa Adão** concluiu sua fala, destacando a necessidade de o CNPC dialogar com os conselhos estaduais, pedindo esclarecimentos sobre seus trabalhos e pautas para que possa atuar na articulação entre a sociedade civil e essas instâncias do Sistema Nacional de Cultura.

O Conselheiro **Thayná Paes** fez um breve comentário sobre o informe da Conselheira **Laís Helena**. Ele expressou grande alegria pelo registro dos Reinados e Congados de Minas Gerais, chamados de "saberes do Rosário", e

parabenizou o Iphan por essa conquista, ressaltando a importância do registro para a identidade e a história do Brasil. O Conselheiro **Thaynã** também elogiou a ideia do projeto “rolezinho do patrimônio” e sugeriu que o Iphan realize escutas específicas para cada patrimônio cultural imaterial registrado.

Em resposta, a Conselheira **Lais Helena** informou que o Iphan terá uma escuta específica com a Rede Integrada de Bens Imateriais Registrados (RBIR) e que a ideia é expandir a ação para outros patrimônios não inseridos na rede. A escuta será transmitida pelo canal do Iphan no YouTube, e a intenção é trazer uma visão mais ampla sobre o patrimônio cultural.

O Conselheiro **Elson Rocha**, representando a Região Norte, apresentou alguns informes e cobranças. Ele expressou a insatisfação da região com o Comitê do Amazonas, que está parado e sem respostas. Ele também questionou a respeito da COP 30, que será realizada na região, e como a cultura será abordada no evento. O Conselheiro **Elson Rocha** manifestou preocupação com a forma como os conselhos de cultura estaduais têm sido “atropelados”, sem o devido respeito aos prazos. Ele denunciou que recursos da Lei Aldir Blanc têm sido usados por prefeitos e secretários com fins eleitorais, o que desrespeita a luta da sociedade civil pela aprovação da lei.

A Presidente **Roberta Martins** respondeu às questões do Conselheiro **Elson Rocha**. Em relação ao Comitê do Amazonas, a Secretária informou que o Ministério finalizou a parceria por “incompatibilidade ética, moral e de execução”. Sobre a COP 30, a Secretária disse que buscará informações para o Conselho, mas adiantou que o Ministério realizará um seminário sobre emergências climáticas e que a justiça climática é um tema condutor para a estruturação do Ministério. Ela lamentou as dificuldades logísticas, como a questão da hospedagem em Belém, e afirmou que a edição brasileira da COP será marcada pela possibilidade de participação da sociedade civil.

O Conselheiro **Facury** fez um comentário e um informe. Ele ressaltou a dificuldade de argumentar com os procuradores dos municípios sobre questões ligadas a fundos de cultura, pois a União não tem autonomia para intervir em assuntos específicos dos entes federados. Ele pontuou que, sem uma legislação clara, é impossível argumentar com os gestores. O Conselheiro **Facury** também fez um informe sobre as comunicações internas do conselho, pedindo que a gestão responda às dúvidas encaminhadas por ele via WhatsApp ou e-mail. Ele afirmou que não quer fazer suposições, mas precisa de respostas para poder, por sua vez, responder às suas bases.

A Presidente **Roberta** anunciou o intervalo para o almoço com retorno previsto para as 14h15.

1.6 ESTRUTURAÇÃO DO SNC: APRESENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS - SNIIC

O Conselheiro **Júnior Xukuru** saudou a todos e se apresentou formalmente, descrevendo suas vestimentas e adereços indígenas. Ele deu continuidade à reunião, chamando o próximo ponto de pauta: a apresentação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) com **Adriele**. O Conselheiro **Júnior Xukuru** levantou a questão da visita ao acampamento das Mulheres Indígenas, mencionando que a Presidente **Roberta Martins** havia

Ihe questionado sobre a logística do transporte, já que o Ministério só dispõe de veículos que podem transportar servidores. Ele propôs a votação entre duas opções: a) realizar a visita no final da tarde, por volta das 16h ou 17h, e b) adiar a visita para o dia seguinte, com o conselho focando nos debates durante toda a tarde. O Conselheiro **Júnior Xukuru** encorajou os conselheiros a participarem da noite cultural no acampamento e, após a votação, concluiu que a visita ocorreria no mesmo dia. Ele finalizou sua fala, convidando Adryelle a sentar-se à mesa para iniciar a apresentação.

A servidora Adryelle Medeiros iniciou sua apresentação com uma autodescrição e explicou que está cedida à equipe do Ministério da Cultura (MinC) desde o ano anterior para atuar na construção do Plano Nacional de Cultura. Ela comentou que o SNIIC surgiu como uma iniciativa interna de organização de dados do MinC mas que foi sufocada devido aos desmontes passados, e ressaltou que a coordenação foi criada há menos de três meses.

A apresentadora contextualizou o SNIIC, informando que o sistema foi criado em 2010 e que sua lógica inicial era interna, voltada para monitoramento e avaliação. Ela explicou que o sistema ganhou respaldo com a aprovação do marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, passando a ter um papel fundamental na organização e estruturação da gestão pública da cultura.

Adryelle destacou que a nova lei define as competências de cada ente federativo: a União deve implementar o SNIIC, os estados devem alimentá-lo com informações e os municípios devem contribuir com a integração. Ela reforçou que o SNIIC de hoje se diferencia do modelo de 2010 por sua finalidade de fornecer informações claras, confiáveis e de ampla divulgação, além de subsidiar a tomada de decisões. A Sra. Adryelle explicou que o sistema possui três diretrizes principais: a criação de um Cadastro Único Nacional de Cultura, a integração de cadastros culturais e a elaboração de indicadores para o monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Em sua apresentação, a servidora chamou a estratégia de implementação do SNIIC de "Retomada do SNIIC". Ela explicou que o propósito é que o sistema seja uma estrutura permanente de governança participativa, trabalhando com dados e indicadores para pautar políticas mais eficazes e democráticas. Ela detalhou os impactos esperados, como a redução das desigualdades, a evidência da diversidade cultural, a garantia da participação social e a efetivação dos direitos culturais por meio de dados.

A Sra. Adryelle mencionou as entregas do projeto, divididas em três camadas: dados, pesquisa e avaliação, e acervos e repositórios. Ela destacou a urgência de se focar na camada de dados, pois o Ministério ainda trabalha com informações fragmentadas, em planilhas salvas em drives de servidores. O objetivo é criar um cadastro unificado de agentes, equipamentos e manifestações, superando a falta de padronização de dados (exemplificando com os diferentes termos "agente cultural" e "fazedor de cultura") e a falta de rastreabilidade do perfil dos profissionais do setor.

A Sra. Adryelle também informou que o Comitê tem o papel de subsidiar a coordenação executiva na tomada de decisões e na estruturação de processos informatizados para a coleta e extração de dados. A servidora concluiu sua

apresentação destacando que o SNIIC deve ser útil para o público externo, e não apenas para a gestão, para que a sociedade civil consiga encontrar uma interface que dialogue com seus direitos culturais.

A Conselheira **Gilcéia de Lurdes Souza** saudou a todos e parabenizou **Adryelle Medeiros** por seu trabalho e por sua trajetória no Ministério da Cultura, ressaltando sua capacidade de transitar por diferentes áreas. A Conselheira solicitou a disponibilização do material apresentado e expressou sua preocupação com os prazos de implementação do SNIIC, mencionando que a atual composição do conselho está próxima de encerrar seu mandato.

A Conselheira Fernanda Adão fez sua intervenção, agradecendo a apresentação e a iniciativa da pauta, que ela considerou essencial. A Conselheira levantou diversas questões sobre o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Ela expressou sua principal preocupação sobre a primeira camada do sistema — a de dados — e questionou como seria feita a captação de informações dos conselhos e comitês de cultura em todos os níveis. A Conselheira Fernanda argumentou que essas instâncias são a base das demandas e encaminhamentos da sociedade civil, e por isso seria fundamental que o SNIIC conseguisse coletar dados a partir delas.

A Conselheira Fernanda Adão também demonstrou preocupação com o modelo apresentado, que, em sua visão, coloca a sociedade civil apenas como "usuária" do sistema e não como "agente". Ela perguntou sobre a previsão de integração do data lake com outros órgãos e instituições, em uma perspectiva de transversalidade de dados, como os das pastas da Educação e das Mulheres. A Conselheira destacou a falta de mapeamento dos processos de trabalho do Ministério da Cultura, o que, segundo ela, pode gerar retrabalho e atrasar a implementação do sistema. Por fim, a Conselheira Fernanda expressou a sua surpresa com a composição do comitê gestor do SNIIC, que não possui representantes da sociedade civil, e defendeu a necessidade de a participação social ser incluída nesse ambiente para trazer as demandas e as dificuldades da base.

Após a apresentação, o Conselheiro Elson Rocha expressou sua preocupação com a expectativa em relação ao SNIIC, lembrando da experiência com a Lei Paulo Gustavo, onde a obrigatoriedade do CPF (Conselho, Plano, Fundo) foi alterada. Ele questionou o prazo de implementação do SNIIC, pois, em sua opinião, a política cultural tem o hábito de adiar os prazos, e solicitou à equipe uma data realista para que o sistema de fato comece a funcionar.

Em sua fala, o Conselheiro Thaynã Paes parabenizou Adryelle Medeiros pela apresentação, mas lamentou que o trabalho com o SNIIC tenha iniciado somente três meses antes da reunião, visto que se trata de uma demanda antiga, prevista no Plano Nacional de Cultura (PNC). Ele questionou se a lei do PNC ainda está vigente, citando uma fala de uma pessoa do setor jurídico que se referiu a um possível vácuo legislativo.

O Conselheiro Thaynã Paes reforçou a importância de uma plataforma que permita a alimentação de dados por estados e municípios, e que tenha um espaço dedicado para a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Ele questionou a previsão de orçamento para que a plataforma se torne realidade e não seja

apenas um "belo slide". O conselheiro reiterou a crítica da Conselheira Fernanda Barbosa Adão sobre a falta de participação da sociedade civil no comitê gestor do SNIIC. Ele também mencionou o Comitê de Metas do PNC, que, em sua opinião, produziu um documento que não condiz com a realidade, principalmente na meta 1, que afirma que 80% das unidades da federação e 60% dos municípios têm um sistema de cultura institucionalizado e implementado, o que, para ele, não é verdade. O Conselheiro Thaynã Paes finalizou sua fala destacando que a participação da sociedade civil nesses processos de planejamento é fundamental para garantir que os documentos e as ações estejam alinhados à realidade.

Caio Oliveira Callegari, conselheiro representante do Ministério da Educação (MEC), manifestou seus parabéns à equipe pela organização dos dados e pelo trabalho hercúleo de mapeamento em diversas frentes. O conselheiro também observou a importância da vinculação do trabalho com a minuta do projeto de lei do Plano Nacional de Cultura, em particular com o inciso 2º do artigo 11, que trata da coleta de dados. Caio sugeriu que fosse estipulada uma data para a coleta de uma linha de base de dados, mas demonstrou satisfação ao ver a qualidade da construção do trabalho. Ele destacou que a desigualdade na distribuição de equipamentos e serviços culturais é um dos maiores desafios a serem enfrentados e, para isso, a estruturação de um conjunto mínimo de dados de qualidade, fornecido por estados e municípios, é essencial. O conselheiro sugeriu que, caso ainda não tenha sido feito, o Ministério da Cultura (MinC) dialogue com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não apenas por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e Estaduais (Estadic), mas também para organizar o próprio conjunto de dados, além de contar com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O conselheiro ressaltou a importância de parcerias com o Ministério da Educação (MEC), que está atualmente organizando seu próprio conjunto de dados da educação básica, profissional, tecnológica e superior. Caio sugeriu que o MinC use o exemplo do governo de Alagoas, que conduziu um levantamento focado na juventude, em parceria com a Secretaria de Planejamento. Ele defendeu que essa abordagem pode ser replicada e aplicada de forma conjunta com a área de planejamento dos estados, o que traria mais dados e visibilidade para os investimentos culturais. O conselheiro concluiu sua fala sugerindo uma articulação com o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) para realizar pesquisas em campo, tanto quantitativas quanto qualitativas, em parceria com a juventude.

Após a fala do conselheiro, a Presidente Roberta Martins expressou sua gratidão e manifestou sua surpresa com a resiliência do Estado brasileiro em conseguir executar políticas públicas de alcance nacional sem dados sólidos. Ela afirmou que é um "milagre inacreditável" a capacidade de chegar tão longe sem uma base de informações consistente. A Secretária ressaltou que a estruturação do Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais (SNIIC) é uma tarefa fundamental do governo do Presidente Lula, que busca saber onde as políticas estão chegando, de que forma e qual o impacto gerado na sociedade. Ela enfatizou que os dados não servem apenas para medir o fomento a agentes culturais, mas também para avaliar o impacto das políticas na qualidade de vida

da população, no desenvolvimento econômico e na participação cidadã. A Secretária reconheceu o desafio da reconstrução após um “apagão governamental” e elogiou a equipe econômica pela recomposição do orçamento da cultura, o que traz otimismo para os próximos investimentos. Ela finalizou sua intervenção destacando a importância estratégica da sociedade civil organizada como alimentadora do campo de dados, pois traz “o frescor da cultura”, a flexibilidade e a capacidade de produção de conhecimento e de alternativas para a reconstrução do país. Por fim, a secretária ponderou que o maior desafio é o de expandir a captação de dados para além do que se tem hoje, para que todas as cidadãs e todos os cidadãos brasileiros, inclusive os que não têm acesso direto aos serviços do Estado, possam usufruir de uma melhor estruturação da cultura.

Em resposta às perguntas, Adrielly ressaltou que, embora a coordenação do SNIIC tenha sido criada há apenas três meses, o trabalho já estava em andamento desde o início da gestão, em conjunto com a elaboração do novo Plano Nacional de Cultura (PNC), que depende de indicadores para seu desenvolvimento.

Adrielly explicou que o Ministério da Cultura (MinC) está em uma fase embrionária na gestão de dados, pois a maioria de suas fontes de dados ainda são planilhas, o que as torna frágeis e não confiáveis. A equipe está passando por um processo de “prova de conceito” para dimensionar a infraestrutura tecnológica necessária, como capacidade de armazenamento e supercomputadores, com a meta de entregar a parte de infraestrutura até o final de 2026.

Ela abordou a participação social, reconhecendo que ela ainda não está totalmente implementada no contexto do SNIIC. No entanto, o Ministério conta com uma consultoria, estabelecida em parceria com a UNESCO, dedicada a desenhar essa participação social. Segundo Adrielly, a consultoria indicou que o MinC ainda é “imaturo” para uma participação social ampla, mas que, ao mesmo tempo, a política não terá perenidade sem a efetivação da participação. A ideia é “organizar a imaturidade sistêmica” para, em seguida, convidar a sociedade civil para uma participação efetiva.

Adrielly mencionou que o SNIIC tem mantido um diálogo constante com o IBGE e que os dados serão integrados por meio de APIs. A ideia é que o cadastro de agentes culturais seja unificado, usando o Gov.br como integrador. Ela explicou que, ao se inscrever em bases de dados como o Iphan ou o Ibram, o usuário terá a possibilidade de usar um cadastro único.

Adrielly afirmou que o Comitê Gestor do SNIIC, instituído por portaria, já prevê a criação de grupos de trabalho de assessoramento que atuarão como pontes com a sociedade civil, como universidades e grupos organizados, para aprimorar as relações e consolidar o padrão dos dados. Ela ressaltou que a portaria cita nominalmente o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), o que demonstra a intenção de estabelecer um diálogo formal com o colegiado.

A Coordenadora-Geral de Governança Interna, Letícia Nery, fez um adendo à discussão sobre o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) para abordar o Plano Nacional de Cultura (PNC). Ela informou que a minuta do projeto de lei do PNC está em análise na Casa Civil, o que causou

atraso na entrega. A previsão, no entanto, é que o plano seja entregue no Congresso Nacional ainda em agosto, com a participação dos conselheiros em futuras audiências públicas.

Letícia também reconheceu que o balanço do plano anterior continha dados que, em alguns casos, não correspondiam à realidade. Ela atribuiu a falha a dois fatores: uma avaliação do plano anterior realizada por universidades que indicou que as metas não tinham uma linha de base para acompanhamento, e a falta de dados da cultura durante o “apagão de dados” do governo anterior. Segundo a Coordenadora, a construção do novo plano será diferente, com a encomenda de pesquisas para fornecer uma linha de base e a inclusão de metas factíveis e monitoráveis.

A coordenadora-geral Letícia Nery informou que o projeto de lei do PNC prevê a criação de um comitê de governança e monitoramento, que contará com a participação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Ela ressaltou que esse colegiado será fundamental para o monitoramento da política nos próximos 10 anos, assegurando a participação social na avaliação do plano.

A Presidente Roberta Martins encerrou a fala elogiando a apresentação da coordenadora Letícia Nery, destacando que o SNIIC e o PNC são indissociáveis. A Secretária reforçou que o trabalho está sendo liderado por mulheres. Em seguida, convidou a conselheira Fernanda para fazer sua intervenção.

A Conselheira Fernanda questionou a ausência do CNPC na composição do Comitê Gestor do SNIIC, conforme a portaria nº 203, de 12 de maio de 2025.

Fernanda reivindicou a correção da portaria, amparada pela Lei 14.835/2024, que reitera a democratização dos processos decisórios e o controle social. A conselheira expressou sua insatisfação com a participação em apenas “Grupos de Trabalho”, pois estes “debatem, mas não deliberam”. Ela solicitou que o cronograma do SNIIC fosse exposto de forma clara aos conselheiros, para que pudessem efetivar o controle social de forma adequada, já que “não se passa de 3 meses” para realizar um diagnóstico estrutural e tecnológico.

A Presidente Roberta Martins agradeceu a contribuição da conselheira Fernanda e, em seguida chamou o próximo ponto de pauta: uma apresentação sobre a Política Nacional de Culturas Tradicionais e Populares, a ser feita pelo diretor Sebastião Soares.

1.7 APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES, SECRETARIA DE CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL (SCDC);

O Diretor de Políticas de Promoção das Culturas Tradicionais e Populares, Sebastião José Soares, iniciou sua apresentação cumprimentando a todos e transmitindo o abraço da secretária Márcia Rollemberg, que não pôde comparecer à reunião.

Sebastião Soares explicou que a Política Nacional de Culturas Tradicionais e Populares, uma demanda antiga do campo cultural, foi instituída pela portaria nº 151, de agosto de 2024, que criou um grupo de trabalho para subsidiar sua elaboração. O GT é composto por 13 secretarias e entidades vinculadas do MinC, representantes de 18 ministérios, 13 associações e movimentos culturais, sete pesquisadores e 54 mestres e mestradas de todas as unidades da federação. O GT, que se reúne mensalmente, utiliza como base um diagnóstico aprofundado que

considera dados e estudos de políticas anteriores, tanto as que foram descontinuadas quanto as que estão em curso, incluindo as aprovadas nas quatro Conferências Nacionais de Cultura. O diretor ressaltou que as discussões e reflexões acumuladas ao longo dos anos serviram como subsídio para evitar a “reinvenção da roda”.

O diretor Sebastião Soares listou os marcos legais que embasam a política, como o Decreto-Lei nº 25 de 1937, o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ele mencionou que a política busca enfrentar desafios como a falta de um livro de registro para os “Patrimônios Vivos” no Iphan.

O diretor informou que a meta 4 do Plano Nacional de Cultura, que prevê a proteção e valorização dos saberes e fazeres de mestres e mestras, nunca foi cumprida e que a nova política busca implementá-la, mesmo que a meta já esteja vencida. O objetivo é criar condições para que mestres e mestras possam viver de forma digna e transmitir seus conhecimentos.

Para ampliar a participação social, a Diretoria de Culturas Tradicionais e Populares instituiu as “Escutatórias Culturais” em todas as cinco regiões do Brasil, em formato virtual, híbrido e presencial, com mais de 1.189 inscritos de 430 municípios e a participação de 50 atividades em todo o país. Além das escutatórias, foram realizadas discussões temáticas sobre hip-hop, cordel, capoeira e a internacionalização das culturas tradicionais.

Sebastião Soares explicou que a Política Nacional de Culturas Tradicionais e Populares é uma demanda de mais de 20 anos. O diretor destacou que a política tem uma minuta de lei para ser apresentada no Congresso Nacional como substitutivo ou como um novo Projeto de Lei (PL), caso a lei 117, de 2011, que está em tramitação e prevê uma bolsa vitalícia para mestres, não seja aprovada. O diretor Sebastião Soares mencionou que o decreto da política já passou pela consultoria jurídica e deverá ser assinado em setembro, durante o Seminário Internacional de Culturas Tradicionais e Populares. O decreto prevê um Comitê Gestor para assessorar, articular, monitorar e deliberar sobre a implementação da política.

Ele ainda listou outras ações em andamento, como a criação do Programa de Festejos Populares do Brasil, uma portaria ministerial para a Rede Nacional de Mestres e Mestras, e um projeto de lei de proteção das expressões culturais tradicionais, que está sendo construído em parceria com a Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais (SDAI), povos indígenas e quilombolas.

Ao final, o diretor agradeceu mencionou que os conselheiros Júnior Xukuru e Gilcéia participaram ativamente do GT e que o decreto de criação da política, se tudo der certo, será assinado em setembro.

Em seguida, segue o registro literal da fala da Conselheira Fernanda Adão:

"Agradeço a oportunidade de apresentar minhas considerações sobre essa minuta análise e busco aprimorar o documento e garantir que ele esteja em plena consonância com os princípios, diretrizes, objetivos e eixos estabelecidos pelas nossas leis fundamentais, que é a lei do plano nacional e o nosso marco regulatório. Identifico algumas lacunas que merecem atenção. Primeiro, sobre a participação social. As leis exigem a democratização dos processos decisórios e a participação e controle social na formulação das políticas culturais. O ofício que nós recebemos a

curto prazo de tempo informa que a política foi elaborada em grupo de trabalho do qual o CNPC participou. No entanto, o texto sugere que as contribuições dos conselheiros estão sendo solicitadas após a minuta ter sido elaborada e aprovada por este grupo. Isso pode ser interpretado como modelo de participação tardia e restrita que não reflete o respeito de cocriação e controle social que a legislação nos impõe.

Segundo, sobre as diretrizes, a minuta, embora detalhada, ainda carece de especificidades em pontos cruciais. Nota-se a ausência de diretrizes claras para a universalização do acesso aos bens e serviços culturais, que é um dever do Estado. O documento menciona acesso adequado e simplificado, mas a universalização é um princípio mais amplo e necessário. Da mesma forma, a diretriz sobre ação interfederativa é genérica. Precisamos de mecanismos mais detalhados que expliquem como a colaboração entre os diferentes níveis de governo e sociedade civil será coordenada de forma efetiva.

Em terceiro lugar, sobre os objetivos, a lei 14.835 nos cobra transparência, prestação de contas, responsabilidade e responsividade. Embora a minuta mencione o objetivo, a avaliação da efetiva política, ela não especifica como a prestação de contas será realizada. A ausência de mecanismos claros para que a sociedade civil possa monitorar a execução dessa política representa, na minha visão, uma falha no princípio da transparência que devemos defender.

E por fim, sobre os eixos. A contradição mais evidente está no eixo participação e financiamento e governança. A forma como o documento nos foi apresentado, como um texto já finalizado e com prazo curto de contribuições, mais uma vez a gente destaca sobre isso, contradiz a ideia de uma participação ampla e democrática. A solicitação de contribuição impreterivelmente até uma data específica para este documento que já passou por uma aprovação interna enfraquece o propósito do próprio eixo que sugere uma participação mais formal do que substantiva.

Portanto, proponho que o documento seja aprimorado e complementado, segundo nossas leis básicas. Estou certa, né, e cansada até de certa forma desses termos genéricos, garantindo que não apenas mencione os princípios das leis, mas que os coloque em prática. Como vamos colocar tudo isso em prática? Reforçando a transparência, a universalização e a participação de todos os envolvidos. Mais uma vez, vamos sempre defender mais clareza e objetividade na participação social nessas políticas públicas. Obrigada."

O Conselheiro Geová Alves da Silva (Pai Geová) iniciou sua fala cumprimentando a todos e expressando sua satisfação com o trabalho do diretor Sebastião Soares. Ele parabenizou o diretor e a sua diretoria por serem grandes defensores dos povos e comunidades tradicionais, mestres e mestras da cultura popular. O conselheiro ressaltou que 95% da cultura popular nacional é representada pelo povo preto brasileiro.

Pai Geová compartilhou sobre seu trabalho na Europa, mencionando a realização do 14º "Balaio de Iemanjá" em Estocolmo. Ele ressaltou que o evento, que envolveu a capoeira, o samba, o samba de roda, o forró, o frevo e o maracatu, é um esforço de internacionalização da cultura brasileira. O conselheiro informou que a Embaixada do Brasil em Estocolmo e a diplomata

Elisa lançaram um desafio para que, no próximo ano, o evento seja realizado com o tema “cultura e justiça ambiental”.

Geová solicitou que o CNPC inclua em sua pauta uma discussão sobre a internacionalização da cultura, pois o tema, segundo ele, tem sido pouco debatido. O conselheiro destacou a importância de reconhecer o trabalho de brasileiros que fazem cultura em diversos países da Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e no Oriente Médio, por conta própria, assim como as comunidades tradicionais no Brasil. Ele mencionou que já existem grandes pautas para serem construídas em Estocolmo, Gotemburgo, na Espanha, na Escandinávia e em Angola.

Ao final de sua fala, o conselheiro Geová pediu à Presidente Roberta Martins que contasse o número de pessoas presentes na sala e de conselheiros online para que um sorteio de dois números fosse realizado ao final da reunião. Ele informou que o resultado seria enviado para ele, que enviaria uma surpresa para os sorteados.

A Presidente Roberta Martins solicitou a interrupção temporária da reunião para que os participantes pudessem fazer uma pausa para o *coffe break*. A secretária explicou que, devido ao uso compartilhado do prédio com o Ministério do Meio Ambiente, seria necessário que todos descessem para o coffee break.

O Conselheiro Júnior Xukuru fez uma observação antes da pausa, relatando que, além do incidente ocorrido na semana anterior com uma mãe de santo, dois guerreiros indígenas também foram barrados na entrada do prédio. O conselheiro expressou sua preocupação e destacou que a equipe de segurança e a recepção precisam ter mais respeito com os representantes dos povos de axé, indígenas e negros. Júnior Xukuru defendeu que as “autoridades” estão na base, e não apenas no prédio do Ministério, referindo-se aos pais de santo e pajés. Ele finalizou sua fala pedindo mais ética no tratamento aos seres humanos.

A Presidente Roberta Martins demonstrou empatia com a situação e relatou que ela mesma já foi barrada diversas vezes. Ela sugeriu que, durante a pausa, todos formalizassem a denúncia no livro de registro para que a situação fosse apurada e uma ação corretiva fosse tomada. A Secretária informou que os trabalhadores da recepção passariam por uma formação para trabalhar com a diversidade. Em seguida, a reunião foi encerrada para a pausa.

O Conselheiro Luiz Felipe Vitelli elogiou a apresentação de Sebastião Soares, com destaque para a proposta da "Lei de Mestres". Ele parabenizou o processo de busca ativa desses mestres e a proposta de benefícios como moradia, por meio do "Minha Casa, Minha Vida", e a garantia de aposentadoria. O conselheiro Vitelli ressaltou a importância de ampliar esses benefícios, que já são uma reivindicação antiga, principalmente no Distrito Federal, e pediu para que se garanta que as demandas dos mestres sejam contempladas. Ele também solicitou mais escutas ativas.

Em seguida, o Conselheiro Thaynã Paes tomou a palavra e manifestou sua satisfação em ver a pauta da cultura tradicional e popular ser discutida. Ele elogiou o diretor Sebastião Soares pelo seu trabalho e o parabenizou por sua luta e compromisso com as comunidades e territórios. Thaynã lembrou que a

criação da diretoria é um avanço, mas que o desejo da sociedade civil é a criação de uma secretaria específica para o setor.

Thaynã analisou o gráfico das conferências nacionais, ressaltando o destaque das culturas tradicionais desde a primeira edição. Ele enfatizou que, mesmo com todas as dificuldades, esses grupos permanecem na luta, participando ativamente e reiterando suas demandas, que ainda não se concretizaram. O conselheiro lamentou a inação do governo, que não tem agido com a força política necessária para que a "Lei de Mestres" seja aprovada no Congresso Nacional.

Ele mencionou a importância do Seminário Internacional de Culturas Tradicionais e Populares e expressou a expectativa de que os conselheiros do CNPC sejam convidados para participar de sua construção e realização. O conselheiro Thaynã questionou a falta de informações sobre a participação da sociedade civil no comitê gestor da política e no Programa de Festejos Populares.

O conselheiro Thaynã expressou sua insatisfação com a falta de avanços na criação de um marco regulatório para os povos e comunidades tradicionais, um tema que, segundo ele, não depende do Congresso e está na meta do Plano Nacional de Cultura desde 2012. Ele criticou o Ministério da Cultura por não dar a devida prioridade ao assunto, que já deveria ter uma minuta de lei elaborada. Ele também lamentou a falta de editais de premiação para mestres e mestras, que foram uma política forte nos primeiros governos Lula e que, nesta gestão, não tiveram continuidade. Thaynã expressou sua preocupação com a minuta da política, que, apesar de trazer demandas históricas, não apresenta garantias ou um orçamento claro para as ações, como a bolsa para mestres. Ele considerou a falta de garantia "inaceitável", pois o documento, em sua visão, é vago e "não garante direitos".

A Conselheira Gilcéia iniciou sua fala agradecendo o convite para o GT da Política Nacional de Culturas Tradicionais e Populares, que ela considerou a primeira política em que o Conselho foi convidado a participar. Ela informou que, como suplente do Conselheiro Gavião, tem participado ativamente de todas as reuniões e "escutatórias" com o diretor Sebastião Soares.

Gilcéia ressaltou a importância de que as escutas sejam realizadas de forma virtual para permitir a participação de todos os membros do GT e do CNPC. Ela sugeriu que, além de indicadores e mapeamento, o Ministério direcione seus esforços para identificar onde as culturas populares estão dispersas em outras entidades, como a Funarte, o Iphan e a Cultura Afro. A conselheira reforçou o desafio de construir uma política transversal com 18 ministérios e a participação de universidades.

A conselheira Gilcéia defendeu o papel da sociedade civil no Ministério, ressaltando que ela representa os "quatro cantos do Brasil". Ela expressou sua gratidão por ter sido convidada a construir a política junto com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) e a equipe do GT. Ela também reforçou que o GT nunca fechou as portas para nenhum conselheiro e que as reuniões são híbridas.

Ao final, Gilcéia pediu que os conselheiros anotassem e enviassem suas contribuições por e-mail para que o GT pudesse analisá-las. Ela também

agradeceu ao setor jurídico do Ministério, que tem apoiado na elaboração do documento.

O conselheiro Nivaldo Santana iniciou sua fala elogiando a apresentação do diretor Sebastião Soares, mas demonstrou preocupação com o que considera uma abordagem tímida do Ministério da Cultura (MinC) em relação ao artesanato. O conselheiro relatou que já havia feito a mesma observação em audiências públicas e em reuniões anteriores com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC).

O Conselheiro Nivaldo Jorge expressou a necessidade de os artesãos se sentirem contemplados na Secretaria de Culturas Populares e Tradicionais. Ele citou exemplos de reconhecimento histórico, como o Alto do Moura, em Caruaru (PE), que é Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em arte figurativa desde 1979, e a cerâmica marajoara, no Pará. O conselheiro ressaltou que, diferentemente de outras manifestações culturais, como a música e o teatro, que não são vistas apenas como um negócio, o artesanato tem sido tratado de forma tímida pelo Ministério da Cultura, ficando relegado ao Ministério da Micro e Pequena Empresa.

Nivaldo destacou que sua fala não era pessoal, mas uma reivindicação da União Nacional dos Artesãos, um movimento que está prestes a completar 40 anos. Ele informou que o movimento está pleiteando a realização do segundo Encontro dos Artesãos Brasileiros (EAB) em 2026, que aconteceu pela primeira vez em 1988, na redemocratização do país. O conselheiro encerrou sua intervenção pedindo ao diretor Sebastião Soares e à secretária Márcia Rollemberg que olhassem para a causa com mais carinho.

O diretor Sebastião Soares respondeu às considerações da conselheira Fernanda Barbosa Adão, elogiando-a e demonstrando seu respeito. Ele explicou que a política das culturas tradicionais e populares já possui um histórico de participação social, que vem de longa data e se amplificou em 2023 com a criação do Grupo de Trabalho (GT). Ele ressaltou que a criação da diretoria é um resultado direto dessa mobilização da sociedade civil. O diretor defendeu que as “escutatórias culturais” e as reuniões virtuais são mecanismos estratégicos de participação que estão sendo acolhidos na elaboração da política.

Sebastião Soares esclareceu que a minuta da política prevê a criação de um comitê gestor, que será deliberativo e terá a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, a ser definido por uma consulta pública. Ele informou que o texto foi elaborado com o acompanhamento da assessoria jurídica do Ministério, que orientou que a lei fosse mais indicativa, com diretrizes, e que os detalhes fossem especificados no plano de ação. Ele mencionou que o plano de ação, que será construído de forma bienal, será o documento que garantirá a concretização das ações. O diretor ressaltou que o texto ainda será aprimorado pela Casa Civil.

Em resposta ao conselheiro Geová, o diretor Sebastião Soares informou que o Seminário Internacional de Culturas Tradicionais e Populares, que acontecerá em setembro, terá um painel sobre a internacionalização do tema. Ele também respondeu às preocupações do conselheiro Thaynã, informando que a Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais (SDAI) está trabalhando em um marco regulatório para os conhecimentos tradicionais, com a participação dos

povos indígenas e quilombolas. Sebastião Soares reconheceu a dificuldade orçamentária para a realização de mais editais de premiação, mas afirmou que a política nacional irá indicar a necessidade de novos editais e que a minuta do decreto já prevê as dotações orçamentárias.

O diretor agradeceu à conselheira Gilcéia por sua participação no GT e sua dedicação em todas as reuniões e escutatórias. Ele também respondeu à questão do conselheiro Nivaldo sobre o artesanato, lamentando que o setor esteja majoritariamente sob a gestão do Ministério da Micro e Pequena Empresa. Sebastião informou que tem representado a secretária Márcia em encontros de artesanato e que a política nacional prevê a inclusão do setor, mas que a transferência da gestão não depende de sua diretoria.

A Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), Márcia Rollemberg, iniciou sua fala agradecendo a participação e a dedicação do Conselho no trabalho de construção de um campo mais legítimo para a cultura popular e tradicional. Ela reconheceu que a criação da diretoria de culturas tradicionais e populares e da coordenação de culturas indígenas são avanços importantes, mas que ainda existem desafios e reivindicações.

A Secretária defendeu que a política está sendo construída e efetivada de forma reflexiva, e que a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) é um grande campo de investimento para o setor. Ela informou que a secretaria tem avaliado os editais e que o prêmio de cultura popular será avaliado e documentado em uma publicação. Ela também ressaltou que a bolsa para mestres será implementada este ano, o que representa um grande avanço para a política da Cultura Viva.

A Secretária reforçou que a política de culturas tradicionais é um processo de retomada que envolve a articulação com outros ministérios e com os entes federativos, bem como a reestruturação das instâncias de participação social. Ela reconheceu que o PL que está no Congresso não atende mais às necessidades do setor e que o Ministério está construindo um novo PL, mas que também está incentivando estados e municípios a criarem suas próprias leis.

Márcia Rollemberg concordou com o conselheiro Nivaldo que a política para o artesanato ainda é fragmentada e que ela se coloca à disposição para articular ações no Ministério da Cultura (MinC) em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural (SEEC).

A Secretária finalizou sua fala destacando a importância de se continuar investindo nos pontões de cultura popular e agradeceu a todas as contribuições, que, segundo ela, são valorizadas e transformadas em propostas concretas. Ela defendeu que a política deve ser essencial e se desdobrar em normativas, planos e portarias de regulamentação, seguindo a lógica do “menos é mais”.

Henilton fez um breve informe sobre o tema do artesanato. Ele comunicou que, atendendo a um pedido do setor, o Programa Rede Nordeste, que seria lançado no dia seguinte no Cariri, inseriu no edital a possibilidade de financiamento do artesanato tradicional. Ele ressaltou que, pela primeira vez, o artesanato está incluído no escopo desses programas especiais.

1.8 POLÍTICA NACIONAL DE LIVRO E LEITURA, SECRETARIA DE FORMAÇÃO, LIVRO E LEITURA (SEFLI)

O Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, Jeferson Assunção, iniciou sua apresentação cumprimentando o Conselho e o conselheiro Luís Antônio Torelli, com quem atua há longa data na frente do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

O diretor informou que o plano, com o slogan “O Estado e a sociedade construindo um país de leitores”, é um desafio complexo, com a atuação de dois grandes atores do governo, o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC), além da participação da sociedade civil. Ele ressaltou que, embora o Brasil seja um país de megadiversidade cultural, também é um país de mega desigualdade social, o que torna fundamental uma política de leitura que, ao mesmo tempo, potencialize a riqueza de narrativas e combata as desigualdades de acesso.

Jeferson mencionou o histórico do PNLL, que teve seu primeiro plano criado em 2006, em parceria com o MEC. Em 2011, o plano foi instituído por decreto, e, em 2018, foi aprovada a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), que foi regulamentada em setembro de 2024, na Bienal do Livro de São Paulo. O diretor ressaltou que a PNLE é implementada por um conselho diretivo, que é composto por representantes da sociedade civil, como a Câmara Brasileira do Livro, editores independentes e a Periferia Brasileira de Letras. Ele elogiou a inclusão da periferia no conselho, que traz um novo olhar para a política de leitura no Brasil, que agora compreende a potencialidade cultural de seus territórios.

O diretor informou que, desde 2023, o MinC e o MEC têm realizado seminários nacionais e encontros regionais para elaborar o PNLL. O processo de construção do plano também incluiu um grande encontro setorial na 4ª Conferência Nacional de Cultura e a contratação de consultorias, que resultou em mais de 100 contribuições. Ele informou que o plano está em consulta pública até o dia 8 de agosto e que o novo plano, com vigência até 2035, deverá ser instituído por decreto até outubro deste ano.

O diretor informou que o novo PNLL manteve o que deu certo no passado e acrescentou temas contemporâneos, como a estrutura em eixos: democratização do acesso, fomento à leitura e formação de leitores, valorização da literatura brasileira, e apoio à economia do livro.

Jeferson Assunção listou as conquistas importantes do PNLL, como o lançamento da primeira biblioteca do programa "Minha Casa, Minha Vida" na cidade de Horizonte (CE) e a intenção de ter bibliotecas em todos os condomínios do programa. Ele ressaltou que o Ministério está incentivando os municípios a usar a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) para reabrir as mais de 1.000 bibliotecas que foram fechadas.

O diretor também destacou a parceria com o Ministério da Educação, que resultou na inclusão das bibliotecas públicas e comunitárias nas compras do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Ele informou que essa iniciativa, que prevê a compra de 500 novos livros para cada biblioteca, é uma grande mudança no fomento à leitura no Brasil, uma vez que o PNLD compra 52% dos livros produzidos no país.

Jeferson Assumção discutiu a importância da leitura “solidária”, que, segundo ele, é anterior ao livro e tem sido resgatada por meio de clubes de leitura e festas literárias. Ele citou o crescimento do número de festas literárias no Brasil, como as 101 festas que acontecem na Bahia. O diretor finalizou sua apresentação informando que a Secretaria de Formação, Livro e Leitura (SEFLI) tem buscado financiamentos por meio da PNAB, da Lei Rouanet e de emendas parlamentares.

A conselheira Gilcéia agradeceu pela apresentação, mas demonstrou sua insatisfação por não ter tido acesso ao material previamente. Ela direcionou sua fala ao diretor Jeferson Assumção e à secretária Márcia Rollemberg, relatando um caso sobre o “Negrinho do Pastoreio”, que teve um projeto rejeitado por ser considerado preconceituoso. A conselheira Gilcéia defendeu que a lenda, publicada pela primeira vez em 1912 por Simões Lopes Neto, faz parte do imaginário social e do folclore. Ela concluiu sua fala alertando para a necessidade de o Ministério ter cuidado com as políticas de incentivo, pois o imaginário social é muito caro para as culturas populares.

O conselheiro **Luís Antônio Torelli** iniciou sua fala agradecendo a apresentação do diretor Jeferson Assumção e de sua equipe. O conselheiro expressou sua emoção ao ver que as reivindicações do setor, pelas quais ele e sua equipe lutam há muito tempo, finalmente avançaram nesta gestão. Torelli ressaltou a importância do livro para o país e o impacto positivo das políticas públicas, que se reflete, por exemplo, na Bienal do Livro de São Paulo, que recebeu 900 mil visitantes, e na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, com mais de 200 mil crianças. O conselheiro Torelli deu um depoimento pessoal sobre a importância das bibliotecas. Ele relatou o caso de uma biblioteca comunitária que, com doações de editores, se tornou um espaço de transformação, funcionando 24 horas por dia. O conselheiro contou que uma jovem que frequentava a biblioteca conseguiu nota máxima na redação do vestibular da Universidade de São Paulo (USP).

Luís Antônio Torelli expressou seu agradecimento e parabenizou o diretor Jeferson Assumção por seu entusiasmo, que, segundo ele, renova a esperança em um país mais justo. Ele elogiou a retomada do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estava marginalizado e esquecido, e destacou a importância da inclusão do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) nas compras das bibliotecas. O conselheiro ressaltou que a iniciativa garante que as bibliotecas recebam livros novos e atuais, superando a situação anterior de acervos desatualizados e com livros velhos. O conselheiro finalizou sua fala sugerindo uma parceria com o Ministério da Cultura para levar autores premiados a bibliotecas comunitárias, a fim de que os autores também sintam o “calor” e a recepção do público.

A conselheira Francinete Braga se e iniciou sua fala parabenizando a apresentação do diretor Jeferson Assumção. Ela expressou sua paixão por livros e leitura, relatando a experiência bem-sucedida em seu município, onde a biblioteca local ganhou uma premiação ao realizar novas práticas de fomento. A conselheira mencionou que também tem uma biblioteca em casa e que atua como voluntária em uma associação que monta bibliotecas para mulheres. Ela expressou sua admiração pela escritora Conceição Evaristo e reforçou a

importância da leitura para o empoderamento e o sucesso educacional. Ao final, Francinete fez uma pergunta sobre o programa “Minha Casa, Minha Vida”, questionando como a construção das bibliotecas é monitorada para garantir que as empresas que ganham a licitação cumpram com a sua parte.

A conselheira Lucimar Marques também elogiou a apresentação e manifestou sua empolgação com o programa. Ela relatou que em seu município, que é a terra do poeta Thiago de Melo, não há uma biblioteca. A conselheira expressou seu interesse em saber mais sobre os “1000 kits” que o diretor mencionou, pois ela tem o plano de montar uma biblioteca comunitária. Ela parabenizou o programa “Minha Casa, Minha Vida”, que, segundo ela, ajudará os alunos a adquirir conhecimento. Lucimar ressaltou que, embora não tenha cursado faculdade, a leitura constante a ajuda a adquirir conhecimento.

O diretor **Jeferson Assunção** respondeu aos questionamentos das conselheiras Francinete Braga e Lucimar Marques. Em relação ao programa do livro didático, ele informou que as bibliotecas que estão no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) recebem os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Ele incentivou as bibliotecas comunitárias a se inscreverem no sistema estadual, pois isso garante o recebimento do acervo e a adesão ao sistema nacional. O diretor ressaltou que uma biblioteca fechada representa um prejuízo de R\$ 30 mil anuais para o município.

Em resposta à pergunta sobre o programa “Minha Casa, Minha Vida”, o diretor informou que a Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais do MinC e a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Ministério das Cidades firmaram um acordo de cooperação técnica para que as bibliotecas sejam construídas com parâmetros mínimos de qualidade. O diretor

Jeferson Assunção reforçou que o Ministério da Cultura fará o acompanhamento da entrega dos livros, enquanto o Ministério das Cidades fará a aferição da construção.

A conselheira Francinete Braga expressou sua satisfação com a resposta e afirmou que, a partir de agora, ela será uma “vigilante” para garantir que as bibliotecas sejam construídas em sua cidade.

A conselheira Fernanda Barbosa Adão fez uma questão de ordem, solicitando que os materiais apresentados nas reuniões do CNPC sejam enviados aos conselheiros com antecedência. A conselheira Fernanda manifestou que, sem a prévia análise do material, a sociedade civil não consegue fazer uma análise qualificada e, com o envio em tempo hábil, pode, de fato, exercer o controle social.

1.9 BRASIL DAS ARTES, UMA POLÍTICA NACIONAL, FUNDAÇÃO NACIONAL DAS ARTES (FUNARTE).

A Presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte), Maria Marighella, iniciou sua fala respondendo a uma questão de ordem levantada anteriormente, informando que, no caso da Funarte, o material havia sido enviado com antecedência, e ressaltou o empenho da Fundação em compartilhar as informações. Ela expressou seu grande respeito ao Conselho e à sua tarefa de transição em um período que, no campo da cultura, foi alvo de ataques.

Maria Marighella deu um panorama histórico da política das artes, que teve início em 2015, no segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, quando o ex-ministro Juca Ferreira retornou ao cargo. A presidente da Funarte explicou que a política das artes foi uma resposta à crítica de que o Ministério da Cultura, ao ampliar seu campo de atuação, havia negligenciado as artes. Ela defendeu que a arte brasileira é um "bem coletivo, uma riqueza de um povo", e, por isso, a política deve protegê-la e promovê-la.

A presidente da Funarte mencionou que o processo, que tinha grande influência dos setores artísticos, foi interrompido em 2016. No entanto, ela ressaltou que, mesmo em um contexto de hostilidade, houve vitórias, como a Lei Aldir Blanc 1, a Lei Gustavo, a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e o Sistema Nacional de Cultura.

Maria Marighella informou que a Política Nacional das Artes foi estabelecida pela Lei nº 14.600, de 2023, sendo uma responsabilidade de todo o Ministério e não apenas da Funarte. Ela destacou que, no primeiro ano da atual gestão, a Funarte adotou a "ética do agir" e implementou programas que colocaram em prática o que já estava previsto em documentos anteriores. A presidente da Funarte informou que, em 9 de junho de 2025, um grupo de trabalho apresentou o texto-base da Política Nacional das Artes.

Ela ressaltou que a apresentação não era do decreto ou da lei, mas do percurso para sua construção, e expressou sua emoção por fazer parte desse processo.

Maria Marighella adiantou que, em 12 de agosto, no Dia Nacional das Artes, o presidente Luís Inácio Lula da Silva publicará um novo decreto que reorganiza a Funarte. A presidente finalizou sua apresentação com um relato de sua visita a Parintins (AM), onde, ao patrimonializar os boizinhos, viu a comoção de uma população de crianças engajadas na preservação da tradição.

O Diretor Executivo da Funarte, **Leonardo Lessa**, iniciou sua apresentação agradecendo a oportunidade de retornar ao conselho, do qual já fez parte em 2010-2011. Ele explicou que o material que estava sendo apresentado, disponível para *download* nas redes da Funarte e do Ministério da Cultura, é um texto-base para a construção da Política Nacional das Artes (PNA).

Leonardo Lessa explicou que a PNA pretende ser instituída por decreto, que definirá seus princípios, diretrizes e objetivos. Ele esclareceu que a política não é um plano, mas sim um conjunto de diretrizes que devem orientar programas e ações, e que ela não se destina a linguagens artísticas específicas, mas deve ser transversal e estruturante para todas as áreas.

O diretor executivo ressaltou que a PNA é um dever do Estado brasileiro, em articulação com a sociedade civil e o setor privado, e que ela se efetivará no âmbito federal por meio do Programa Brasil das Artes, que será criado por outro decreto presidencial. Ele apresentou as duas premissas conceituais da política: a existência de um direito às artes, garantido pela Constituição e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, e a necessidade de uma política para garantir esse direito à sociedade, tendo os agentes culturais como principais promotores.

Leonardo Lessa detalhou os quatro princípios que compõem a política:

Diversidade: trata da multiplicidade de formas, saberes e práticas, considerando identidades de gênero, étnico-racial, geracional, religiosa, territorial, regional e

local; **Liberdade:** o respeito ao livre direito de manifestação, criação e expressão artística; **Territorialidade:** respeito ao vínculo de indivíduos e grupos com seus territórios, buscando ampliar e desconcentrar investimentos; **Inventividade:** o respeito à capacidade de criar e produzir obras e conhecimentos no campo artístico, protegendo os direitos de autor.

O diretor explicou que a PNA tem como objetivo garantir o direito às artes por meio da equidade para diversos grupos, como crianças, pessoas idosas, jovens, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais e a população negra. Ele ressaltou que o texto-base também aborda a responsabilidade socioambiental, a articulação interfederativa e a participação e o controle social.

Leonardo Lessa informou que a PNA apresenta nove eixos de implementação, que incluem acesso, criação, formação, pesquisa, memória, difusão, internacionalização e desenvolvimento socioeconômico. A governança e a participação social da política se darão por meio do Sistema Nacional de Cultura, que se articula com o Plano Nacional de Cultura (PNC), o CNPC e as comissões intergestores. Ele defendeu que a política deve ser um instrumento para organizar as ações de fomento que já existem e para mitigar a "espontaneidade" e a "sazonalidade" da execução das políticas culturais.

O diretor finalizou sua apresentação explicando que a PNA será implementada por meio do Programa Brasil das Artes, que servirá de referência para a criação de programas estaduais e municipais, contemplando os eixos estruturantes e as especificidades locais. Ele agradeceu a atenção dos conselheiros e se colocou à disposição para responder às perguntas.

A Presidente **Roberta Martins** agradeceu o empenho do diretor **Leonardo Lessa** e sua equipe, que, em sua visão, são "inspiradores". Ela expressou sua satisfação por ter a oportunidade de debater a cultura nacional com amigos da "imaginação e da luta". A Secretária abriu a palavra para os conselheiros e sugeriu que o maestro **André Luís Rocha** fosse o primeiro a falar.

O conselheiro **André Luís Rocha** iniciou sua fala, parabenizando a presidente da Funarte, **Maria Marighella**, pela sua "belíssima explanação". O conselheiro relatou que a Associação das Filarmônicas da Bahia foi surpreendida com a notícia de que a Filarmônica Coiteense encerraria suas atividades por falta de apoio federal, estadual e municipal.

André Luís demonstrou sua preocupação, informando que, no estado da Bahia, o número de filarmônicas já chegou a 328, mas que, antes mesmo da pandemia, 174 delas já haviam encerrado as atividades. O conselheiro lamentou que, após a pandemia, cerca de 20 a 30 novas filarmônicas tenham fechado, e citou o exemplo de uma das filarmônicas de Santo Amaro. Ele ressaltou que, embora a música seja o nono mercado mundial, as filarmônicas, que fazem parte do eixo da música na Funarte, têm sido esquecidas.

O conselheiro **André Luís** questionou se a Funarte tem interesse em apoiar as bandas de música, pois, em sua visão, elas não podem viver na "ilusão de que vão ser apoiadas". Ele solicitou um encontro, virtual ou presencial, com a diretoria de música e com o programa para bandas de música da Funarte, a fim de encontrarem soluções para a situação. **André Luís** alertou que a Fundação não deve esperar que a última banda feche suas portas para tomar alguma providência. Ele finalizou sua fala agradecendo o espaço.

A Conselheira **Fernanda Adão**, representante da Região Centro-Oeste, agradeceu à presidente da Funarte, **Maria Marighella**, e à sua equipe pela apresentação. Ela expressou sua concordância com o que foi dito pelo conselheiro **André Luís Rocha** e manifestou sua visão positiva em relação à política, que, segundo ela, de fato, cria o “Brasil das Artes”. No entanto, a conselheira levantou uma questão prática sobre o prazo de contribuição do Conselho, questionando qual seria o tempo hábil para que o colegiado pudesse analisar o material e contribuir formalmente. A conselheira propôs que fosse agendada uma reunião extraordinária, com pauta exclusiva, para que o CNPC pudesse debater a Política Nacional das Artes de forma aprofundar. Ela demonstrou sua preocupação com o fato de a política estar sendo construída por meio de **decreto**, em vez de **lei**, e expressou o medo de que o trabalho de base da sociedade civil seja perdido em um futuro governo. A conselheira ressaltou que uma lei oferece mais proteção e durabilidade às políticas públicas. Por fim, Fernanda manifestou sua satisfação com a previsão de que a política envolverá a participação e a integração direta dos colegiados setoriais.

O conselheiro Elson Rocha, da Região Norte, parabenizou a presidente da Funarte, Maria Marighella, pela sua apresentação e por citar Parintins (AM), que, segundo ele, é uma cidade que “vive da cultura”. O conselheiro ressaltou que, diferentemente de Manaus, que vive do distrito industrial, Parintins vive da arte e da cultura, e lá as crianças “já nascem artistas”. Ele agradeceu a empolgação de Maria Marighella ao falar sobre as artes.

A conselheira **Francinete Braga** elogiou a apresentação, mas destacou que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se chegue ao “Brasil das artes”, mencionando o relato do conselheiro André Luís Rocha sobre a extinção das bandas de música por falta de recursos. A conselheira Francinete questionou por que a sociedade civil não está na composição do GT da Política Nacional das Artes, já que o livreto do projeto não cita nenhum representante da sociedade civil. Ela ressaltou a contradição entre a fala de Maria Marighella sobre a participação social e a ausência de seus representantes no GT.

A conselheira Carmen Brígida Negrão foi breve em sua fala, endossando os elogios dos conselheiros André Luís Rocha e Francinete Braga e afirmando que a Funarte tem sido atenta no acolhimento de questões do setor.

A presidente da Funarte, **Maria Marighella**, respondeu ao conselheiro **André Luís Rocha**. Ela demonstrou sua familiaridade com o programa de bandas da Funarte, que existe há 30 anos, e relatou uma experiência emocionante em Camocim, no Ceará, onde um maestro informou que a banda da cidade só existia por causa do programa. Ela reconheceu que o programa de bandas da Funarte tem uma natureza sazonal e que, por isso, a política de Ações Continuadas, da qual a Funarte participa, tem uma chance de oferecer uma estratégia definitiva para o apoio continuado a iniciativas como as filarmônicas. Maria Marighella informou que o Ministério da Cultura, com a arquitetura institucional desenhada pela Funarte, propõe que estados e municípios invistam, prioritariamente, 10% dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) em ações continuadas. Ela ressaltou que a Funarte lançou um edital em 2023, que está aberto até 8 de agosto, com uma linha de fomento para bandas, filarmônicas, liras, sociedades musicais, bandas sinfônicas, bandas marciais e

fanfarras. A presidente explicou que a Funarte, por ter um orçamento anual, consegue oferecer um fomento de no máximo dois anos, mas que a PNAB, por ser um fomento permanente, possibilita que os estados, com o recurso da União, criem programas plurianuais.

Em resposta à fala do conselheiro André Luís, Maria Marighella se comprometeu a realizar um mapeamento do setor, por meio de uma pesquisa com o Observatório da Economia Criativa (OBEC), e a se reunir com a diretoria de música, com o objetivo de organizar o setor em uma dimensão associativa.

Em resposta à conselheira Fernanda Barbosa Adão, a presidente da Funarte acolheu a sugestão de agendar uma reunião extraordinária, ou criar um Grupo de Trabalho (GT), para debater a política das artes. Ela explicou que o fato de a política ter sido proposta por **decreto** é uma estratégia, pois políticas como a do Cultura Viva e a do Audiovisual também nasceram por decreto, e que o decreto permite que a política seja implementada como uma “experiência”, antes de ser consolidada em lei.

Sobre o questionamento de **Francinete Braga** Maria Marighella esclareceu que o trabalho começou de forma intraministerial, pois os setores artísticos esperavam uma proposta concreta do Ministério para que, a partir desse texto-base, pudesse haver um debate e uma colaboração mais qualificada. A presidente da Funarte ressaltou que a decisão foi formulada a partir de um sentimento dos setores de que o Ministério e a Funarte deveriam apresentar algo concreto para depois abrir para a participação, o que é o que está acontecendo agora.

O Diretor Executivo da Funarte, Leonardo Lessa, agradeceu a oportunidade de participar da reunião, ressaltando a importância do trabalho de estruturação da Política Nacional das Artes. Ele se comprometeu a utilizar o debate para aprimorar a política e agradeceu aos conselheiros que vieram antes e construíram parte da história do Conselho.

A Presidente Roberta Martins informou que a reunião estava se encaminhando para o encerramento e propôs que a leitura e aprovação da ata ficassem para o dia seguinte, bem como alguns informes que ainda não haviam sido dados. A secretária sugeriu que o informe sobre a reestruturação do Conselho, que estava previsto para o dia, fosse discutido na abertura da reunião do dia seguinte.

A Presidente Roberta Martins encerrou a reunião agradecendo o empenho e a colaboração de todos e ressaltou que a imaginação dos conselheiros é essencial para o processo de estruturação das políticas nacionais de cultura. A reunião, que durou cerca de 10 horas, foi encerrada, e a continuação foi marcada para o dia seguinte.

2. SEGUNDO DIA

Dia 06/08/2025

A reunião foi aberta pela Presidente Roberta em conjunto com o Conselheiro Júnior Xucurú.

1.1 REFORMULAÇÃO DO CNPC

A Presidente Roberta propôs uma reunião da Câmara Setorial, com a duração de dois, no máximo três, dias de duração, em formato de imersão, a ser realizada no início de setembro. O objetivo é definir a reformulação do CNPC e apresentá-la à Ministra e ao pleno do CNPC. A convocação deverá incluir a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE).

O Conselheiro Luiz Felipe Vitelli sugeriu que o convite para esta imersão seja estendido a membros específicos e importantes da sociedade civil.

O Conselheiro Thaynã solicitou que sua fala fosse transcrita na íntegra na ata: *"Bom, gente, bom dia a todos, a todas, a todes, né? Eu sou o Thaynã, representante junto do Sudeste aqui, e estivemos juntos, eu, Vitelli, João Michel e Lucimar, enquanto representantes da sociedade civil nessa Câmara de reformulação do CNPC. Peço desculpas, cheguei agora, então perdi o início da reunião, mas João Michel já passou aqui essa ideia de ter esse combinado para setembro. Mas, tendo em vista que na pauta estava escrito 'Informe sobre a reestruturação' e muita gente tem cobrado, eu acho que a gente tem essa*

necessidade de dar esse retorno para a sociedade civil, para os colegas do Conselho, sobre o que tem acontecido, ou o que não tem acontecido na Câmara Temática.

A última reunião nossa aqui do Conselho, que foi o grande problema ao meu ver, começou a partir da 12ª reunião extraordinária, que foi aquela reunião que os Conselheiros participaram, naquela oficina, uma reunião que não foi transmitida — deveria ter sido — mas que foi uma oficina sobre as contribuições após a consultoria e o trabalho que a gente fez na Câmara. A gente trouxe para os demais colegas. A partir daquela oficina, as contribuições, e a gente retornou para a Câmara com as contribuições dos Conselheiros para poder avançar. A partir daí, a gente conseguiu, enquanto Câmara, alguns avanços, e alguns desses avanços, ao meu ver, foi nítido que o governo não concordou, o sistema MinC não admitiu. Um deles era que a gente tivesse 2/3 da sociedade civil, um deles era que, e a gente votou isso no âmbito da Câmara, que a gente tivesse um representante de cada estado dentro desse plenário da Câmara, além dos representantes dos setores. E a partir disso que a gente aprovou na Câmara, os trabalhos foram basicamente interrompidos. Isso foi desde o início de fevereiro, e aí viemos para a nossa reunião em abril, já com o prazo da Câmara quase encerrado, porque os trabalhos foram interrompidos, então a gente não conseguiu se reunir e avançar. E nessa reunião da Câmara em abril, nossos colegas aqui, a gente aprovou um cronograma, vocês lembram que a gente aprovou um cronograma da Câmara Temática, e a gente fez um acordo de que sairia daqui um relatório parcial dos trabalhos da Câmara Temática. Este cronograma, colegas, não foi cumprido. Isso, ao meu ver, é um desrespeito enorme ao pleno do Conselho. A gente aprova um cronograma aqui no pleno do Conselho e o cronograma não foi cumprido. A gente não fez sequer uma reunião da Câmara Temática após esse cronograma que a gente aprovou, tinha reuniões presenciais, reuniões virtuais e nenhuma aconteceu. Eu acho que isso é muito grave.

E a partir disso, foi construído pelo Ministério o que seria esse relato dos trabalhos da Câmara Temática. O primeiro relatório que enviaram pra gente, fiz algumas contribuições nele, ao meu ver ele estava, ele colocava motivos pela não conclusão dos trabalhos da Câmara Temática que são motivos que em momento algum foram colocados no âmbito da Câmara ou aqui no Conselho. O relatório apresentava motivos que, ao meu ver, não condiziam com a realidade, colocando enquanto motivos para o prazo da Câmara Temática não ter sido cumprido que, ao meu ver, foi justamente porque houve um desacordo entre o que a Câmara propôs e o que o Ministério queria, e o próprio Ministério não conseguiu se reunir com o sistema MinC para poder discutir sobre a Câmara. Então a gente ficou paralisado. E eu acho muito grave porque este documento, este documento no SEI, além do próprio relatório, o documento no SEI já está protocolado e assinado pela Roberta e pelo Daniel, e é um documento que traz informações, apresentando motivos para a não conclusão do prazo que, ao meu ver, não são reais. Entre eles, é aprovado como motivo que está lá no documento do SEI – eu pedi que esse documento do SEI fosse feito outro, que ele fosse cancelado, porque, ao meu ver, não estava de acordo com a realidade. Um dos motivos apresentados é a complexidade da reestruturação, que aí, de acordo com esse documento, exige a revisão do Decreto de 2019, do marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura. A gente já tem o

tempo todo trabalhado com o Marco Regulatório ao lado e o Plano Nacional de Cultura. Ora, em momento nenhum se falou que essa questão do Plano Nacional de Cultura seria um dos motivos para o atraso do nosso trabalho.

Uma outra questão apontada nesse documento do SEI é a ampliação do diálogo entre atores estratégicos. A Câmara identificou a necessidade de consultar novos atores. O tempo todo que a gente fez a Câmara, a gente sempre procurou expandir o máximo a escuta social, seja por meio do Conselho, seja por meio das reuniões que a gente fez com os Conselhos estaduais, das reuniões que a gente fez na própria Conferência, mas aqui fala a necessidade de representantes de povos tradicionais, gestores de fundos estaduais e entidades dos setores audiovisuais para garantir que a proposta reflita a diversidade cultural. Em momento nenhum isso foi aventado na Câmara, sabe, gente? E, de certo modo, eu fico muito incomodado de colocar os povos tradicionais dentro de uma justificativa que não é real. Eu acho que é ótimo se a gente for ampliar o diálogo com os povos tradicionais, com as culturas populares, que é o setor onde eu estou, mas isso não foi discutido na Câmara e consta no documento.

Então, tem algumas questões que não estão de acordo com a realidade. E aí, no dia 23 de junho, desde então a gente não publicou esse relatório parcial da Câmara, que já era para ter sido publicado logo após a nossa última reunião presencial. Foi esse o combinado."

O Coordenador-Geral do CNPC, Daniel Balabram, solicitou e fez uma questão de ordem se referindo a um conjunto de e-mails enviados pela Câmara Temática cobrando uma posição sobre o relatório parcial. Solicitou que os Conselheiros Vitelli, João Michel, Lucimar e Thaynã conferissem. Disse ter cobrado a validação do relatório pelo Conselheiro Thaynã algumas vezes e que não obteve resposta. Por fim, pediu que o Conselheiro Thaynã se atesse ao tempo de fala.

A Presidente Roberta Martins solicitou que os esforços fossem concentrados na aprovação da proposta de imersão para tratar da reforma do CNPC na primeira semana de setembro, ocasião em que podem se ater mais detidamente aos documentos mencionados pelo Conselheiro Thaynã e inclusive aprimorar a metodologia de elaboração e validação dos relatórios da Câmara Temática em conjunto. Por fim, a Secretária deixou claro que o relatório mencionado é uma versão parcial, não final, e que sua versão final depende da aprovação os demais companheiros.

Em seguida, continuou o Conselheiro Thaynã: Posso concluir? Então, na questão da conclusão, mas só, né, trazendo a questão, né, desse desse documento, né, esse esse relato da Câmara, né, que deveria ter saído e ainda não saiu, né, eu enquanto Conselheiro, fiz as minhas contribuições, né, o relatório mudou um pouco, né, após as minhas contribuições. Agradeço que, né, em parte elas elas entraram, mas o segundo relatório a gente ainda não aprovou, né. Mas a minha crítica aqui específica é o documento do SEI, porque ele não foi alterado, o relatório tá sendo alterado, mas é o documento do SEI que consta, ao meu ver, né, justificativas que não estão de acordo com a realidade dos fatos. E, só para concluir, estava aqui, né: no dia 23 de junho de 2025, a ministra, por meio de portaria, lançou, né, a nova Câmara Temática, tendo em vista que a primeira não cumpriu o prazo, né, pelas questões que ao meu ver eu apresentei aqui nesta,

né, não sei, é ato ministerial ou é, eu não sei que a Ministra lançou e consta lá, né, no parágrafo segundo, os trabalhos da Câmara Temática de Reestruturação contarão com a participação dos representantes da consultoria jurídica. Muito bom. Do Ministério da Cultura indicado pela consultoria jurídica. Isso aí é muito importante, né? Não sei como que isso apareceu, mas isso é muito bom. As reuniões ordinárias serão mensais, né? Conforme o cronograma elaborado pela Secretaria Executiva, sem prejuízo às eventuais reuniões extraordinárias. Então, não está acontecendo essas reuniões mensais, né? Foi em junho, né? 23 de junho, julho, então, não teve. Então, o nosso cronograma não foi cumprido e o próprio ato ministerial, né, da ministra não tem sido cumprido. E por fim, a secretaria executiva disponibilizará de suporte técnico, lógico de acessibilidade para garantir o funcionamento das reuniões, inclusive a gravação de Libras, gravação, transcrição e transmissão ao vivo. Nossas reuniões são gravadas, mas nem nós, né, temos acesso direto à gravação, né? Mas então a partir de agora vai ser pública. Então isso aqui é um avanço, né? Mas tá no papel, né? A gente tem que fazer isso virar a realidade. Então eu queria saber, né, qual que é o prazo final para entregas dos trabalhos, né, da Câmara, que a princípio parecia que era 60 dias a partir desse ato da Ministra. Então, é extremamente preocupante e, né, solicitar a divulgação das reuniões na íntegra das nossas reuniões que foram gravadas, que também sejam disponibilizadas, assim como a divulgação das atas, né, que foi, né, aprovada também no plenário, que seriam divulgadas e na última reunião, né, né, aventou-se até uma legislação que impediria a divulgação dessas atas, mas a consultoria jurídica já respondeu que as atas realmente são públicas e devem ser divulgadas. E é isso, colegas. Desculpa por exceder aqui no tempo, mas eu acho que a gente tinha um pouco dessa obrigação, né, de dar esse retorno pra sociedade civil do que que tem acontecido numa Câmara que é tão importante, né? a Marighela teve aqui ontem e falou, né, que esse é o Conselho do processo de transição, mas, né, da forma com que os trabalhos têm acontecido, no caso, não acontecido, a gente também não vai conseguir entregar uma transição de acordo com a expectativa e com a necessidade da sociedade civil. Então, queria deixar isso aqui relatado e pedir que esse que esse relato que eu fiz aqui conste no relatório a ser entregue ao qual ele foi feito. Essa é a minha contribuição pro relatório.

A Presidente Robertaretificou que a reformulação do CNPC tem como foco a sociedade brasileira como um todo, não apenas a sociedade civil. Esclareceu à Conselheira Carmem que a convocação para a imersão na primeira semana de setembro deve começar já e, por fim, deu início a pauta prevista para o segundo dia de reunião.

A Conselheira Fernanda Adão pediu a participação da Secretaria da Pessoa com Deficiência na Câmara. Roberta fez contraproposta para chamar alguém da Sociedade Civil para além do Governo, uma vez que foi feito trabalho intenso em Comissão para formulação da Instrução Normativa sobre Acessibilidade na Lei Rouanet. Participaram dessa Comissão as Conselheiras Gilcéia e Adriana Dutra que poderiam indicar esse representante da sociedade civil, sem prejuízo de representante do governo ligado à pasta dos Direitos Humanos. A proposta foi aprovada por consenso.

O Conselheiro Júnior Xucurú assumiu a presidência da reunião.

INFORMES

A conselheira Gilcéia informou sobre um grande ataque à Capoeira no estado do Paraná, por meio de reportagem veiculada em jornal. Disse ter solicitado que o Iphan e a Fundação Palmares emitissem nota de repúdio, o que não ocorreu. A confederação e a Fundação Palmares posteriormente fizeram. Em outro ponto, parabenizou a Conferência Brasileira da Tradição Gaúcha pelo Encontro Nacional da Tradição Gaúcha realizado em Cristalina-GO entre os dias 24 e 27 de julho.

APROVAÇÃO DA ATA

A ata da 42ª reunião ordinária do CNPC foi aprovada, garantidas as correções solicitadas pelos Conselheiros. Os conselheiros Thaynã e Gilcéia registraram abstenção.

APRESENTAÇÃO DO DIRETOR THIAGO ROCHA LEANDRO (Diretoria de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios) SOBRE O ANDAMENTO DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

O Diretor da DAST, Thiago Rocha, informou que o prazo para o cumprimento de 60% de execução da Aldir Blanc pelos estados e municípios e portanto, a definição de quem receberia ou não a segunda parcela de recursos em 2025 encerrou-se no dia 7 de julho. O Diretor destacou que a adesão representou um "recorde histórico" no primeiro ciclo, no qual quase todos os 5570 municípios brasileiros aderiram, com apenas dois optando por não participar. Parabenizou o CNPC e a sociedade civil por seu papel nessa conquista, pois finalmente uma política de governo está sendo transformada em política de Estado na cultura. Em seguida, informou que 5.113 municípios receberão a parcela ainda em 2025 e desses, 4.855 ultrapassaram os 60%, portanto, receberão também em 2026. Entre os estados, Mato Grosso e Rondônia não atingiram a meta os 60%. Já entre as capitais, Campo Grande (1,75%), Porto Velho (50%) e Boa Vista (0%) também não atingiram. Thiago também informou que o prazo para a apresentação do Plano de Aplicação de Recursos (PAR), através da nova plataforma CultBR, vai até 31 de agosto, e mais de 700 municípios já apresentaram seus planos.

O Conselheiro Luís Felipe Vitelli manifestou preocupação, pontuando que alguns municípios se vangloriam de devolver menos recursos e perguntou qual a destinação desse recurso devolvido.

O Conselheiro Elson Rocha questionou a participação social na aplicação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), destacando a substituição de verbas municipais por recursos da PNAB e cobrou a falta de transparência e publicidade na aplicação desses recursos. Ele afirmou que essa prática prejudica os fazedores de cultura, pois muitos prefeitos e secretários optaram por não publicar editais, como tem acontecido em Boa Vista e Porto Velho, capitais de sua região, Norte.

O Conselheiro João Michel perguntou se os recursos dos ciclos da PNAB são cumulativos.

A Conselheira Francinete Braga levantou questões sobre o que acontece com os recursos não utilizados, a prestação de contas e a aplicação direta de verbas pelos próprios municípios, que não chegam aos fazedores de cultura.

A Conselheira Gicélia agradeceu ao Diretor Thiago pelo acolhimento das recomendações da Comissão de Acompanhamento, especialmente sobre a disponibilização de capacitações online para a operacionalização da PNAB.

Com base na Instrução Normativa nº 19, de 15 de outubro de 2024, a Conselheira Fernanda questiona as ações de monitoramento, fiscalização e avaliação do Ministério da Cultura (MinC) nos territórios. Ela pergunta quais territórios já foram alvo de diligências e vistorias para avaliar a execução de recursos, e se alguma dessas ações foi motivada por demandas da ouvidoria. A Conselheira também busca esclarecimentos sobre o cenário atual das análises técnicas dos relatórios, além da parte financeira. Ela quer saber se já houve alguma análise técnica, se alguma prestação de contas foi reprovada (e, em caso afirmativo, quais territórios e motivos), e quais territórios não enviaram os relatórios no prazo estipulado.

O Conselheiro Thaynã expressou várias preocupações sobre a execução das políticas culturais. Ele iniciou sua fala ressaltando a importância do envolvimento da sociedade civil no processo de adesão dos municípios, citando o trabalho do Conselho Estadual, do comitê de cultura e dos pontos de cultura de Minas Gerais. O Conselheiro levantou questões específicas, perguntando o que acontecerá com os municípios que não apresentaram a prestação de contas da Lei Paulo Gustavo no prazo e se há alguma previsão de prazo adicional. Ele também questionou quando o Ministério da Cultura começará a disponibilizar dados sobre quem está recebendo os recursos e em quais setores da sociedade civil, enfatizando que a ausência desses dados impede uma análise eficaz da aplicação da lei. Thaynã reiterou a necessidade de o Ministério cumprir a deliberação da 4ª Conferência Nacional de Cultura, que estabeleceu como prioridade destinar 30% dos recursos para as culturas populares, povos e comunidades tradicionais. A falta de dados, segundo ele, impede que se confirme se esses recursos estão de fato chegando a esses setores, como já foi sugerido pela Secretária. Ele endossou a preocupação de sua colega Francinete sobre a necessidade de garantir que os recursos sejam mais direcionados à sociedade civil, assim como ocorreu na Lei Aldir Blanc 1, para atender às expectativas de fomento. O Conselheiro também questionou se houve algum avanço no controle e na participação da sociedade civil nas últimas normativas, já que as diretrizes anteriores eram consideradas insuficientes. Por fim, questionou como Sistema Nacional de Cultura tem sido fortalecido pela Política Nacional Aldir Blanc de Incentivo à Cultura, argumentando que esse fortalecimento não tem sido eficaz, apesar de ter grande potencial, pois não exige que os municípios implementem conselhos, planos e fundos, o que seria fundamental para o uso democrático dos recursos.

O Conselheiro Xucurú avisou que os pedidos de moção seriam recebidos até o final do horário do almoço por e-mail ou apresentação à mesa. Registrou que a Conselheira Fernanda apresentaria moção e pediu para constar em ata. Deu a

palavra para o Diretor Thiago Rocha para que respondesse os questionamentos dos Conselheiros.

Respostas do Diretor Thiago Rocha (DAST)

Em resposta, Thiago Rocha esclareceu que os recursos da PNAB não são devolvidos, pois operam em um regime de fluxo contínuo. Eles permanecem nas contas de estados e municípios, rendendo juros, o que, segundo ele, representa uma importante conquista legislativa recente. Respondendo ao Elson, informou que a aferição do atingimento dos 60% é feita com base na saída financeira da conta o ente recebedor, porém, esse processo será melhorado visando dar um maior controle qualitativo. Nesse sentido, serão realizadas prestações de contas bem como monitoramento de forma contínua pela SEFIC - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. No momento, nenhum ente está atrasado com a prestação de contas, cujo prazo final é o fim do ano. Ele informou também que o envio dos recursos terá início a partir de agosto.

Sobre a aplicação direta e o fomento, o diretor explicou que a legislação é bastante ampla, não estabelecendo limites percentuais para cada modalidade. O controle, mais frágil atualmente, é feito pela aprovação do PAR, com base nos princípios da lei e na razoabilidade. Ele incentivou a mobilização da sociedade civil para esse controle, citando o caso bem-sucedido de Minas Gerais no que se refere a cultura popular, o que provavelmente só ocorreu, em sua visão, em função de mobilização da sociedade civil.

Quanto à transparência, discorreu sobre as limitações da Plataforma TransfereGov e anunciou que a nova plataforma CULTBR já está em funcionamento e que todos os PAR estarão disponíveis nela, que poderão ser consultados por todos os cidadãos. Em seguida, os editais e a destinação de recursos também serão publicados na CULTBR, criando um grande painel para um controle social mais efetivo.

Thiago informou a pedido dos conselheiros os nomes dos dois municípios que optaram por não receber os recursos da Aldir Blanc: Santa Cruz da Esperança-SP (2 mil habitantes) e Ipiguá-SP (7 mil habitantes). e receberiam 36 e 63 mil reais, respectivamente.

Em relação à LPG, Thiago Rocha informou que o prazo para prestação de contas ainda vence no final de agosto. Para os que já perderam o prazo, a recomendação do Ministério da Cultura (MinC) é que apresentem a documentação, mesmo que atrasada, como demonstração de boa-fé. Os dados detalhados sobre quem recebeu e prestou contas da LPG serão disponibilizados em setembro.

Respondendo a pergunta do Conselheiro João Michel, Thiago informou que a totalidade dos recursos planejados para a PNAB, ou um valor muito próximo a 100%, será disponibilizado. Por fim, respondendo a questionamento do Conselheiro Thaynã, esclareceu que, embora a participação social na aplicação dos recursos seja obrigatória por lei, ela não é vinculante. Ou seja, para que as contribuições da sociedade civil fossem de acatamento obrigatório pelos gestores seria necessária mudança legislativa. Nesse sentido, informou também que para o próximo ciclo será feito normativo sobre execução e prestação de contas, mas que também segue a linha legal da participação não vinculante.

APRESENTAÇÃO DA OUVIDORIA

O Conselheiro Júnior Xucurú prosseguiu a reunião e deu a palavra à Ouvidora Aline Toffeti para que fosse feita sua apresentação.

A Ouvidora Aline Toffeti iniciou sua fala saudando todos os presentes, tanto os que estavam na sala quanto os que acompanhavam a reunião pelo Teams e pelo YouTube. Realizou sua autodescrição, identificando-se como uma mulher branca, de cabelos lisos e grisalhos, vestindo um vestido preto com flores brancas. A Ouvidora informou que, em virtude de um compromisso anterior, não pôde realizar a apresentação completa na reunião passada, por isso, faria uma apresentação mais abrangente para contextualizar o trabalho da ouvidoria como um todo antes de se aprofundar na Política Nacional Aldir Blanc. Ela enfatizou que esse processo era necessário para que os presentes pudessem entender o que chega à ouvidoria e como o setor atua.

Apresentação da Ouvidoria do Ministério da Cultura

A Ouvidora definiu a ouvidoria como a instância responsável por ser o elo entre a administração pública e a sociedade civil. Ela destacou que a ouvidoria atua no controle e na participação social, com foco especial na qualidade da prestação dos serviços e das políticas públicas. A função da ouvidoria, segundo a Sra. Toffeti, é desempenhar um papel essencial na facilitação do diálogo entre a população e o governo, permitindo que os cidadãos expressem suas preocupações e sugestões, o que, por sua vez, fortalece o controle social. A partir dessas manifestações, a ouvidoria consegue propor melhorias nos serviços prestados aos gestores da administração pública, particularmente no Ministério da Cultura (MinC) e em suas unidades, além de atuar na prevenção de atos e procedimentos irregulares. A ouvidora explicou que o setor também é responsável por promover a transparência governamental. Isso se dá, na prática, pela avaliação de pedidos pontuais recebidos via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) — uma forma de transparência passiva — e pela identificação de informações que deveriam estar publicizadas de forma proativa. A ouvidoria, então, propõe ao Ministério e aos gestores a divulgação ampla de informações que considera de interesse público e coletivo.

Além da transparência ativa, a Ouvidora ressaltou que o setor continua atendendo a interesses pontuais com o SIC e os pedidos de acesso à informação. Observou que todos esses pedidos são recebidos no mesmo sistema e plataforma que as manifestações de ouvidoria. A ouvidoria atua, portanto, como um canal bidirecional que permite que os cidadãos compartilhem suas perspectivas e recebam respostas objetivas e diretas a seus pedidos individuais.

Aproximação com a Sociedade Civil e a Importância da Qualidade das Manifestações

A Ouvidora mencionou que a participação da sociedade é de grande importância, e, por isso, tem buscado aproximar a ouvidoria dos colegiados do MinC, citando como exemplo a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). Ela reiterou seu compromisso de acompanhar as reuniões do Conselho e

ênfatiou que a intenção é auxiliar os conselheiros, especialmente os representantes da sociedade civil, a orientar a população a se manifestar de forma mais qualitativa.

A Sra. Toffeti explicou que o objetivo é fazer com que o cidadão entenda que tipo de informação precisa chegar à ouvidoria. Sublinhou que, quanto mais detalhada a manifestação, com mais elementos comprobatórios e melhor exposição, seja uma denúncia ou uma sugestão de melhoria, mais efetiva será a possibilidade de a ouvidoria fazer uma proposição para o gestor da política ou serviço, e mais efetivo será o retorno do gestor.

Ela alertou que, em casos de manifestações muito genéricas, a própria legislação prevê que o órgão não é obrigado a atendê-las. A Ouvidora exemplificou que, se a ouvidoria não consegue identificar que tipo de irregularidade ou melhoria o cidadão quer propor, a comunicação se torna difícil. Em suma, a Ouvidora destacou que, quanto mais o cidadão e a cidadã se manifestam e utilizam os canais da ouvidoria, mais capacitados se tornam.

Impactos das Manifestações e Canais de Atendimento

A Ouvidora discorreu sobre os impactos das manifestações, especialmente as mais qualitativas. Ela disse que a ouvidoria consegue atuar na resolução dos problemas e fazer proposições mais específicas e enfáticas. Como resultado, a confiança da população no canal e na administração se fortalece. A Sra. Toffeti ressaltou que a ouvidoria também recebe manifestações voltadas ao CNPC, e que, embora não possa entrar em detalhes de casos concretos devido ao sigilo legal, pode promover debates amplos sobre os temas e situações que chegam, contribuindo para o trabalho do Conselho.

Quanto aos canais de atendimento, a Ouvidora citou a plataforma FalaBR, uma plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação, gerida pela CGU, que todos os órgãos federais utilizam. Os cidadãos podem encontrar formulários digitais no site da ouvidoria, que são intuitivos e de fácil preenchimento. Ela acrescentou que também existe a opção de atendimento personalizado, tanto presencial, na sede do MinC, quanto virtual. O atendimento virtual, segundo a Ouvidora, tem como objetivo atender a população que não pode se deslocar a Brasília, o que está alinhado com a descentralização das políticas e serviços culturais.

Fluxos de Denúncia da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)

Ao entrar no tema específico da PNAB, a Ouvidora Aline Toffeti esclareceu que a ouvidoria, em qualquer pauta, não tem competência apuratória. O setor não realiza investigação. O que é feito, na verdade, é uma análise preliminar para identificar elementos mínimos de materialidade e autoria. Ela exemplificou com a situação de um desvio de recurso: para a ouvidoria atuar, é preciso que o cidadão informe qual é o município, o desvio e para que o recurso foi usado. Sem essas informações, a ouvidoria não pode encaminhar a denúncia para a área responsável, pois ela será devolvida por falta de elementos.

A Sra. Toffeti reforçou que quanto mais qualificada a manifestação, maior a chance de os órgãos atuarem. Ela comparou a atuação da ouvidoria com a de outros órgãos de controle, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que têm prerrogativas maiores para buscar informações complementares. Ela

mencionou que a análise preliminar é refeita pelas unidades do Ministério, como a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, onde atua a diretora Teresa, e a Diretoria de Assistência Técnica, que possuem equipes com a prerrogativa de diligenciar o ente, mas mesmo assim, dependendo do grau de informação fornecido, a diligência pode não ocorrer.

Sobre os tipos de denúncia, a Ouvidora informou que podem ser protocoladas de forma identificada ou anônima. Ela alertou que as denúncias anônimas têm duas desvantagens: o denunciante não pode acompanhar o andamento e a ouvidoria não consegue entrar em contato para complementar informações, o que dificulta ainda mais a questão dos elementos mínimos.

A Ouvidora Aline Toffeti apresentou uma questão relevante sobre os relatos anônimos, explicando que, para fins de legislação e sistema, o que é registrado de forma anônima é tratado como uma comunicação de irregularidade. Ela ilustrou o ponto com um exemplo de um cidadão insatisfeito com a nota de um edital. Embora seja uma reclamação, se for registrada anonimamente, a ouvidoria é obrigada a tratá-la como denúncia, o que, sem os elementos necessários, torna o processo inefetivo. Ela destacou que cerca de 60% das denúncias da PNAB são, na verdade, manifestações de insatisfação. A Ouvidora adicionou que o MinC não pode interferir de forma incisiva nos critérios de necessidade de um município, por exemplo, pois decisões dessa natureza cabe à gestão e população local.

Dados Numéricos e Considerações Finais

A Ouvidora apresentou os dados numéricos de manifestações recebidas em 2024. Para um universo de mais de 5 mil municípios e 27 estados aderidos à PNAB, o ano de 2024 registrou:

17 reclamações

36 solicitações de providências ou informações

86 denúncias

2 sugestões

1 "simplifique" (solicitação de desburocratização)

12 pedidos de acesso à informação (pedindo melhoria nos painéis)

A Sra. Toffeti sublinhou que o volume de manifestações referentes à PNAB não é muito expressivo quando comparado ao total recebido pelo Ministério. Isso pode ser interpretado como uma informação positiva, pois o número de manifestações se dilui na imensidão de municípios aderidos além do fato de boa parte das manifestações não serem denúncias propriamente ditas. Ela adiantou que os números de 2025 (até o início de agosto) já aumentaram em proporção a 2024, o que, para ela, é outro dado positivo, pois mostra que a sociedade tem reconhecido a ouvidoria como um canal legítimo para manifestações. A Ouvidora finalizou informando que a apresentação seria disponibilizada a todos e que ela, assim como a ouvidoria, permanece à disposição para que os conselheiros possam tirar dúvidas ou solicitar informações mais detalhadas.

Laís Valente, Coordenadora-Geral de Instrumentos Técnicos e Jurídicos da DAST - Diretoria de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios.

A partir de intervenção da Presidente Roberta, a Coordenadora-Geral de Instrumentos Técnicos e Jurídicos da DAST, Laís Valente, tomou a palavra. Ela iniciou sua apresentação cumprimentando a todos e identificando-se, além de mencionar sua equipe de trabalho: Thiago, Binho, Fernanda e Gabriel. Ela explicou que sua coordenação é responsável pelas ouvidorias da PNAB que chegam à diretoria, e que sua fala detalharia o fluxo de trabalho e as ações realizadas com base nessas demandas. Laís Valente fez a ressalva de que, embora a ouvidora Aline Toffeti tenha abordado a totalidade das demandas que chegam ao Ministério, sua apresentação seria focada especificamente nas demandas direcionadas à DAST.

A coordenadora-geral de instrumentos técnicos e jurídicos começou sua fala reforçando a orientação da ouvidoria de que todas as denúncias devem ser encaminhadas pela plataforma FalaBR, por se tratar do canal oficial do governo federal. Ela explicou que todas as manifestações recebidas por essa plataforma são encaminhadas para a ouvidoria, que, por sua vez, faz a distribuição para as demais áreas do Ministério. Laís, portanto, pediu que, caso os conselheiros recebam alguma denúncia diretamente por e-mail, orientem o remetente a utilizar o FalaBR.

Classificação e Tratamento das Manifestações

Laís detalhou os tipos de manifestações que chegam à DAST, classificando-as como: sugestões, elogios, solicitações de informação, reclamações e denúncias. A coordenadora-geral, em sua exposição, detalhou o processo de tratamento dessas demandas. Primeiramente, a DAST realiza uma análise de materialidade. Ela explicou que muitas denúncias não têm embasamento, citando o exemplo de manifestações que questionam pagamentos feitos a agentes culturais antes da execução do serviço. Nesses casos, a DAST verifica que a ação não é ilegal, pois se trata de uma modalidade de fomento que prevê o pagamento antecipado, e responde ao manifestante informando a base legal que permite tal procedimento. Além disso, a diretoria também avalia a compatibilidade das denúncias com as normas vigentes.

Quando uma denúncia possui indícios de irregularidade, a DAST adota uma série de encaminhamentos. Entre eles, solicitar manifestação da Secretaria de Cultura do ente federativo em questão e, em alguns casos, marcar reuniões on-line para esclarecer a situação. A DAST atua de forma orientadora e notificadora, buscando sanear a irregularidade na fase inicial, ou seja, enquanto ela ainda está em andamento. A coordenadora-geral complementou que, caso a questão tenha passado dessa fase e exija um tratamento mais aprofundado, a demanda é encaminhada para a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SFIC), responsável pelo monitoramento e fiscalização.

Dados e Temáticas das Manifestações de 2025

Laís Valente apresentou os dados numéricos de manifestações da PNAB recebidas pela DAST em 2025, totalizando 27 manifestações. Destas, apenas uma exigiu notificação ao município para que fornecesse informações. Ela apresentou um gráfico que demonstrava a maior parte das manifestações (cerca de 50%) são solicitações de informação, muitas delas sobre dados já

disponíveis nos canais oficiais do Ministério. A coordenadora-geral ressaltou que a quantidade de denúncias é menor do que a de solicitações de informação. A coordenadora-geral separou as demandas por temáticas, mostrando que a maioria está relacionada a dúvidas gerais e solicitações de informações. Outras temáticas que aparecem são sobre cotas e imposto de renda. Laís Valente chamou a atenção para o fato de que apenas três manifestações se referiam a suspeitas de má execução ou improbidade. Outras irregularidades suspeitas em editais, segundo a coordenadora, na maioria das vezes, são de pessoas que recorrem ao Ministério como uma segunda instância, após terem seus recursos negados pelos entes federativos. Ela esclareceu que a DAST não tem competência para incidir diretamente nos editais dos entes, mas que notifica o município quando uma irregularidade é, de fato, identificada. A coordenadora-geral apresentou um gráfico com a distribuição das manifestações por região, destacando que a maioria delas é proveniente do Nordeste, mas que a distribuição não é discrepante, mantendo uma média parecida entre as demais regiões.

Ações de Apoio Técnico e Limitações de Atuação

Em resposta às manifestações recebidas, a DAST tem intensificado suas ações de apoio técnico. Laís Valente explicou que muitas reclamações são resultado do desconhecimento dos gestores. Por isso, a diretoria tem enviado material de orientação, ampliado o plantão de dúvidas (que agora ocorre três vezes por semana) e realizado lives temáticas. Há também uma perspectiva de retomar o projeto Circula MinC, que busca levar as orientações a campo. A coordenadora-geral reforçou que, na maioria dos casos, o que chega à DAST não é má-fé, mas sim desconhecimento ou interpretação equivocada da legislação.

A coordenadora-geral observou que é natural o aumento de demandas em determinadas fases do processo, principalmente na finalização da execução dos recursos, como no caso do Ciclo 1. Ela endossou o que a ouvidora Aline Toffeti havia dito anteriormente: quanto mais dinheiro estiver circulando na ponta, mais demandas a ouvidoria irá receber.

Laís Valente também fez um alerta sobre as limitações de sanção do Ministério da Cultura. Ela explicou que a legislação não prevê sanções diretas. Um desvio de recursos, por exemplo, pode resultar na abertura de um processo de Tomada de Contas Especial (TCE) pelo Ministério, mas o MinC não tem competência para apurar ou sancionar crimes ou atos de improbidade administrativa. Nesses casos, os cidadãos devem procurar o Ministério Público. A coordenadora-geral concluiu que, muitas vezes, é necessário explicar as competências do Ministério para a população, que pode ter uma compreensão equivocada sobre o que o órgão pode e não pode fazer.

Melhorias e Canais de Comunicação

Para finalizar sua apresentação, Laís destacou as melhorias no painel de dados da PNAB, que agora oferece mais informações o que conseqüentemente reduz a demanda por solicitações de informação. A coordenadora-geral também informou que o Ministério está implementando o CultBR, uma plataforma onde os pareceres técnicos serão publicados com mais facilidade para que a sociedade civil consiga acompanhar a execução da política, incluindo os PAR.

Por fim, a Sra. Laís Valente disponibilizou o QR code do canal da PNAB no WhatsApp, um canal que já conta com mais de 6 mil inscritos e onde são divulgadas atualizações e novidades sobre a política. Ela incentivou os conselheiros a acessarem e compartilharem o canal. A coordenadora-geral finalizou a sua fala reforçando que o objetivo da apresentação era fornecer um panorama geral do tratamento das ouvidorias, sem entrar em casos concretos, devido ao sigilo das informações.

PERGUNTAS DOS CONSELHEIROS

O Conselheiro Xucurú, que presia a reunião, deu a palavra aos 10 conselheiros inscritos para perguntas, começando pelo Conselheiro Elson Rocha.

O Conselheiro Elson Rocha, no início de sua fala, expressou a sua preocupação em relação ao sigilo das denúncias e à morosidade dos processos, especialmente quando se trata de verba pública. Ele relatou que a falta de retorno das ouvidorias faz com que os gestores públicos desdenhem da sua importância, o que gera frustração na comunidade cultural. O conselheiro descreveu uma situação específica no estado do Amazonas, onde, apesar de o Conselho ter participado de escutas e de todo um processo, o Secretário de Cultura ignorou as discussões e lançou um edital em seu próprio formato, sem consultar o Conselho. Ele expressou a esperança de que haja algum tipo de retorno, ainda que seja uma conversa de conciliação entre o Secretário e o Conselho. Ele enfatizou que, enquanto o fazedor de cultura acredita na ouvidoria, o secretário de cultura, na visão do Conselheiro, a desdenha, o que, infelizmente, é a forma como os gestores públicos encaram a ouvidoria.

A Conselheira Carmen Negrão iniciou sua fala apresentando-se. Ela se descreveu como uma mulher branca de cabelos brancos, vestindo roupas coloridas. A Conselheira levantou uma questão sobre um cenário hipotético, mas recorrente em seu estado. Ela perguntou se, em um caso de má-utilização de recursos em que a denúncia foi feita em todas as instâncias (Tribunal de Contas, ouvidoria, etc.), o Ministério da Cultura poderia usar essa informação para bloquear o repasse de verbas futuras para o gestor em questão. A Conselheira Carmen Negrão ressaltou que, embora entenda que o papel do Ministério não é o de legislar entre entes federativos, punir ou prejudicar os fazedores de cultura, é preciso encontrar uma forma de coibir o mau uso dos recursos. A Conselheira mencionou que vem de um estado e de uma cidade onde esse tipo de situação é frequente, o que a leva a buscar uma solução para essa problemática.

O Conselheiro José Facury iniciou sua fala apresentando-se como um homem idoso, de cabelos ralos, vestindo uma camisa cinza e representando a região Sudeste, especificamente o Rio de Janeiro. O Conselheiro expressou a sua preocupação com o fato de que os conselheiros, por si só, já atuam como uma espécie de ouvidoria. Ele explicou que, em qualquer lugar que chegam, os conselheiros se deparam com reclamações da comunidade. Ele reforçou o seu ponto ao dizer que, por ter sido eleito para o conselho municipal de sua cidade, agora tem duas ouvidorias com “o ouvido quase surdo”, e precisa encontrar respostas para essas demandas. O Conselheiro José Facury sugeriu a presença de um representante da ouvidoria no Conselho, ou que a mesa diretora do

Conselho se encarregue de repassar as dúvidas e denúncias. Ele justificou a sua sugestão ao mencionar que muitas denúncias chegam aos conselheiros, que já fazem uma “seleção natural”, orientando a população a procurar o Ministério Público local em vez do MinC, dependendo do caso. Ele alertou que a próxima composição do Conselho trará um aumento ainda maior nas denúncias. O Conselheiro relatou que tem colocado diversas questões que chegam a ele no grupo de WhatsApp, mas não tem recebido resposta de nenhum membro da gestão ou da mesa diretora. Ele agradeceu a atenção de Binho, que responde prontamente às suas dúvidas, mas questionou se todos os conselheiros têm o mesmo acesso e a mesma agilidade nas respostas. A sua sugestão, portanto, é a de que se crie um canal mais direto e ágil para que as demandas dos conselheiros sejam atendidas.

O Conselheiro Shaolin Barreto começou sua fala pedindo desculpas pela ausência no início da reunião e se apresentou como um homem de pele parda, com cabelos e barba ralos, usando óculos e uma camiseta branca com gola verde e mangas laranjas. Ele explicou que, por ter chegado no final da fala do Conselheiro Thiago, levantaria questões que talvez não estivessem diretamente relacionadas à ouvidoria, mas que considerava importante externar no momento. O Conselheiro, então, levantou uma questão que, embora não diretamente ligada à ouvidoria, é de grande relevância: a dificuldade de obter retorno de alguns e-mails de canais de atendimento do Ministério da Cultura. Ele mencionou que pontos de cultura têm o procurado com dúvidas sobre a política de Cultura Viva e não estão obtendo respostas. Ele também citou o e-mail de prestação de contas da Lei Paulo Gustavo, onde o retorno é inconsistente. O Conselheiro Barreto se colocou como exemplo, afirmando que ele próprio já enviou diversos e-mails que até hoje não foram respondidos. Ele pediu que o Ministério avalie a situação para garantir um retorno efetivo a todas essas pessoas. Em seguida, o Conselheiro Shaolin Barreto abordou uma questão relacionada à participação social e à escuta pública. Ele se referiu a uma fala anterior do Conselheiro Thiago Pinho sobre a escuta pública não ter um caráter deliberativo. O Conselheiro Barreto disse que essa questão é de grande importância e que já havia enviado um ofício sobre o tema do fundo vinculado. Ele sugeriu que o Ministério, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), emita um parecer jurídico sobre o que significa "fundo vinculado". Ele explicou que, embora a verba seja repassada fundo a fundo, ela não é depositada em um fundo municipal de cultura, mas sim em uma conta vinculada ao fundo. O Conselheiro Shaolin Barreto defendeu que, se a conta é vinculada, ela deve seguir a legislação do fundo municipal, o que fortaleceria a participação social. Ele argumentou que o poder deliberativo, que pode não estar presente na legislação da PNAB, pode estar previsto no texto do fundo municipal. Portanto, para ele, é fundamental que o Ministério emita um posicionamento jurídico para esclarecer o que é um fundo vinculado. Por fim, ele fez uma pergunta sobre os dados da prestação de contas da Lei Paulo Gustavo, uma vez que muitos municípios tem declarado que o link de publicação no Diário Oficial não tem sido aceito e a complementação tem sido requisitada. O Conselheiro Shaolin Barreto continuou sua fala, questionando quais seriam os procedimentos para os municípios que se encontram inadimplentes em relação aos recursos da cultura

e, por essa razão, estão impedidos de firmar qualquer tipo de convênio. Ele perguntou quais ações, além da prestação de contas nas plataformas Transferegov e Siconv, seriam necessárias para que esses municípios pudessem regularizar sua situação. Uma última preocupação levantada pelo Conselheiro diz respeito ao envio de uma planilha com dados pessoais dos beneficiários da lei. Ele se mostrou preocupado com o envio dessas informações — como renda e escolaridade —, que constam no censo inicial do formulário, para a plataforma Transferegov, um ambiente público. O Conselheiro indagou se o Ministério tem alguma posição sobre a publicização desses dados pessoais, mesmo que o documento não seja necessário para a prestação de contas. Por fim, o Conselheiro Shaolin Barreto pediu desculpas por ter se alongado e por ter abordado temas que não estavam diretamente ligados à pauta da ouvidoria, justificando que o atraso na sua chegada à reunião foi o motivo. Ele sugeriu que algumas de suas perguntas poderiam ser respondidas por e-mail em outro momento.

A Conselheira Gilcéia iniciou sua fala questionando o conceito da ouvidoria, cujo principal objetivo é "ouvir". Ela levantou a questão da acessibilidade, criticando a falta de mecanismos de escuta que permitam a comunicação com as comunidades mais vulneráveis. Exemplificou com a necessidade de se criar editais orais e se queixou de que não é possível ligar para a ouvidoria para registrar uma reclamação, sendo o processo restrito à comunicação por escrito. A Conselheira Gilcéia argumentou que o processo online para fazer uma manifestação na ouvidoria é burocrático, com muitas etapas, o que dificulta o acesso. Ela também expressou sua insatisfação com a falta de transparência em relação às reuniões on-line, mencionando um problema específico com a reuniões gravadas referentes à Lei 356, à Lei Rouanet e ao CNIIC, à qual não teve acesso. A Conselheira concluiu sua intervenção reforçando que precisará fazer uma ouvidoria sobre a própria transparência das reuniões e a acessibilidade da ouvidoria.

A Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural do Iphan, Laís Queiroz, iniciou sua fala apresentando-se como uma mulher negra, com cabelo black preso e vestindo uma blusa com flores vermelhas. A Sra. Queiroz, em sua fala, pontuou a importância do financiamento para a estruturação das políticas culturais e para o engajamento dos entes federativos e da sociedade civil. Ela fez um paralelo com o sucesso do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que funcionam bem por possuírem uma coordenação nacional que condiciona o repasse de recursos à execução de programas. Ela comparou essa lógica ao sucesso da Lei Aldir Blanc, a primeira iniciativa na história do Brasil a direcionar tanto fluxo de recurso para a cultura, descentralizando o poder de forma significativa. A Coordenadora-Geral discutiu como a estruturação do Sistema Nacional de Cultura está lidando com a governança e o controle social da Lei Aldir Blanc, e como se dá a integração entre ambos. Ela observou que o Sistema Nacional de Cultura está em fase de estruturação e adesão dos entes federativos, enquanto a Lei Aldir Blanc ganha cada vez mais popularidade. A Sra. Laís Queiroz mencionou que, no sistema de patrimônio cultural, há um grande gargalo: a falta de recursos para a

preservação, o que, muitas vezes, impede detentores, municípios e estados de agirem. Ela ressaltou que a Aldir Blanc de Patrimônio ajudou a abrir o olhar para onde esses recursos podem ser direcionados, mas defendeu que, além da sensibilização, é necessária uma coordenação vinculada ao próprio Sistema Nacional de Cultura. O objetivo seria garantir que os bilhões injetados pela Aldir Blanc sejam aplicados naquilo que está se estruturando como política pública nacional, ou seja, na governança entre estados, municípios e no controle social. A Coordenadora-Geral enfatizou a necessidade de evitar redundâncias na pactuação. Ela sugeriu que políticas como bolsas para mestres da cultura seriam mais fortalecidas se estivessem inseridas em um sistema nacional, com diretrizes claras e uma coordenação nacional, embora sem anular a autonomia dos municípios. Ela afirmou que esse alinhamento pode ajudar a evitar erros nos editais e promover ações continuadas, contribuindo para a sustentabilidade da política. A Sra. Laís Queiroz concluiu sua fala, dizendo que a promoção da autodeterminação de municípios e estados na execução de seus recursos deve caminhar junto com a garantia do pacto federativo e da articulação com a sociedade civil, por meio de uma governança robusta do Sistema Nacional de Cultura. Ela avaliou que essa abordagem poderia responder, em parte, às reclamações que chegam ao FalaBR sobre o mau uso dos recursos da Aldir Blanc em eventos como decorações natalinas ou festivais que não beneficiam artistas locais. Ela encerrou a sua participação expressando que a sua fala foi um desabafo para quem lida com a estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural em meio à falta de recursos.

A Conselheira Fernanda Adão fez sua contribuição que é registrada de forma literal em ata, conforme pedido feito durante a reunião:

"Gostaria de agradecer a presença da ouvidora e da Laís. Sempre tive muita curiosidade em saber como funcionavam esses processos, mas quero trazer aqui nesses 3 minutos o meu exemplo, um exemplo registrado no dia 30 de junho de 2023. Eu tive um primeiro prazo de atendimento, até 31 de julho de 2023. Eu encaminhei um e-mail ao CNPC solicitando algumas informações. Como não tive retorno, resolvi utilizar o canal da ouvidoria para coletar essas informações. O escopo abrangia o fato de que eu estava e ainda tenho muita dificuldade de acessar informações. A gente tem uma fonte inesgotável de pesquisa para que a gente possa atuar a para que o trabalho flua. Para isso, precisamos, minimamente, de uma estrutura de gerenciamento de documentos e informações para que tenhamos acesso centralizado. Fiz algumas perguntas e preciso destacar para vocês a resposta que tive. A resposta incluía reuniões que eu participei anteriormente a essa manifestação, reuniões ordinárias, e uma reunião que tive com o Daniel e com a equipe do Ministério da Cultura para esclarecimentos, mas eu precisava de informações tangíveis, por isso acessei a ouvidoria, para ver se recebia esses dados, informações e documentos. Eu solicitei, na época, vistas ao processo da quarta conferência e a resposta que tive da ouvidoria foi: 'Todas as pessoas públicas têm acesso direto ao sistema SEI. Numa segunda pergunta, em que eu queria os documentos gerados — atas, análises, etc. — da gestão do CNPC, que se findou em 2022, a resposta que eu tive foi: 'O CNPC tem um site onde temos todas as documentações referentes

ao Conselho Nacional'. Na terceira pergunta, eu queria um drive, um link de um drive, um repositório de informações com todos os documentos gerados pela comissão da quarta conferência nacional e a resposta foi: 'Conforme informado no item acima, todos os documentos estão disponíveis'. E fiz outras perguntas solicitando informações. Diante disso, eu registro o seguinte: se a pessoa — vou falar por mim, porque até tenho um mínimo de conhecimento em acesso tecnológico — está solicitando informações, é porque nem sempre as informações são intuitivas. Às vezes é preciso de muitos links. Eu penso que a gente não se pode supor que a pessoa tenha domínio tecnológico suficiente para somente dizer que a informação está em tal site. Sobre os processos SEI, por exemplo, eu só consigo acessar quando o CNPC me manda alguma solicitação de assinatura ou quando é para prestação de contas que a gente precisa assinar. Eu não consegui até hoje acessar nenhum processo SEI relacionado ao nosso trabalho que seja 100% público, pois eles sempre têm um cadeado ou uma chavinha. Nesta apresentação, inclusive, senti falta de uma visão consolidada de avaliação do serviço, como os tipos de irregularidades recebidas pela ouvidoria, os territórios abrangidos, qual é o gênero, a raça, ou quantas delas são PCD. Se o Ministério não apura, eu me pergunto: não seria o caso do próprio Ministério encaminhar a solicitação ao Ministério Público e acompanhar o caso, já que é o MinC que coordena o Sistema Nacional de Cultura? Para fechar, eu tive a sensação de que a resposta que me foi dada parecia que eu já tinha esses dados, e eu não os tenho até hoje esses dados. Me pareceu uma tentativa de convencimento até. Se a primeira resposta que eu tive não foi suficiente pra mim, foi vaga, eu não vou insistir por esse canal, e isso é péssimo para o sistema. Eu destaco a necessidade de incorporação desses processos de ouvidoria às iniciativas do Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais. É isso. Obrigada."

O Conselheiro Thaynã Paes fez sua contribuição que é registrada de forma literal em ata, conforme pedido feito durante a reunião:

"Bom, gente, eu ainda também não fiz a minha descrição desde a primeira vez que eu falei aqui. Eu sou um homem branco, estou de cavanhaque, estou com uma blusa vermelha e cabelo ralo também. Em relação ao que a Aline falou, que está participando aqui das reuniões e que pretende participar com a gente, eu acho isso muito bom. Se existe alguma possibilidade, no sentido de uma ouvidoria ativa, porque hoje mesmo, acho que algumas questões aqui que foram colocadas, principalmente sobre a reestruturação do Conselho e o não cumprimento de atos ministeriais, enfim, se a partir disso há algum encaminhamento aí dentro da ouvidoria. Em casos referentes ao próprio Ministério, caso haja alguma denúncia na ouvidoria referente ao próprio Ministério, por a ouvidoria estar no Ministério, será que é o melhor lugar para fazer essa denúncia? Ou seria direto no Ministério Público? Em caso de denúncias bem feitas, que eu conheço, já trouxe aqui para o Thiago, já trouxe para alguns colegas, a questão do município de Moeda, em Minas Gerais, eu recebi denúncias muito bem estruturadas. Então, o que acontece caso a denúncia seja factível? Até onde a ouvidoria consegue ir? Porque, até onde eu sei, essa moça que me fez a denúncia ainda não teve o retorno adequado. E, pelo pouco que eu conheço da legislação da PNAB, ela está coberta de razão em

denunciar. Gostaria de solicitar aqui, Aline, a possibilidade da construção de uma cartilha que vai explicar como proceder com a denúncia. Foi isso que você trouxe aqui pra gente, mas talvez de uma forma um pouco mais detalhada, para a pessoa entender o que deve conter nessa denúncia, como fazer e como acompanhar. Tanto uma cartilha quanto um produto audiovisual, sabe? Um vídeo explicativo com acessibilidade, para que a gente possa fazer esse material circular. Eu achei o número muito baixo pelo tanto de denúncia que eu ouço. Igual o colega conselheiro falou, a gente acaba sendo ouvidor também. A gente, que é conselheiro, escuta. Chega para a gente denúncia. Então, achei o número um pouco baixo, mas é isso. Era mais essa questão. Obrigado."

RESPOSTAS DA OUVIDORA ALINE TOFFETI

A Ouvidora Aline Toffeti agradeceu a todos os conselheiros pelas perguntas e, para otimizar o tempo, optou por responder a todas as indagações de uma só vez, abordando cada ponto por conselheiro.

Em resposta ao Conselheiro Elson Rocha:

A Ouvidora Aline Toffeti abordou a questão do sigilo versus o interesse público. Ela esclareceu que a restrição se refere a casos concretos, não impedindo a emissão de relatórios temáticos ou a apresentação de dados mais específicos, como o perfil dos denunciantes, o que a conselheira Fernanda Adão havia sugerido. A Ouvidora explicou que o sigilo é uma medida de proteção ao cidadão. Ela exemplificou com casos em que a identidade de um denunciante foi comprometida e informou que o Ministério já trabalha para que cópias de relatos não saiam na íntegra do sistema FalaBR. Ela enfatizou que a proteção da identidade do denunciante é uma obrigação legal, conforme previsto em decreto, e que o Ministério busca garantir essa proteção tanto em denúncias não identificadas quanto identificadas.

Sobre a percepção de que gestores desdenham da ouvidoria, a Ouvidora reconheceu que isso é um problema. Ela explicou que muitas vezes a atuação do Ministério é limitada, pois a fiscalização de determinados casos foge de sua competência. Nesses casos, a resposta enviada ao cidadão é a de que ele procure um órgão de controle local, como o Ministério Público ou o Tribunal de Contas, que têm prerrogativas maiores. A Sra. Toffeti informou que a questão da confiabilidade da ouvidoria é um tema amplamente discutido em fóruns de ouvidores e que a intenção é trabalhar em conjunto com os conselheiros para orientar a população sobre como e onde registrar as denúncias, de modo a garantir um processo mais efetivo.

Em resposta à Conselheira Carmen Negrão:

A Ouvidora comentou que a pergunta sobre a restrição de repasse de recursos a gestores denunciados seria melhor respondida pela equipe da DAST. No entanto, ela antecipou que, no âmbito da ouvidoria, essa ação não seria possível. Isso porque a denúncia é um relato de uma suposta irregularidade, e a ouvidoria só pode tratar o caso como irregular após o fim de uma investigação formal, não podendo, portanto, impor sanções imediatas.

Em resposta ao Conselheiro José Facury:

A Ouvidora reforçou o que já havia sido dito: o canal oficial para o registro de manifestações é a plataforma FalaBR. Ela destacou que as denúncias informais, que chegam diretamente aos conselheiros, não podem ser trabalhadas de

forma oficial pelo Ministério. A Ouvidora sugeriu que os conselheiros, se for de seu interesse, podem reunir os relatos que chegam a eles e registrar essas manifestações no FalaBR em nome do Conselho. A Ouvidora Aline Toffeti se colocou à disposição para que o Conselho indique um representante que possa acompanhar os registros de denúncias, mesmo que eles sejam enviados via SEI por ofício.

Em resposta à Conselheira Gilcélia:

A Ouvidora Aline Toffeti explicou que a plataforma FalaBR possui recursos de acessibilidade. Sobre a impossibilidade de registrar denúncias por telefone, ela argumentou que a medida visa a proteger o denunciante. Para suprir a necessidade de quem não pode escrever, a ouvidoria oferece um atendimento personalizado virtual, no qual o cidadão pode fazer seu relato oralmente. Um profissional da ouvidoria transcreve a manifestação, o cidadão a valida e, então, o registro é feito no FalaBR. A ouvidoria esclareceu que o atendimento telefônico é destinado exclusivamente para informações e orientações, e não para registro de manifestações.

Em resposta Conselheira Fernanda Adão:

A Ouvidora sugeriu que a dificuldade de retorno em canais de contato, como e-mails e telefones, pode ser resolvida por meio de uma reclamação formal na ouvidoria. Ela explicou que registrar essas reclamações é a forma de a ouvidoria atuar na proposição de melhorias para os setores e garantir que os canais de atendimento funcionem de maneira efetiva. A Ouvidora mencionou que a ouvidoria já recebe e trata casos relacionados a canais de atendimento da Lei Rouanet, da Lei Paulo Gustavo e da PNAB, e que o registro formal é o único caminho para que a ouvidoria possa intervir.

A Ouvidora orientou a Conselheira Fernanda a registrar na ouvidoria a sua queixa sobre a falta de acesso à reunião gravada de reunião. Ela reforçou que o registro é fundamental para que a ouvidoria possa atuar de forma estratégica e demonstrar a real dimensão dos problemas. A Ouvidora mencionou que a ouvidoria pode atuar de forma ativa e que, mesmo não estando presencialmente nas reuniões, a equipe está disponível para auxiliar os conselheiros. Ela sugeriu que os conselheiros podem fazer o registro de denúncias durante os intervalos das reuniões, em um ambiente mais sigiloso, garantindo a efetividade do processo.

A Ouvidora Aline Toffeti comentou a fala da Conselheira Fernanda Adão sobre o caso específico dela, colocando-se à disposição para analisar o processo se o número for enviado por e-mail. Ela informou que a ouvidoria tem trabalhado junto à DAST e à SFIC para melhorar a qualidade das respostas. Sobre a falta de acesso a processos SEI, a Ouvidora comunicou que o Tribunal de Contas da União (TCU) fez uma recomendação para que o Ministério disponibilize a consulta pública no SEI até julho de 2026. A Ouvidora confirmou que a ouvidoria tem previsão de incluir informações no painel de indicadores do SNIC e que conversou com a Secretária Roberta para iniciar as tratativas para também incluir no CULTBR.

Em resposta Conselheiro Thaynã:

Sobre a pergunta de Tainã, a Ouvidora respondeu que as denúncias de má conduta no âmbito do próprio Ministério são tratadas de forma diferente.

Dependendo do nível hierárquico do denunciado, o caso nem é encaminhado para a Corregedoria do Ministério mas para a Corregedoria-Geral da União (CGU). Ela explicou que os cargos de ouvidor e corregedor têm mandato, o que garante a eles proteções para que não se submetam à gestão, permitindo uma atuação imparcial.

A Ouvidora abordou o caso específico do município de Moeda, dizendo que precisaria analisar os detalhes das denúncias para dar um retorno mais preciso. Ela explicou que os prazos de investigação de denúncias são maiores que os 30 dias prorrogáveis por uma vez, de uma manifestação comum, pois envolvem o devido processo legal, com contraditório e ampla defesa. A Ouvidora informou que o que a legislação exige é que o cidadão seja notificado de que a investigação foi iniciada e, ao final do processo, seja informado do resultado.

A Ouvidora Aline Toffeti acolheu a sugestão da criação de uma cartilha e produtos audiovisuais sobre como registrar uma denúncia. Ela informou que o material já está em construção em conjunto com a corregedoria e que a ideia é, de fato, criar algo mais acessível e palatável para a população, como histórias em quadrinhos e e-books, que também reflitam o caráter cultural do Ministério.

Conselheiro Júnior Xucurú

O Conselheiro Júnior Xucurú iniciou sua fala elogiando a resposta da ouvidora, afirmando que ela foi muito além do esperado. Ele destacou que a ouvidora abordou os pontos de quem quer ser ouvido e de quem quer fazer uma denúncia, o que, para ele, é de suma importância. O Conselheiro Júnior Xucurú também ressaltou que a obrigação de denunciar não é apenas das pessoas que se sentem lesadas, pois muitas delas, nas bases, confiam nos conselheiros, mas têm medo de repressão por parte dos gestores locais, sejam eles prefeitos ou outras autoridades. Ele relatou que o fazedor de cultura, muitas vezes, é ameaçado ou prejudicado e que existem "esquemas" para impedi-lo de participar e concorrer a recursos. Ele enfatizou que os conselheiros, ao contrário, não têm medo de autoridades e estão ali para defender o povo. O Conselheiro Xucurú mencionou que o papel de denunciar, muitas vezes, é transferido para os conselheiros, porque o fazedor de cultura não tem coragem de fazê-lo. Ele deu o exemplo de casos em que "projeteiros" se aproveitam da falta de conhecimento de fazedores de cultura, roubam ou falsificam assinaturas para se apossar do dinheiro. O Conselheiro ressaltou que a comunidade cultural, muitas vezes, não tem a mesma voz que os conselheiros para denunciar essas situações em Brasília. O Conselheiro Júnior Xucurú concluiu sua fala afirmando que é de suma importância que os conselheiros denunciem todas as formas de corrupção, seja ela praticada por conselheiros, gestores ou qualquer pessoa que roube a cultura nacional. Ele enfatizou que o dinheiro é público, pertence ao povo, e deve ser usado da forma correta. O Conselheiro finalizou dizendo que, em sua visão, a cultura é o "pão de cada dia" e que é preciso impedir que ela seja tirada de quem mais precisa. Ele reforçou que o papel dos conselheiros é acompanhar, denunciar e fortalecer a cultura brasileira.

Diretor Thiago Rocha

O Diretor Thiago Rocha iniciou sua fala com uma complementação às discussões. Em relação à provocação da Conselheira Carmen Negrão, ele

informou que está em discussão nova Instrução Normativa, mais explícito em Portaria, que versa sobre a possibilidade de que, em caso de irregularidades, o Ministério possa incidir sobre as parcelas de repasse que estejam em execução e sobre as próximas a serem recebidas. Ele também pediu apoio dos conselheiros para que o apoiem caso essa medida gere críticas.

Sobre a fala do Conselheiro Shaolin Barreto, o Diretor comentou a questão da Lei Paulo Gustavo e explicou que a Presidente Robertatambém questionou o uso dos links no site. O Diretor disse que sua equipe vai analisar o fluxo de informações para verificar se há algum ruído e buscar a melhor forma de corrigi-lo.

O Diretor Thiago Rocha reforçou que é importante lembrar que existem ouvidorias nos estados e municípios, e que é preciso ter clareza sobre o papel de cada ente federativo. Ele explicou que o Ministério da Cultura não pode atuar no mérito de questões como a desaprovação de um edital local, que é de competência de outras instâncias. Ele acrescentou que a atuação do Ministério, muitas vezes, é a de encaminhar o caso para o órgão que tem competência para apurar e punir criminalmente, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas e até a delegacia. Ele ressaltou que o objetivo não é que um canal anule o outro, mas que se entenda a competência de cada órgão.

O Diretor finalizou sua fala chamando a atenção para a questão dos números apresentados pela ouvidora. Ele defendeu que, apesar de ouvir muitas reclamações e denúncias, os números formais são baixos, o que demonstra que não há uma explosão de denúncias como muitos acreditam. Ele alertou que há pessoas mal-intencionadas que, com base em falsas narrativas, tentam desestabilizar e desacreditar as políticas de cultura. Ele enfatizou que, numericamente, a cultura tem um percentual de denúncias menor que o de outras políticas públicas, o que desmente a narrativa de que o dinheiro da cultura está sendo mal utilizado. Ele concluiu que o Conselho tem um papel estratégico em desconstruir essa narrativa.

Encaminhamentos da Presidente RobertaMartins - Formação em Transparência Pública

A Presidente RobertaMartins iniciou sua fala propondo um encaminhamento para a reunião. Ela sugeriu a realização de uma formação sobre ouvidoria e apuração de denúncias no serviço público, acreditando ser essencial para desmistificar o tema. Ela reconheceu que os presentes na reunião, e o público em geral, precisam compreender melhor o papel de órgãos como o Ministério Público, Tribunais de Contas (estaduais e municipais), o TCU e a CGU.

A Secretária informou que essa formação não seria feita exclusivamente pelo Ministério da Cultura, mas com a participação de grupos da sociedade civil organizada, que possuem uma linguagem mais acessível para tratar de temas como o trato com o dinheiro público e as políticas públicas. Ela defendeu que a formação deve ser direcionada não apenas aos conselheiros do CNPC, mas a todos os conselheiros e pessoas que atuam no setor cultural.

A Sra. Roberta Martins compartilhou que sua experiência na construção de processos de ouvidoria e transparência em Niterói (RJ) a fez aprender muito sobre o assunto, e que a formação proposta seria fundamental para aprimorar a atuação dos conselhos na recepção e encaminhamento de denúncias e

sugestões. Ela pediu à equipe da DAST que inicie a busca por uma instituição parceira para a realização da formação, que deve ter uma linguagem simples e assertiva.

A Secretária enfatizou a importância de se compreender o papel dos conselheiros nesse processo e a realidade do contexto federativo. Ela mencionou que a organização dos processos de escuta pública não é uma questão exclusiva da cultura, mas uma melhoria na qualidade do atendimento à sociedade. A Secretária solicitou que a DAST encaminhe a proposição ainda este ano, reforçando a importância de que a formação seja organizada por um órgão da sociedade civil, pois a interpretação da legislação pode ser diferente quando não é feita por um órgão governamental.

A Secretária ressaltou que essa iniciativa traria um salto de qualidade na execução das ações de transparência pública,. A Sra. Roberta Martins finalizou sua fala agradecendo as intervenções dos conselheiros, que a fizeram refletir e aprimorar a sua atuação como agente público.

INFORMES E MOÇÕES

Conselheira Carmen Negrão

A Conselheira Carmen Negrão iniciou a sua fala pedindo licença para ler um texto, a fim de não se perder e respeitar o tempo de 3 minutos. Ela relatou que São Paulo, tanto a capital quanto o estado, enfrenta um período crítico na cultura, sem conselhos ativos e sem diálogo real com a sociedade civil. Ela caracterizou o cenário como de desmonte, no qual a política cultural se tornou um braço auxiliar do mercado, e o poder público abandonou seu papel de mediador, investidor e garantidor do fomento. Segundo a Conselheira, a lógica adotada é neoliberal, com a entrega de equipamentos culturais a empresários e a transformação de projetos em produtos, tratando a arte como um ativo financeiro. Ela afirmou que a resistência da sociedade civil se mantém nas "brechas", criando com quase nada, apesar de tudo.

A Conselheira Carmen Negrão agradeceu a todos os trabalhadores do Ministério da Cultura que se dedicam à construção do Sistema Nacional de Cultura, da Lei Aldir Blanc, da Política Nacional de Cultura Viva e da nova Lei de Fomento à Cultura. Ela reconheceu que essas políticas não se concretizam sem a vontade política dos gestores e a participação ativa de todos os envolvidos. No entanto, ela mencionou que é preciso ser realista e enfrentar um grande desafio: a sobrecarga da Lei Aldir Blanc, que, nesse momento, é a principal fonte de fomento, mas tem recebido novas atribuições, como a requalificação da infraestrutura cultural e a formação de gestão, o que demonstra que o "cobertor é muito curto". A Conselheira enfatizou que a cultura se faz com pessoas, mas também com estrutura e investimento.

Em sua fala, a Conselheira concordou com a Presidente Roberta Martins sobre a importância de se abrir o debate sobre a Lei Aldir Blanc e a necessidade de se discutir a Inteligência Artificial (IA). Para isso, ela sugeriu a realização de reuniões extraordinárias virtuais com pautas únicas. Ela recomendou que os presentes assistam à sessão da comissão de cultura do Congresso do dia 9 de

julho, que ela classificou como "terrível" pela forma e pelo deboche com que o tema foi tratado.

Por fim, a Conselheira Carmen Negrão solicitou que fosse registrada em ata uma ocorrência grave:

"Gostaria que constasse em ata um registro de uma ocorrência grave de quebra de confiança no grupo de conselheiros titulares e suplentes da sociedade civil. Houve um ato de printar conversas internas do grupo e divulgá-las em outros espaços, além do nosso ambiente de diálogo institucional. Essa atitude gerou uma ruptura profunda no grupo, comprometendo a confiança mútua entre os conselheiros e prejudicando o trabalho coletivo do Conselho Nacional. A situação resultou ainda em episódios de perseguição, direcionada a vários conselheiros, inclusive a mim, por meio de mensagens no WhatsApp e ataques nas redes sociais por parte de grupos externos com interesse divergente da missão de construir e fortalecer as políticas públicas de cultura.

Recentemente recebemos, inclusive de ontem para hoje, e-mails. Algumas pessoas do poder público também, e eu não sei como e por que eles têm acesso aos nossos e-mails pessoais. Eu sei que poderiam ter acesso aos e-mails do poder público que estão lá, expostos, mas aos nossos? Quem é que deu esse acesso? . Mas eu queria, além do repúdio, ver o que nós podemos fazer para localizar de onde vem essa fonte. Eu acho que quem está fazendo essa ação deveria, no mínimo, ter uma atitude punitiva. É isso que eu tinha a relatar."

Presidente RobertaMartins

A Presidente RobertaMartins iniciou sua fala agradecendo aos presentes e ressaltando a importância das discussões levantadas. Ela destacou a defesa da coisa pública e a necessidade de aprimorar a comunicação sobre as políticas centrais e estruturadoras do Ministério da Cultura. A Secretária informou que o Ministério precisa fazer uma correção de rota em dois caminhos.

O primeiro caminho se refere à relação com a Câmara Federal. A Secretária explicou que se tem buscado uma aproximação, especialmente por meio dos presidentes das comissões. Ela mencionou que a comissão tem uma formação ampla, não se limitando a pessoas com um viés progressista. O segundo caminho, e um dos mais importantes, se refere à relação com o próprio Conselho. A Secretária orientou que seja feita a instalação imediata das Câmaras Temáticas que acompanham o CNPC.

A Presidente RobertaMartins anunciou que a equipe não tratará mais de questões pelo grupo geral de WhatsApp. As informações serão repassadas por uma linha de transmissão, com o objetivo de proteger pessoas honestas e comprometidas com o trabalho do Conselho. Ela declarou que o Ministério não vai mais permitir a comunicação oficial por WhatsApp, e que a partir de agora ela será feita por e-mail.

Em relação à denúncia de quebra de confiança feita pela Conselheira Carmen Negrão, a Secretária informou que o Ministério já encaminhou o e-mail recebido para a assessoria jurídica para que se possa entender a situação. Ela afirmou que o objetivo é ter uma conversa assertiva e respeitosa, e não necessariamente punitiva. A Secretária fez questão de ressaltar que o Ministério não deixará a situação impune e que, dependendo do caso, a apuração pode ser feita por

órgãos externos. Ela mencionou que, se a situação for passível de criminalização, a apuração pode ser feita pela Polícia Federal.

A Sra. Roberta Martins destacou que o Ministério vai ter que abrir uma apuração e que, inclusive, já solicitou as primeiras observações sobre o caso. Ela enfatizou que não se sabe se o caso será apurado fora do Ministério da Cultura, mas que a apuração será feita de forma independente. A Secretária lembrou de um caso anterior, envolvendo o comitê do Amazonas, que resultou na rescisão de um contrato, e disse que o compromisso do Ministério e do governo é sempre buscar a melhoria da atuação, mas que, em casos graves, é necessário tomar medidas mais drásticas. A Secretária concluiu sua fala agradecendo à Conselheira Carmen Negrão.

Conselheira Fernanda Adão

A Conselheira pediu que sua fala fosse registrada em ata de forma literal:

"Eu, Fernanda Adão, conselheira da sociedade civil do Conselho Nacional de Política Cultural, diante das recentes e graves exposições públicas de informações pessoais e de debates internos do CNPC, do MinC, a veículos de imprensa, manifesto o meu veemente repúdio. Somos conselheiros, mas nossa vida pessoal não está prevista em nosso termo de posse. Atos praticados por integrantes do Conselho ou por integrantes do MinC — não sei, gostaria de saber — ignoram os protocolos de sigilo e a responsabilidade na checagem de informações. Não apenas comprometem a integridade dos trabalhos do CNPC, mas expõem indevidamente os conselheiros.

O resultado tem sido o assédio virtual e a responsabilização injusta de membros da sociedade civil por atos e informações sobre os quais não temos controle. É inaceitável que, em nossa missão voluntária de contribuir para a construção de políticas públicas da cultura, tenhamos nossa integridade e saúde mental ameaçadas. Como elo vital entre a sociedade e o poder público, o nosso trabalho é prestar um serviço público essencial e o mínimo que se espera é respeito e proteção.

Reivindicamos a exclusividade de colaboradores ao CNPC, especialmente no que tange à comunicação e à publicidade dos nossos trabalhos. Encaminhamentos e resultados não só via site, mas também pelas próprias redes sociais do MinC.

Essa medida é crucial, não apenas para garantir a credibilidade do nosso Conselho, mas também para assegurar a preservação e a proteção mental de nós, conselheiros, que, de forma voluntária e incansável, dialogamos com todo o Brasil. A transparência deve caminhar junto com a proteção. Não podemos permitir que o trabalho voluntário e essencial da sociedade civil seja desvalorizado e colocado em risco.

Destaco a necessidade de abertura de processo interno de apuração e providências viabilizados pelo Ministério da Cultura, principalmente pela gestão que dialoga diretamente conosco. Eu encaminharei este texto que estou lendo para o e-mail oficial do CNPC e peço aos demais conselheiros e conselheiras o apoio pela aprovação dessa moção para a proteção do nosso trabalho.

Obrigada."

Presidente Roberta Martins

A Presidente Roberta Martins, em resposta à Conselheira Fernanda Adão, agradeceu a moção e informou que ela se somará a um processo interno já

aberto pela Secretária. Ela explicou que, infelizmente, um membro de sua equipe — que tem se dedicado incansavelmente para a efetividade do Conselho — está entre os envolvidos. A Secretária garantiu que a moção será anexada ao processo que já está em andamento.

A Secretária declarou que, após ter recebido um e-mail na noite anterior, sua equipe está fazendo a análise neste exato momento para abrir o processo interno. Ela informou que se ausentará na parte da tarde e que o Diretor Thiago Rocha ficará responsável por acompanhar a equipe, pois o assunto "não passará em branco". A Secretária enfatizou a importância da responsabilidade coletiva e do compromisso com a coisa pública, reforçando a necessidade da ética nos discursos e na prática. Ela disse que há muito a ser construído, mas que é preciso ter um diálogo sincero, sem retaliações, e que o caminho é construído coletivamente.

A Presidente Roberta Martins citou o exemplo do Conselheiro Tainã, que presta serviço para uma das ações do Ministério e, apesar das divergências de forma, nunca houve qualquer problema na relação de trabalho. Ela afirmou que o Ministério preza por relações igualitárias e pela "sanidade política" no trato entre as partes. A Secretária mencionou que a jornada será difícil e que o recrudescimento no ambiente político exigirá que todos fiquem atentos, fortes e solidários.

Maurício Cândido da Silva (ICOM Brasil)

Maurício Cândido da Silva, representante suplente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil), iniciou sua fala apresentando-se como um homem de pele clara, 57 anos, cabelos grisalhos e bigode. Ele mencionou usar óculos de armação preta e um boné.

Em sua fala, Maurício Cândido da Silva agradeceu a oportunidade de se expressar e fez um pedido de informação. Ele lembrou sua eleição, na 42ª Reunião do CNPC, para compor o grupo executivo responsável pela elaboração do Plano Nacional Setorial do Patrimônio Cultural. O conselheiro relatou que, até o momento, não recebeu nenhum retorno sobre a formação desse grupo. O conselheiro expressou a sua preocupação, destacando que, como representante, ele se comprometeu a repassar informações para sua comunidade e para colegas como a Ana Maltês, Daiara Tukano e o Mestre Gavião. Por isso, ele solicitou um feedback sobre o status da formação do grupo para que possa atualizar seus pares.

Por fim, Maurício Cândido da Silva solidarizou-se com a Conselheira Carmen Negrão em relação à quebra de confiança no grupo. Ele classificou o ocorrido como "bastante grave", concordando com a Presidente Roberta Martins sobre as questões éticas e legais envolvidas. O conselheiro concluiu sua fala afirmando que, em um conselho em construção, o episódio afeta diretamente a confiabilidade entre os membros, e por isso, ele endossava os encaminhamentos propostos.

Presidente Roberta Martins

A Presidente Roberta Martins agradeceu a intervenção de Maurício Cândido da Silva e, em resposta ao seu pedido, se comprometeu a formalizar uma solicitação à presidência do Iphan, em nome do Conselho, para que se obtenha uma resposta sobre o status do grupo executivo. Ela informou que, embora a

equipe do Iphan esteja presente na reunião, fará a formalização por escrito. A Secretária pediu que o conselheiro Maurício Cândido da Silva aguardasse a formalização.

Conselheiro Thaynã

Segue registro literal da fala do Conselheiro Thaynã:

"Vou tentar ser mais breve aqui. São duas notas de repúdio. A ideia é fazer a leitura e colocar no grupo para que os colegas também tenham a oportunidade de contribuir para que ela fique mais de acordo. Lembrando que as últimas moções não foram publicadas, elas só foram faladas aqui e não foram nem lidas por completo no plenário. Então, é importante, acho que deve estar até no próprio regimento interno, eu não estou com ele aqui, que a moção deve chegar a quem ela se destina, e acho que tem até um prazo mínimo, e não foi cumprido. Espero que essas moções caminhem juntamente com as outras.

A primeira é uma moção de repúdio ao PL 2559 de 2021, o famoso PL da devastação. E o texto é: 'O Conselho Nacional de Política Cultural, reunido na 43ª reunião ordinária do dia 6 de agosto de 2025, vem por meio deste manifestar seu mais veemente repúdio ao Projeto de Lei 2559 de 2021, alvo de intensa crítica por diversos órgãos da sociedade civil, por representar grave afronta a direitos territoriais, culturais e ambientais de povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e demais comunidades tradicionais do Brasil. Considerando que o PL flexibiliza drasticamente o licenciamento ambiental por meio da ampliação do licenciamento por adesão e compromisso, permitindo o autolicensing sem análise técnica e estudos de impacto, mesmo para atividades de médio impacto, contrariando as decisões do STF e consolidando retrocessos legais. O texto exclui o processo de licenciamento de terras indígenas ainda não homologadas, territórios quilombolas e outras áreas tradicionais em processo de demarcação ou regularização, tornando-as vulneráveis à exploração predatória. O projeto revoga exigências de segurança hídrica e participação de órgãos como FUNAI, CNBio e Iphan, que limitam condicionalmente a essência para a mitigação de impactos socioambientais. Especialistas do ISA, SBPC, Fiocruz, SOS Mata Atlântica, Ministério do Meio Ambiente e Funai destacam que a aprovação e consolidação do PL é um retrocesso sem precedentes, ameaçando biomas como Amazônia e Mata Atlântica e violando compromissos climáticos do Brasil, especialmente às vésperas da COP 30. Ressaltamos que tal proposta institucionaliza o racismo ambiental, já denunciado em diversas notas públicas por refletir um modelo de desenvolvimento excludente e predatório, direcionado contra populações tradicionais!'"

"E por fim, os encaminhamentos. A moção deve ser encaminhada à Presidência da Câmara dos Deputados e à Presidência do Senado Federal, com cópia à Presidência da República, exigindo a rejeição imediata, ou o veto, ao PL em respeito à democracia cultural e socioambiental. Solicita-se que este Conselho reforce seu compromisso com a Convenção da OIT e com os princípios de justiça climática e preservação. A aprovação da moção do Conselho reafirma sua posição em defesa irrestrita à vida, aos direitos coletivos e aos modos de existência que sustentam o Brasil."

Presidente RobertaMartins

A Presidente RobertaMartins iniciou sua fala perguntando se todos estavam de acordo com o encaminhamento da moção apresentada. Com a ausência de manifestações contrárias, ela considerou que a moção foi aprovada por unanimidade.

A Secretária sugeriu que a moção seja enviada ao gabinete da ministra para que, em seguida, seja encaminhada às comissões correlatas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, incluindo as comissões de cultura e de meio ambiente. Ela pediu a atenção do Secretário-Executivo do CNPC Júnior Afro, solicitando que o encaminhamento seja feito imediatamente, sem a necessidade de esperar a ata ficar pronta.

Conselheiro Thaynã

Segue registro literal da fala do Conselheiro Thaynã:

A outra é uma moção de solidariedade à ministra Marina Silva:

'O Conselho Nacional de Política Cultural, reunido na 43ª reunião, manifesta irrestrita solidariedade à ministra Marina Silva diante dos ataques desrespeitosos sofridos durante a audiência no Senado Federal. Tais manifestações, marcadas por violência de gênero e racial, atentam contra a dignidade da pessoa humana e enfraquecem o espaço democrático de debate, especialmente quando dirigidas a uma liderança pública com reconhecida trajetória de defesa do meio ambiente, da justiça social e dos direitos das populações tradicionais. A ministra Marina Silva é referência nacional e internacional por sua atuação firme e coerente na proteção dos biomas brasileiros, em especial a Amazônia, patrimônio ambiental e cultural deste país. Seu trabalho é essencial para a construção de um Brasil mais justo, sustentável e plural.

Diante disso, o Conselho reafirma seu repúdio contra qualquer forma de desrespeito, discriminação ou tentativa de silenciamento de lideranças femininas e negras na vida pública, expressa seu total apoio à ministra Marina Silva e o reconhecimento de sua contribuição histórica para a defesa do meio ambiente e, por consequência, para a preservação da diversidade cultural brasileira, e encaminha a moção à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, à Presidência do Senado Federal e às demais autoridades competentes, solicitando providências para garantir o respeito institucional e o exercício pleno da democracia. Ao aprovar essa moção, o Conselho reafirma seu compromisso com a ética pública, a justiça ambiental e a valorização da diversidade como fundamento da cultura nacional'."

Presidente RobertaMartins

A Presidente RobertaMartins iniciou a discussão sobre a moção do Conselheiro Tainã Paes, informando que seria necessária uma leitura do texto completo para o devido encaminhamento. Ela solicitou que a moção fosse impressa para que a leitura fosse feita por toda a equipe.

Conselheiro José Facury

Em seguida, o Conselheiro José Facury mencionou que havia enviado uma moção de repúdio sobre a aprovação da cultura gospel no Congresso Nacional, e afirmou que a moção deveria reverberar a decisão da 4ª Conferência.

Presidente RobertaMartins

A Secretária respondeu que o mesmo encaminhamento seria feito para a moção de José Facury, mas solicitou que ele a formalizasse por escrito e a enviasse por e-mail para que a equipe pudesse fazer a leitura e a devida avaliação.

A Presidente Roberta Martins declarou que teria que adotar uma postura mais formal em resposta aos acontecimentos recentes. Ela informou que a equipe da Coordenadora Luísa Abbot cuidaria da impressão das moções, mas reforçou a necessidade de que a moção de José Facury fosse enviada formalmente por e-mail.

Conselheiro João Michel

Antes de encerrar a sessão, o Conselheiro João Michel pediu a palavra para uma intervenção breve. Ele lembrou que, na última reunião ordinária, ele e o Conselheiro Tainã Paes haviam falado ao Iphan sobre os reinados e congados e também sobre o ofício das quitadeiras. O Conselheiro expressou sua gratidão pelo fato de o Iphan ter realizado o seu trabalho, o que ele pôde verificar ao visitar Congonhas e constatar que o trabalho com os reinados e os congados já havia começado. Ele pediu para que a equipe levasse o seu agradecimento ao presidente do Iphan.

A Presidente Roberta Martins agradeceu a intervenção do Conselheiro João e informou que a reunião seria retomada às 14h30.

PARTE DA TARDE

O Conselheiro Júnior Xucurú presidiu a retomada da reunião, saudando os presentes. Ele anunciou a fala de João Pontes, que abordaria a Política Nacional de Cultura Viva e a importância da Teia na cultura nacional. Em seguida, concedeu-lhe a palavra.

Apresentação de João Pontes, Diretor da Política Nacional de Cultura Viva, Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural

O Diretor João Pontes iniciou sua apresentação saudando a todos e expressando sua alegria em estar na reunião. Ele se identificou e mencionou que sua secretaria é representada no Conselho pela Secretária Márcia Ronemberg. João Pontes explicou que a Teia está inserida em um processo histórico importante da Política Nacional de Cultura Viva, iniciada em 2004, no primeiro governo do Presidente Lula, e que completou 21 anos. Ele afirmou que a política vive seu melhor momento político e institucional, pois a Lei Aldir Blanc viabilizou o fomento de aproximadamente 15 mil Pontos de Cultura em todas as 27 unidades da federação e em mais de 1200 municípios. O Diretor informou que o cadastro de Pontos de Cultura, que atualmente tem cerca de 7 mil registros, deve chegar a 15 mil até o final do ano. Ele ressaltou a importância desse momento de crescimento da rede, de mobilização e de reconstrução da estrutura sistêmica.

O Diretor de Cultura Viva explicou que a 6ª Teia Nacional de Pontos de Cultura, que será realizada no próximo ano, terá como objetivo ser a culminância desse processo de crescimento da política, promovendo a articulação, a mobilização, o encontro e a celebração dos Pontos de Cultura. Ele comentou que a Teia tem um papel fundamental na articulação em rede, na mobilização e na formação dos Pontos de Cultura.

João Pontes lembrou as cinco edições anteriores da Teia, realizadas em São Paulo (2006), Belo Horizonte (onde foi criada a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura), Brasília, Fortaleza e Natal. Ele informou que o tema da próxima edição será "Justiça Climática, Emergência Climática e Bem Viver". A escolha do estado do Espírito Santo se deu em função do tema, pois o governo local preside o Consórcio Brasil Verde e o estado foi fortemente impactado pelo crime ambiental de Mariana. A cidade de Aracruz foi escolhida a partir de uma sugestão do governo do estado, devido à presença de 12 aldeias indígenas na região.

O Diretor da Cultura Viva explicou que o evento, denominado Festival Futuro Ancestral, terá um acampamento do "Bem Viver" e buscará ser mais do que apenas um discurso. A programação será integrada ao território e contará com a participação das lideranças indígenas locais. Ele informou que a organização do evento conta com uma comissão organizadora nacional, composta pelo Ministério, pela rede de Pontos de Cultura, pelo fórum de gestores estaduais, pelo fórum de gestores das capitais e pela rede de gestores. Também haverá um Grupo de Trabalho (GT) local, que inclui a rede de Pontos de Cultura do Espírito Santo, representantes indígenas, universidades, o governo do estado e do município de Aracruz.

O Diretor João Pontes informou que serão realizados fóruns estaduais, pelo menos um em cada estado, e que os governos estaduais são os responsáveis pela realização desses fóruns e por disponibilizar as passagens aéreas dos participantes para a Teia Nacional. Ao chegarem ao Espírito Santo, o Ministério, em parceria com o governo estadual e a prefeitura, será responsável pela alimentação, hospedagem e traslado.

A programação da Teia terá seis dias de duração, com a presença de cerca de 5 mil pessoas e mais de 100 apresentações artísticas. Nos primeiros dias, haverá o Fórum dos Pontos de Cultura e o Fórum de Gestores. Nos dias seguintes, haverá encontros setoriais e temáticos. A programação artística, com shows e mostras de artes cênicas, será uma constante. O Diretor mencionou que seria aberto um edital de credenciamento para as atividades.

Ao final de sua fala, João Pontes destacou os eixos temáticos do evento: Território Teia, com bioconstrução e a participação das aldeias indígenas; Acampamento do Bem Viver, inspirado no Fórum Social Mundial; Economia Solidária, com feira de artesãos de todo o Brasil; Festival Futuro Ancestral, com programação artística; Práticas de Saúde, com saberes ancestrais; Sustentabilidade; Comunicação Colaborativa; Cultura Alimentar, com foco na agricultura familiar e culinária local; Acessibilidade e Reflexão, Formação e Debates. Ele informou que o prazo para a realização dos encontros municipais é até 1º de dezembro de 2025, e dos estaduais, até 15 de dezembro.

Conselheiro Júnior Xucurú

O Conselheiro Júnior Xucurú agradeceu a apresentação de João Pontes e explicou que ele não estava na programação inicial da reunião. A sua presença, segundo o Conselheiro, foi um pedido dos conselheiros na reunião do dia anterior. Ele abriu espaço para perguntas.

Conselheiro Luís Vitelli

O Conselheiro Luís Vitelli iniciou sua fala questionando o Diretor João Pontes sobre a situação dos pontos de cultura autodeclarados e sua relação com os recursos, que, segundo ele, vão além da Lei Cultura Viva e da PNAB. Ele mencionou a "retomada de território" no Distrito Federal e uma reunião agendada para o dia seguinte para a preparação da Teia, que abordará a questão dos pontos de cultura locais.

O Conselheiro destacou que o Distrito Federal possui 20 pontos de cultura conveniados com a Secretaria de Cultura, mas que o número de autodeclarados já ultrapassa 100, além dos pontos da primeira leva de 2005. Ele questionou se haverá uma ampliação de recursos e de atuação, como ocorria no início da política. Ele também mencionou a atuação dos "comitês de culturas populares", que encontram, em sua visão, "princípios de objetivo de origem" dos pontos de cultura.

O Conselheiro solicitou uma definição sobre o que se entende por "autodeclarado", afirmando que o grupo está com dificuldades para chegar a uma definição. Ele informou que a Secretaria de Cultura local já disponibilizou mais recursos e está contratando agentes culturais que atuavam em "pontões", e perguntou como eles podem ampliar sua atuação no Distrito Federal, já se preparando para a Teia.

Conselheira Francinete Braga

A Conselheira Francinete Braga iniciou sua fala cumprimentando a todos e, dirigindo-se ao Diretor João Pontes, apresentou uma dúvida. Ela relatou que a Associação dos Artistas, da qual faz parte, se inscreveu há bastante tempo para ser um Ponto de Cultura, mas que, até o momento, não obteve retorno. A Conselheira mencionou que tentou acessar o site, mas que ele parecia estar com problemas.

A Conselheira Francinete Braga perguntou ao Diretor João Pontes quando as instituições que se inscreveram há mais de seis meses terão um retorno sobre a aprovação de sua inscrição e o que é necessário fazer para que elas se tornem, de fato, um Ponto de Cultura.

Conselheira Gilcélia

A Conselheira Gilcélia começou sua fala se desculpando por não ligar a câmera, explicando que estava deitada por conta de um problema na coluna. Ela parabenizou o Diretor João Pontes pelo trabalho e expressou o desejo de encontrá-lo pessoalmente para "tomar um chimarrão".

Em sua fala, a Conselheira Gilcélia trouxe uma questão que surgiu no chat do YouTube, sobre a dificuldade de obtenção de retorno em e-mails da Política Nacional de Cultura Viva, em particular sobre o credenciamento. Ela pediu que João Pontes disponibilizasse um telefone de contato e explicasse o processo de migração das plataformas de municípios para estados e para a federação. Ela ressaltou que a informação era importante para os conselheiros e para o público que acompanha a reunião pelo YouTube.

A Conselheira Gilcélia também sugeriu que fossem incluídos de quatro a cinco conselheiros na parte "climática" da Teia, mencionando a experiência de seu estado no atendimento emergencial e o trabalho da Conselheira Fernanda em casos como o de Brumadinho e Espírito Santo. Ela observou que a criação de uma Câmara Temática sobre o assunto era uma necessidade e expressou a

esperança de que o Conselho possa avançar nessa pauta antes do fim do mandato.

Conselheira Fernanda Adão

A Conselheira Fernanda Adão iniciou sua fala com uma áudio-descrição. Ela se identificou como uma mulher negra de 42 anos, 1,63 m, com cabelos crespos, pretos, na altura dos ombros, usando óculos de armação preta e uma blusa de estampa de onça. Ela representa a sociedade civil da região Centro-Oeste no Conselho.

A primeira questão que Fernanda Adão levantou foi sobre o valor total do recurso público previsto para a execução do evento, já que foi feita uma referência de que o processo de execução é similar ao da Conferência Nacional de Cultura. Ela perguntou se houve uma troca de experiências com a equipe que atuou na 4ª Conferência, com o objetivo de aproveitar as lições aprendidas e buscar melhorias.

A Conselheira mencionou a necessidade de transparência nos processos e perguntou como será feito o processo metodológico de escolha das pessoas que terão seus custos de participação na Teia cobertos por dinheiro público. Ela defendeu que as iniciativas da Cultura Viva sejam integradas aos conselhos municipais e estaduais, pois esses conselheiros são os multiplicadores formais das políticas culturais no Sistema Nacional de Cultura. Ela encerrou sua fala agradecendo o espaço.

Conselheiro José Facury

O Conselheiro José Facury iniciou sua fala cumprimentando a todos e parabenizando o Diretor João Pontes por ter aberto a pauta sobre a Cultura Viva, que ele considera uma das políticas mais interessantes do Ministério da Cultura.

O Conselheiro Facury apresentou uma sugestão, que ele pretende ecoar na Teia e em outras oportunidades. Ele sugeriu que os "pontões", devido ao volume de recursos que recebem e à rede que constituem, deveriam exercer uma "busca ativa" mais profunda para alcançar os fazedores de cultura que ainda estão afastados das benesses de programas como a PNAB. Ele defendeu que é preciso atingir a população das periferias, que, em sua visão, ainda está "desabastecida" desses recursos.

O Conselheiro propôs que essa busca ativa seja realizada em parceria com universidades públicas, no formato de um "diagnóstico de pesquisa-ação em campo", para que o trabalho tenha uma densidade fundamentada. Ele encerrou sua fala agradecendo o espaço.

Conselheiro Thaynã Paes

O Conselheiro Thaynã Paes iniciou sua fala agradecendo e parabenizando João Pontes pela explanação. Ele disse que, embora nunca tenha participado da Teia, ouve pessoas falarem sobre o evento com paixão, ressaltando sua importância para a articulação e o fortalecimento da Cultura Viva.

O Conselheiro reiterou as questões levantadas pela Conselheira Fernanda Adão sobre a transparência em relação ao orçamento e a forma como a participação no evento será viabilizada. Ele enfatizou a importância de garantir a presença de mestres da cultura, sugerindo que seja criado um encontro específico para eles dentro da programação. Ele disse que é fundamental que sejam pensados

mecanismos para garantir o direito de um acompanhante para os mestres idosos ou, na ausência de um, que haja uma pessoa designada pelo próprio governo para assisti-los.

O Conselheiro Tainã Paes elogiou a ideia de ter um edital para a participação de grupos e atividades culturais. Ele reforçou o apelo, já feito à Secretária Márcia Rollemberg, sobre a importância de a secretaria manter a política de editais de premiação para mestres e mestras das culturas populares e tradicionais. Ele sugeriu que o Ministério lance um novo edital, premiando pelo menos 20 mestres em cada estado e os trazendo a Brasília para uma cerimônia. O Conselheiro afirmou que essa iniciativa é muito importante para a política cultural, especialmente para o Presidente Lula, e que o Ministério tem a responsabilidade de dar um retorno à sociedade civil. Ele pediu que essa política, que foi tão importante nos primeiros governos Lula, não seja esquecida.

Conselheiro Júnior Xucurú

O Conselheiro Júnior Xucurú iniciou sua fala questionando o Diretor João Pontes sobre a situação dos povos indígenas em Brasília. Ele mencionou a existência de aproximadamente 10 mil indígenas na região, pertencentes a 37 povos e falando 25 línguas diferentes. O Conselheiro citou algumas aldeias e povos presentes no Distrito Federal, como os Tucano, Kariri-Xocó, o Recanto dos Encantados do povo Xucuru e o Santuário dos Pajés.

O Conselheiro perguntou como o Ministério pode ajudar na organização de um projeto de Pontos e Pontões de Cultura para que esses povos tenham acesso aos recursos, uma vez que o Governo do Distrito Federal, segundo ele, tem uma postura "totalmente anti-indígena". Ele descreveu a situação como "muito grave", citando casos de expulsão de indígenas e tentativas de desocupação de territórios tradicionais, como o Santuário dos Pajés. O Conselheiro demonstrou a dificuldade de se transformar um território em um Ponto de Cultura quando ele não tem sua proteção garantida.

Respostas do Diretor João Pontes

O Diretor João Pontes iniciou sua fala, agradecendo a oportunidade de conversar e dizendo-se à disposição para participar de futuras reuniões. Ele expressou satisfação por poder aprofundar em vários temas.

Em resposta ao Conselheiro Luís Vitelli sobre "autodeclarados" e o cadastro de Pontos de Cultura:

João Pontes esclareceu que o conceito de "autodeclarado" é um tema complexo e de debate histórico na Cultura Viva. Ele ponderou que, embora seja uma visão "bonita" dizer que todos os grupos culturais são Pontos de Cultura, uma política pública não pode ser definida apenas pelo desejo. Ele argumentou que seria uma visão "colonialista" se o Estado determinasse que um grupo é um Ponto de Cultura sem que este o queira. Por outro lado, ele afirmou que o simples desejo de ser um Ponto de Cultura não basta, já que é preciso atender a um conjunto de requisitos, como ser um grupo cultural de base comunitária, atuar em seu território e oferecer atividades gratuitas.

Ele informou que a definição de quem pode ser um Ponto de Cultura é um debate constante, conduzido pela Comissão de Gestão do Cadastro, que é paritária envolvendo o Ministério e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Para um grupo ser certificado, ele deve solicitar o ingresso por meio da

plataforma e o pedido é analisado por duas vias: Pela Comissão Nacional de Certificação, que é paritária e composta por representantes de todo o Brasil, incluindo conselheiros do CNPC. Por uma comissão de seleção de um edital, quando este tem a possibilidade de certificar novos grupos.

O Diretor reconheceu que houve um processo de migração da antiga "Plataforma Cultura" para a nova versão da "Plataforma Mapas", que causou atrasos na certificação. Ele se desculpou pelo inconveniente e explicou que a situação está se normalizando, e a equipe tem como meta zerar a fila de análise ainda no mês de agosto. João Pontes assegurou que nenhum grupo cultural foi prejudicado pela demora, pois os editais do primeiro ciclo da PNAB não exigiam a certificação prévia.

Em resposta à Conselheira Fernanda Adão sobre o processo de escolha dos participantes da Teia e orçamento:

João Pontes explicou que o processo de eleição e escolha dos participantes do fórum da Teia de Pontos de Cultura é 100% definido pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura, que é uma instância da sociedade civil. O Ministério atua em um papel de articulação e sugestão, mas respeita a autonomia da rede. Ele garantiu que a comissão já pactuou a reserva de cotas para mestres e mestras das culturas, assegurando sua participação como delegados na etapa nacional. Sobre o orçamento da Teia, o Diretor informou que a etapa nacional terá um investimento total de R\$ 21 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões diretamente do Ministério da Cultura, R\$ 2,5 milhões do governo do Espírito Santo, R\$ 12 milhões de projetos aprovados via Lei Rouanet além de recursos da PNAB que são uma possibilidade.

Balanço da Lei Aldir Blanc e a Meta do Plano Nacional de Cultura

João Pontes apresentou os dados de adesão à Lei Aldir Blanc. Ele informou que o valor de investimento em Cultura Viva, que era obrigatório de R\$ 388 milhões, superou a expectativa, alcançando mais de R\$ 450 milhões. A política foi adotada por mais de 1.000 municípios, superando a meta de 700, e por todos os 27 estados. O Diretor destacou que essa adesão em massa permitiu o fomento de cerca de 15 mil Pontos de Cultura em apenas um ano, cumprindo a meta 23 do Plano Nacional de Cultura, que previa esse resultado em dez anos.

Novas Linhas de Fomento e a Questão Indígena

O Diretor anunciou que, no segundo ciclo da PNAB, foi aberta uma nova linha de fomento, a concessão de bolsas para mestres e mestras das culturas tradicionais e populares, em complemento às três linhas já existentes e à Teia. O valor da bolsa será de R\$ 2.100, equivalente à bolsa de mestrado, para uma carga horária de 20 horas semanais. Ele explicou que a política da Cultura Viva já destinava 30% dos recursos de seus editais para culturas tradicionais e populares, e a nova linha reforça esse compromisso. O Diretor sugeriu que os conselheiros incentivem os estados e municípios a aderirem a essa linha de fomento.

Em resposta à pergunta do Conselheiro Júnior Xucurú sobre as comunidades indígenas de Brasília, o Diretor se desculpou por não poder responder diretamente. Ele explicou que a pauta específica das culturas indígenas é de responsabilidade da Diretora Karina, da mesma secretaria, e que seria inadequado que ele falasse sobre o assunto.

Esclarecimentos sobre Canais de Contato e o Processo de Certificação

O Diretor informou que o contato principal para questões da PNAB é o e-mail culturaviva.pnab@cultura.gov.br e que o e-mail geral também pode ser contactado: culturaviva@cultura.gov.br. Ele reconheceu que houve atrasos no retorno dos e-mails, mas assegurou que a situação foi normalizada com a chegada de novos servidores por meio de concurso público.

João Pontes explicou o novo e simplificado procedimento de certificação em massa para os Pontos de Cultura. Ele informou que os governos estaduais e municipais podem enviar uma planilha com a lista dos grupos certificados via editais. O Ministério, então, fará a conferência dos dados e do edital para garantir que as regras foram cumpridas. O Diretor garantiu que a certificação será rápida, pois a listagem de todos os pontos de cultura de um estado ou município será inserida no sistema de uma só vez, agilizando o processo.

Carlos Paiva, Assessor Especial da Ministra: Programas Nacionais Aldir Blanc.

O Assessor Especial da Ministra, Carlos Paiva, iniciou sua fala cumprimentando a todos e se dispondo a apresentar, em um tempo de 15 minutos, a proposta dos programas nacionais da Lei Aldir Blanc.

Contexto e Objetivos dos Programas

Carlos Paiva explicou que a proposta dos programas surgiu da demanda recorrente por uma maior orientação no uso dos recursos da PNAB. Ele mencionou que esta demanda vem sendo expressa na Conferência, nas oficinas regionais do Plano Nacional de Cultura e em diversos espaços de diálogo. O Assessor esclareceu que o Ministério da Cultura, seguindo um fundamento legal, buscou criar diretrizes para o uso dos recursos, sempre respeitando o pacto federativo, ou seja, com a união, os estados e os municípios, cada um com um papel especializado.

Ele informou que a ministra orientou o avanço nessas propostas, com a condição de que os programas fossem estruturantes e transversais, abrangendo diversos setores da cultura. O Assessor revelou que o Ministério criou três programas, os quais foram apresentados e aceitos por unanimidade no Fórum de Secretários Estaduais.

Programa de Ações Continuadas

O Assessor Carlos Paiva apresentou o primeiro programa: o de Ações Continuadas. Ele explicou que o programa tem como objetivo apoiar iniciativas culturais independentes que atuam de forma contínua e estruturante no território, como grupos, espaços, escolas livres e eventos. Ele enfatizou que os programas não são impostos, mas sim uma adesão voluntária dos estados e municípios.

Ele explicou que a política de fomento no Brasil historicamente é voltada para projetos específicos, como a gravação de um CD ou uma peça de teatro, o que, em sua visão, não acumula institucionalmente. Ele exemplificou que, se uma pessoa é convidada para dar uma palestra em um festival de cinema ou para coreografar para um grupo renomado, ela ganha credibilidade pela reputação das instituições, grupos e eventos, que funcionam como "capital institucional". Ele argumentou que estes espaços, grupos e eventos no Brasil viviam em constante precariedade, instabilidade e falta de previsibilidade, e que o

programa de Ações Continuadas foi criado para preencher essa lacuna. Ele citou precedentes desse tipo de programa na Bahia, no Ceará e na Funarte.

O Assessor informou que o programa apoiará espaços artísticos e culturais, escolas livres, grupos e coletivos, e eventos artísticos e culturais continuados. Ele esclareceu que as iniciativas devem ser "independentes", ou seja, não podem ter vínculo com o governo, empresa ou com o sistema "S". Ele destacou que os editais exigiriam um mínimo de três anos de atuação contínua ou três edições, no caso de eventos. Os estados e o Distrito Federal que aderirem deveriam aplicar um mínimo de 10% dos recursos da PNAB, com apoio de no mínimo dois anos. O apoio mínimo anual seria de R\$ 100 mil.

Carlos Paiva destacou que as portarias que instituíram o programa contêm uma inovação importante: elas definem claramente o papel de cada ente federativo. Ele afirmou que, salvo melhor juízo, no momento, nenhum outro programa do Ministério da Cultura possui competências federativas tão claras, o que é fundamental para o avanço do Sistema Nacional de Cultura. O papel da União, nesse sentido, é dar apoio técnico na construção dos editais, monitorar os apoios e promover redes de articulação para os selecionados. Ele explicou que, superada a questão do financiamento, os apoiados podem passar a discutir questões como curadoria, formação de público e fortalecimento institucional. O Assessor explicou o papel de cada ente federativo no programa de Ações Continuadas. A União é responsável por monitorar e avaliar os resultados do programa, além de oferecer formação e promover a troca de experiências entre a rede de iniciativas apoiadas. Aos estados, cabe garantir o investimento mínimo de 10% da PNAB e assegurar que os editais prevejam um apoio de, no mínimo, dois anos, com um valor mínimo anual de R\$ 100 mil. Ele mencionou que o programa deixa a cargo dos estados a decisão de serem mais ousados ou menos, a depender das realidades locais, e de apoiar pelo menos três das quatro tipologias de iniciativas. Já os municípios que aderirem ao programa devem apoiar ao menos uma tipologia. O Assessor destacou a importância de se evitar a concentração de recursos, criando complementaridade entre o apoio estadual e municipal.

Programa de Requalificação da Infraestrutura Cultural

Carlos Paiva apresentou o segundo programa, o de Requalificação da Infraestrutura Cultural. Ele afirmou que não existe um campo cultural forte sem uma boa infraestrutura, o que inclui espaços para ensaiar, criar, exhibir e ter acervos de memória. Ele explicou que o programa tem a intenção de reabrir e qualificar espaços culturais que estão fechados ou em condições precárias, com um investimento menor do que o de construir um novo. A ideia é ampliar o acesso e fortalecer a rede de equipamentos culturais do Brasil, já que, segundo dados, há uma grande ausência de espaços em diversas regiões.

Ele informou que o programa seguirá um modelo de adesão similar ao anterior, com o investimento mínimo de 10% da PNAB. Ele mencionou que o programa pode apoiar tanto espaços culturais públicos quanto privados, e que a União, por sua vez, monitorará a situação dos equipamentos culturais e oferecerá apoio técnico, definindo padrões mínimos de qualidade.

Programa de Formação em Gestão Pública

O Assessor Carlos Paiva apresentou o terceiro e último programa, o de Formação em Gestão Pública, que ele definiu como um capital humano. Ele destacou que a demanda por formação é histórica, mas que nunca houve um programa estruturado nesse campo. A decisão de focar na gestão pública se deu por ser um tema estruturante para a política cultural. Ele citou um relato de agentes culturais do Rio de Janeiro que apontam a necessidade de formar os gestores municipais.

O Assessor explicou que, com o volume de recursos e os avanços legais no Sistema Nacional de Cultura, o país tem uma oportunidade única. Ele informou que o programa está em revisão e que a ideia é que os estados trabalhem de forma colaborativa para a criação dos conteúdos de formação, evitando a duplicação de trabalhos. Ele sugeriu que um comitê, com representantes de estados, municípios e da União, defina os conteúdos. O programa prevê uma carga horária mínima de 120 horas, podendo ser híbrida ou presencial. Os participantes seriam as equipes dos órgãos de cultura, conselheiros e outros profissionais que influenciam na gestão, como auditores e procuradores.

PERGUNTAS DOS CONSELHEIROS

Conselheiro Thaynã Paes

O Conselheiro Thaynã pediu que sua fala fosse registrada em ata de forma literal:

"Vou fazer um esforço aqui enorme para poder tentar falar em 2 minutos, Carlos. É muito importante sua presença aqui. A gente falou aqui mais cedo, mas só para reiterar a importância de que a ministra também nos ouça, sabe, Carlos? Até hoje a gente não conseguiu ter um diálogo direto com a ministra. O Conselho até hoje não conseguiu dialogar direto com a nossa ministra, sabe? Eu fiquei muito feliz quando ela foi eleita, tinha muitas expectativas, mas, já tem um tempo já que minhas expectativas estão cada vez mais baixas, porque a gente não tem conseguido esse diálogo que eu acho que é fundamental. Mas que bom que você está aqui hoje.

Eu vi que vocês basearam muita coisa na conferência. Só para lembrar, a conferência votou e priorizou 30% dos recursos da PNAB para culturas populares, povos e comunidades tradicionais e culturas periféricas. Isso foi priorizado e até hoje não houve nenhuma sinalização do Ministério para isso. Eu já falei isso aqui pelo menos umas 50 vezes. No estado de Minas Gerais a gente fez os 30% e o nosso presidente Lula perde uma oportunidade enorme de fazer chegar esse recurso no nosso povo, o povo que elegeu também o nosso presidente. Então, eu acho muito ingrato, sabe? A gente não ouvir a sociedade civil. Foi um investimento enorme na conferência, mas tem que fazer as coisas acontecerem.

O Conselho Nacional, eu me surpreendi muito com essas políticas que você apresenta aqui hoje. Eu acho interessante até certo ponto, mas esse recurso é do Fundo Nacional de Cultura. Pelo Sistema Nacional de Cultura, o Fundo Nacional de Cultura, ele deve ser também deliberado junto a este Conselho, que agora é deliberativo, ele não é só um Conselho consultivo, ele é um Conselho deliberativo por lei. E a gente não delibera nada, não é, colegas, sobre o Fundo Nacional de Cultura. As coisas aparecem sempre na surpresa.

A Lei Aldir Blanc, a gente sempre pede modificação. Houveram duas modificações que se tornaram obrigações, que foi o recurso para Cultura Viva, que é bom, mas é por causa de uma pressão interna do próprio governo, porque tem gente da Cultura Viva ali, e o outro que foi para o PAC. Foram as duas alterações, mas as alterações que a gente solicita aqui, que a gente já cansou de solicitar junto com o Binho, nosso colega, junto com o Thiago, com um GT exclusivo sobre PNAB, mas nada vai para a frente. Tudo que sai na normativa não tem nada que a gente colocou.

Para dizer que de fato a democracia, que é muito bonita e que a gente acredita tanto nela, e acredito muito nela ainda a partir do nosso presidente Lula, mas neste Ministério, ao meu ver, está sendo sacrificada. E este Conselho não tem o lugar, a voz e a participação que ele merece e deveria ter de acordo com a própria legislação. Para concluir, por isso que eu falei que seria muito difícil. Essas ações eu acho que elas deveriam ter sido construídas junto ao Conselho. A gente vê 30%, basicamente da PNAB, para ações novas que, a princípio, são interessantes, mas seriam muito mais interessantes se fossem construídas em diálogo com o Conselho. Mas foram construídas, pelo jeito, em diálogo com a rede de gestores. Eu vejo que este Ministério adora a rede de gestores, mas parece que não gosta deste Conselho, porque não nos chama para dialogar em nada. É só apresentar as coisas prontas.

E é isso, gente. Eu entrei aqui com muita fé, mas eu já estou aí, já estamos chegando no nosso final do nosso mandato. E para mim, eu nem sei se eu volto mais em reunião, sabe? Porque eu deixo meu serviço lá na minha cidade, no município, para ficar aqui quase uma semana, e eu vejo que de nada adianta. Adianta sim, que eu adoro ver meus colegas, porque tem pessoas aqui incríveis, sabe, Carlos? Tem pessoas incríveis que foram eleitas, que têm um contato direto com a base, mas que em nada conseguem deliberar e fazer com que a nossa posição se torne uma política pública. Então, é um apelo, é um pedido de socorro, pelo amor de Deus, que a gente, pelo menos neste final do nosso mandato, consiga, de fato, fazer uma democracia e construir junto com o gabinete e com a Ministra, porque não está bom, sabe? E não está bom não é só para a gente não, na nossa base também a reclamação tem sido grande dessa terceira gestão do governo Lula no campo da cultura. É isso. Obrigado. Desculpa qualquer coisa, mas foi um desabafo."

Conselheira Fernanda Adão

A Conselheira Fernanda Adão pediu que sua fala fosse registrada em ata de forma literal:

Conselheira Fernanda Adão

"Essa é a pauta mais cara para nós. Eu vou falar para vocês, inúmeros Conselhos não sabem o básico. E quando eu falo do básico, eu estou falando de organização interna de tarefas. Como é que é a reunião? O que que pode fazer? O que que não pode fazer? O que que faz antes da reunião? O que que faz durante? O que que faz depois da reunião? Como é que conversa, como é que dialoga, o que que faz.

Nós, conselheiros da sociedade civil, queremos falar sobre esse processo formativo, expressar ideias, defender a utilização de mecanismos de educação a distância, inclusive com conteúdo revisado por nós que dialogamos com o Brasil

inteiro. Hoje em dia a gente tem até a opção de utilizar realidade virtual e animações que podem dinamizar a formação sem que o conteúdo seja masante. O que a gente precisa, conselheiros e conselheiras, é aplicar dinheiro público para médio e longo prazo, não somente para curto prazo, sabe? Eu sinto muita falta de planejamentos expressos, apresentados para nós, principalmente para iniciativas que impactam diretamente no nosso trabalho aqui na ponta.

Depois dessas últimas falas, eu estava aqui terminando de escrever para não perder nada. Nas duas últimas falas que tivemos aqui, o CNPC, em sua função de órgão deliberativo e fiscalizador de políticas culturais, precisa estabelecer uma agenda de trabalho prioritária para os comitês de cultura. Essa ação não visa sobrepor o papel do Ministério da Cultura, que é o de instituir e gerir o Programa Nacional de Comitês de Cultura, mas sim aprofundar o conhecimento, a integração e a efetividade dessa nossa rede.

Eu falo do CNPC estruturar pontes de ampliação de políticas culturais. 'Ah, Fernanda, não tem dinheiro'. Mas nós temos esses comitês. Não é para isso também a existência deles? Os comitês, como braços do Ministério da Cultura nos territórios, são ferramentas essenciais para essa capilarização e o fortalecimento inclusive da Cultura Viva e outras políticas que a gente falou aqui ao longo desses dois dias. Portanto, para a gente definir uma agenda de trabalho específica, garantimos que a força desses comitês seja direcionada estrategicamente para os objetivos, inclusive do novo Plano Nacional de Cultura, que ainda está lá naquela parte que a gente viu ontem.

Essa busca ativa, gente, vem para esclarecer, mapear e, quem sabe, certificar comunidades indígenas, quilombolas, ciganas, por exemplo. Não pode ser apenas uma ação isolada, mas um eixo estruturante de agenda conjunta. E é o CNPC entrando diretamente nisso por meio do Ministério da Cultura.

Com este encaminhamento, eu visualizo um fortalecimento de governança. A gente fornece insumo para conselheiros nos quatro cantos do país, otimiza recurso e assegura que o esforço de todos os entes seja coeso, focado em resultados concretos. E aí a gente alinha essa nossa visão de uma cultura que seja acessível, diversa e para todos.

Gostaria muito que fosse registrada essa necessidade de agenda de trabalho junto aos comitês como um encaminhamento desta reunião de hoje. Muito obrigada."

Conselheira Carmen Negrão

A Conselheira Carmen Negrão iniciou sua fala agradecendo a explanação de Carlos Paiva e levantou alguns questionamentos e comentários.

Sobre a formação em gestão pública, a Conselheira reconheceu a sua importância, mas demonstrou preocupação com o uso dos recursos da PNAB para essa finalidade. Ela questionou o motivo de o dinheiro, que seria destinado ao trabalhador da cultura, ser redirecionado, e sugeriu que as prefeituras também façam a sua parte e invistam na formação de gestores.

A Conselheira Carmen Negrão perguntou se o programa de requalificação de espaços culturais permite a requalificação de espaços que pertencem às prefeituras. Ela justificou a sua pergunta com a realidade de sua cidade, de pequeno e médio porte, e o receio de que os recursos sejam usados para atender a interesses específicos dos governos locais.

Por fim, a Conselheira expressou a sua opinião sobre o diálogo entre o Ministério e a rede de gestores, que ela considera importante, pois são eles que têm a caneta. No entanto, ela sentiu que a relação é de "consumidor", e criticou a ideia de que a participação social é um fator secundário. A Conselheira mencionou que essa relação não se limita ao Conselho Nacional, mas também a sua experiência com os gestores locais.

Conselheiro Maurício Cândido

O Conselheiro Maurício Cândido da Silva, representante do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil), iniciou sua fala agradecendo ao Assessor Carlos Paiva pela apresentação. Ele considerou a abordagem sobre museus e o "capital cultural acumulado" muito interessante.

O Conselheiro expressou uma dúvida sobre como operacionalizar o apoio a redes de museus, especialmente as que congregam os pequenos museus. Ele mencionou que a maioria dos museus no Brasil é de pequeno porte e localizada no interior, e que as redes de cooperação se mostram como uma estratégia interessante para a articulação desses espaços.

Maurício Cândido da Silva questionou como o programa pode apoiar redes que são transestaduais, ou seja, de caráter nacional. O Conselheiro solicitou que a equipe do Ministério pense em maneiras de fortalecer essas redes que operam em nível nacional.

Respostas do Assessor Especial Carlos Paiva

O Assessor Especial da Ministra, Carlos Paiva, iniciou sua fala agradecendo os comentários e as perguntas, e expressou satisfação com a qualidade do diálogo. Ele esclareceu que estava ali para representar o esforço coletivo da equipe, e não apenas o seu trabalho.

Diálogo com a Ministra e Uso de Dados

Carlos Paiva abordou a questão do diálogo com a ministra, reforçando que, por sua essência, ela valoriza a escuta e o diálogo. Ele se comprometeu a reforçar junto ao gabinete a importância de ter um espaço de escuta com o Conselho.

Carlos informou que aparentemente, ainda a confirmar, a PNAB teve um efeito positivo sobre o investimento próprios dos municípios, no agregado total, sobre a área da cultura, com um aumento próximo a 100%. Os estados aparentemente não tiveram aumento. Porém chamou atenção para a necessidade dos dados validados e sugeriu que, sem dados concretos, a discussão se baseia em "impressionismo" e, por isso, o Ministério tem a obrigação de fornecer esses dados para qualificar o debate. Sobre os 30% de recursos para culturas populares e tradicionais, especificamente, o Assessor mencionou a necessidade de o Ministério realizar estudos sobre como os recursos da PNAB estão sendo aplicados. Ele defendeu a participação da sociedade civil e do Conselho na discussão sobre o Fundo Nacional de Cultura, pois o Ministério deve pregar e praticar o diálogo.

Esclarecimentos sobre os Programas Nacionais

Em resposta à Conselheira Carmen Negrão, o Assessor explicou que o programa de requalificação de espaços culturais permite o investimento em espaços públicos ou privados. Ele utilizou o exemplo da Bahia, que no primeiro ciclo da PNAB investiu em seus próprios centros culturais regionais, e o de Salvador, que optou por requalificar espaços privados com grande relevância cultural. Ele

afirmou que a premissa do programa é que o gestor local sabe o que é melhor para o seu território, o que tende a ser mais qualificado do que a decisão de uma comissão federal.

Sobre a pergunta do Conselheiro Maurício Cândido da Silva a respeito do apoio a redes nacionais, Carlos Paiva reconheceu que é um desafio. Ele explicou que o desenho do programa prevê que, em nível estadual, as iniciativas apoiadas (como museus e teatros) formem redes. Já em nível nacional, a responsabilidade de articular essas redes caberia às entidades vinculadas ao Ministério, como o Ibran, a Funarte, cada uma atuando em sua área específica. Ele esclareceu que as instituições citadas, como o MASP, foram usadas apenas como exemplo para ilustrar o conceito de capital institucional, e que o programa é direcionado a espaços menores, que são a maioria no país.

INFORMES E MOÇÕES

Conselheira Fernanda Adão

A Conselheira Fernanda Adão iniciou sua fala incentivando o Conselheiro José Facury a manter sua moção. Ela argumentou que uma moção é uma manifestação sobre uma informação recebida, não um documento direcionador. A Conselheira também deu seu próprio exemplo, dizendo que, ao manifestar sua moção, ela não apresentou todas as informações que a motivaram. Ela reforçou que a moção é um registro, e que o Conselho pode, com base nesse registro, solicitar os devidos esclarecimentos sobre o processo de aprovação de uma pauta que vai contra uma deliberação da Conferência Nacional de Cultura.

Conselheiro José Facury

O Conselheiro José Facury expôs sua dificuldade em fundamentar uma moção que contradiz uma decisão já votada e aprovada na Conferência. Ele afirmou que é simples: a Conferência, o maior instrumento de participação social da cultura, votou contra a pauta, e, inesperadamente, uma decisão oposta surgiu.

Presidente Roberta Martins

A Presidente Roberta Martins tentou esclarecer a situação, explicando que, para que o Conselho pudesse agir, era preciso saber o que a moção estava repudiando. Ela afirmou que não se poderia aprovar algo sem saber qual era o objeto da moção, ou seja, o que de fato havia sido aprovado. A Secretária pontuou que o Conselho não tinha conhecimento sobre o que foi aprovado pelo Congresso, não sabia o teor, o número da lei ou como a discussão aconteceu. A Secretária sugeriu que o tema fosse pesquisado para que o Conselho pudesse se embasar, pois não se pode fazer uma moção de repúdio a algo que é desconhecido. Ela buscou um consenso para que o Conselho tomasse decisões com base em informações concretas e reforçou que a moção poderia ser apresentada novamente após a devida avaliação.

Conselheiro José Facury

O Conselheiro José Facury expôs o seu espanto com o fato de o Ministério não ter conhecimento do conteúdo de uma lei ou decreto aprovado pelo Congresso que afeta a cultura. Ele afirmou que, para a sociedade civil, a situação é um choque, já que o Ministério deveria ter conhecimento do teor da legislação. O Conselheiro esclareceu que não retirou sua proposta, apenas a adiou para que um estudo mais aprofundado possa ser feito. Ele reforçou que a moção pode

ser usada para solicitar uma explicação ao Ministério, pois ele também não tem conhecimento do teor detalhado. Ele mencionou que teve contato com pessoas de sua cidade ligadas à bancada evangélica que comemoraram a decisão, o que, para ele, é uma indicação do que a lei ou o decreto representam. Ele afirmou que o Ministério da Cultura tem a responsabilidade de saber o teor do documento.

O Conselheiro José Facury concluiu sua fala reafirmando sua moção e sugerindo que ela seja utilizada para que o Ministério se posicione sobre a aprovação da norma sobre cultura gospel no Congresso Nacional.

Conselheira Carmen Negrão

A Conselheira Carmen Negrão se colocou à disposição para trabalhar junto ao Conselheiro José Facury na moção. Ela concordou que a moção pode ser melhorada, e que o grupo precisa de tempo para estudar e se aprofundar no tema, a fim de preparar uma manifestação mais robusta. A Conselheira sugeriu que a moção não seja apenas contra o Congresso, mas sim contra a ideia que o projeto de lei propõe.

Ela reforçou que concorda em não retirar a moção, e sim adiar a sua apresentação, para que o grupo possa construir um material mais sólido para o plenário.

Conselheiro Maurício Cândido da Silva

O Conselheiro Maurício Cândido da Silva iniciou sua fala na mesma linha que a Conselheira Carmen e o Conselheiro Vitier, reforçando a importância de se compreender melhor o fenômeno em debate. Ele recomendou que os conselheiros assistam ao filme "Apocalipse nos Trópicos", de Petra Costa, que ele considerou uma "verdadeira aula sobre essa cultura, sobre o sistema político que está se estabelecendo nesse contexto".

O Conselheiro mencionou que o cinema brasileiro tem produzido filmes de alta qualidade e citou "Democracia em Vertigem", também de Petra Costa, e o vindowo "Agente Secreto", de Kleber Mendonça Filho. Ele ressaltou a importância de os conselheiros se apropriarem dessas produções culturais como uma forma de estudo e conhecimento sobre a temática.

Intervenção do Conselheiro Júnior Xucurú

O Conselheiro Júnior Xucurú iniciou sua fala alinhando-se com as opiniões da Conselheira Carmen Negrão e dos demais conselheiros. Ele expressou a sua vontade de se debruçar sobre o assunto e de unir forças, incluindo a contribuição indígena, para se posicionar contra a questão da cultura gospel na sociedade.

Conselheira Francinete Braga

A Conselheira Francinete Braga fez uma pergunta sobre a moção. Ela afirmou que a Conferência já havia repudiado o assunto e que um documento já havia sido emitido. No entanto, ela questionou se, ao fazer uma moção ou uma carta de repúdio, o Conselho não estaria solicitando ao Congresso Nacional como se chegou à aprovação?

Presidente Roberta Martins

A Presidente Roberta Martins buscou esclarecer a intervenção da Conselheira Francinete Braga, afirmando que a moção apresentada era de repúdio e não um pedido de informação. Ela sugeriu que, para dar mais densidade e embasamento à moção, o Conselho seguisse o encaminhamento proposto pelos Conselheiros Carmen, José Facury e outros.

A Secretária propôs que uma comissão, formada pelos conselheiros que se dispuseram a atuar no tema, se debruce sobre o assunto. Ela mencionou que o Conselheiro Paulo Leônidas também se colocou à disposição para trabalhar na construção de um embasamento maior para a moção. A ideia, segundo a Secretária, é que o grupo prepare um material mais consistente e o apresente na próxima reunião ordinária do Conselho.

Para garantir o consenso, a Secretária perguntou se havia alguma objeção ao encaminhamento. Com a ausência de manifestações contrárias, ela reafirmou a decisão de que a moção será reavaliada na próxima reunião, com um embasamento mais aprofundado.

APRESENTAÇÃO DO MATERIAL SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

Daniel Balabram, Coordenador-Geral do CNPC

O Coordenador-Geral do CNPC, Daniel Balabram, começou sua fala contextualizando o próximo tópico da pauta: a participação social na aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Ele lembrou que este Conselho constituiu uma comissão de participação social para a PNAB em dezembro de 2023.

Daniel Balabram explicou que essa comissão, que discutiu PAR, foi formalizada durante a 40ª reunião, no Conselho Nacional de Educação. O grupo realizou 12 reuniões e incluiu os conselheiros Thaynã, Elson, Carmen, Shaolin e Daiara Tukano. Também participaram pelo poder público a conselheira Ana Maltez, da CNM, Fabrício Noronha, então presidente do Fórum de Gestores Estaduais, Eliane Parreiras, presidente do Fórum de Gestores de Capitais. A comissão também recebeu como convidado a rede de gestores municipais e o Fórum Nacional de Conselheiros Estaduais de Cultura (Conecta).

O Coordenador-Geral relatou que a comissão, em sua jornada, produziu discussões sobre um capítulo de participação social para uma das portarias da política nacional. Ele informou que o servidor Adriano, que participou do início dos trabalhos, teve de se afastar para assumir um cargo na Funai. Daniel apresentou o novo servidor que se somou à equipe, Guilherme Rosa, que já está familiarizado com o documento.

Como resultado dos trabalhos, a comissão produziu dois produtos: uma Cartilha e um Guia, antes chamado de tutorial, especialmente útil para o atual momento de envio do PAR. Daniel Balabram destacou que esse material é uma contribuição permanente do Conselho e foi sistematizado com a colaboração dos servidores da PNAB. O material já está pronto e foi devolvido à comissão para contribuições finais, antes de passar para a fase de diagramação para a comunicação. Para finalizar, Daniel pediu que os conselheiros que participaram da comissão falassem brevemente sobre o processo antes que a palavra fosse dada à conselheira Fernanda para falar sobre o documento em si. Ele chamou Thaynã, Elson, e Carmen.

Conselheira Carmen Negrão

A Conselheira Carmen Negrão iniciou sua fala confirmando que esteve na comissão e que o grupo tratou, entre outros temas, da cartilha. Ela revelou que o Conselheiro Fabrício, do Fórum de Secretários Estaduais, esteve pouco presente nas reuniões da comissão e que ela lamenta essa ausência, pois ele representa os secretários e a sua interlocução seria importante.

Ela afirmou que o trabalho da comissão avançou mesmo sem a presença do Conselheiro, e que a ideia foi construir uma ferramenta para que a sociedade civil se aproprie do seu papel de cobrar dos gestores. A Conselheira concluiu sua fala dizendo que está ansiosa para ver o resultado final do trabalho e para utilizar a ferramenta para trabalhar junto aos gestores e à sociedade civil.

ConselheiroThaynã Paes

O Conselheiro Thaynã Paes iniciou sua fala concordando com as observações da Conselheira Carmen Negrão e expressando satisfação com a comissão. Ele disse que também está ansioso para ver a cartilha e mencionou que, embora algumas contribuições para as normativas não tenham sido aceitas, a cartilha é um possível avanço.

O Conselheiro solicitou que sua fala antes do intervalo seja incluída na íntegra na ata da reunião, assim como sua fala após apresentação do Assessor Especial Carlos Paiva. Ele reforçou o pedido de que a sua primeira fala, sobre a reestruturação da Câmara, também conste na íntegra no documento.

Fernanda Valls, técnica de suporte da DAST, iniciou a apresentação. Ela explicou que, após analisar os debates, reuniões e estudos realizados por Adriano sobre o processo de participação social no primeiro ciclo, a equipe sistematizou as informações e criou dois materiais distintos. A primeira, uma cartilha, foi pensada para ser mais direta e objetiva, quase como uma conversa, focada em como conduzir um processo de escuta pública qualificado. O segundo, um guia prático, é um material mais abrangente que inclui estudos de caso, entre outras questões.

Fernanda detalhou a cartilha. No material, o conteúdo começa com uma saudação a gestores, conselheiros de cultura e sociedade civil. Ela explica que a cartilha aborda o que está previsto em atos normativos e leis, enfatizando a participação social como um dos pilares da política. Ela ressaltou que a participação não se limita à escuta pública, mas se estende ao controle social e ao acompanhamento da aplicação da política.

A apresentadora explicou que o material foi estruturado para pensar em todas as etapas da escuta, com perguntas que os gestores podem utilizar como base, como: o que já foi debatido nos Conselhos? O que já foi priorizado nas conferências? O que a sociedade civil pode fazer para se preparar e cobrar os gestores? Ela mencionou que o material detalha os mecanismos de participação previstos em portaria, como assembleias, conferências e audiências, e como cada um deles pode ser escolhido.

Fernanda também falou sobre a importância da divulgação e de pensar no território, levando em conta horários e formatos que funcionem para a comunidade local. Ela frisou a obrigatoriedade da participação do Conselho de Cultura em todo o processo.

No que diz respeito ao registro e à sistematização das informações, a DAST recomenda que, após as escutas públicas obrigatórias, seja realizada uma escuta de validação, que é um processo adicional e não obrigatório. Ela também mencionou que a cartilha aborda os mecanismos de controle social, como painéis de dados e canais de ouvidoria, para que a sociedade civil possa acompanhar a aplicação dos recursos. A cartilha termina com um QR code que dá acesso a um anexo que direciona o leitor a uma página com todos os trechos normativos que versam sobre a participação social na Aldir Blanc.

Em seguida, Fernanda falou sobre o guia, que é um material mais extenso. Ela explicou que o guia traz estudos de caso e aprofunda os normativos, buscando orientar gestores, conselheiros e a sociedade civil. O material detalha a importância da participação social, os atores envolvidos e suas atribuições e recomendações. Ela pontuou que o guia também aborda o planejamento para as escutas e a formulação da proposta, além de sugerir o uso de ferramentas digitais para divulgação.

O guia também traz um debate sobre os desafios enfrentados, com a apresentação de casos hipotéticos baseados no que ocorreu no primeiro ciclo. Ela reforçou que o processo de participação social não termina o PAR, mas continua com o controle e o acompanhamento dos dados.

Presidente Roberta

A Presidente Roberta agradeceu a apresentação de Fernanda, parabenizando-a e à equipe pela qualidade do material. Ela destacou que deve-se buscar um guia que sistematize informações e coloque-as em um único lugar, usando uma linguagem simplificada. Ela enfatizou que esse material será fundamental para que a sociedade civil tenha mais acesso e se familiarize com o processo de participação social.

Em seguida, a secretária abriu espaço para considerações e comentários, solicitando que os interessados se inscrevessem.

Conselheiro Shaolin Barreto

O conselheiro Shaolin Barreto, membro da comissão, iniciou sua fala expressando satisfação com o material, que ela considera uma grande conquista. Ela destacou que a participação social é um ponto crucial na execução da política nacional de cultura, pois as diferentes interpretações sobre ela, como política financiadora do sistema nacional, de editais ou de obras, precisam ser qualificadas e aprimoradas.

O conselheiro elogiou a comissão por ter feito um trabalho muito bom, desde a apreciação das instruções normativas à conquista do capítulo de participação social dentro da grande instrução normativa, até a entrega do material, que oferece boas práticas tanto para a gestão quanto para a sociedade civil sobre a execução de recursos.

Em um tom de comemoração, ela parabenizou a equipe e a comissão, que está prestes a completar dois anos, reforçando sua alegria com os resultados alcançados.

Conselheira Fernanda Adão

A conselheira Fernanda Adão agradeceu a apresentação e a considerou um material muito importante. Ela questionou se o conteúdo já está fechado ou se o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) terá a oportunidade de

contribuir. Ela mencionou que já havia feito uma solicitação em reuniões anteriores para a inclusão de um esboço didático na cartilha, que explicasse as possibilidades de participação, os fluxos e como entidades e instituições podem se comunicar. A conselheira expressou a necessidade de saber se haverá um espaço para analisar o material, complementar e trazer mais informações, ou se o guia já está finalizado.

Presidente RobertaMartins

A Presidente Robertarespondeu à conselheira Fernanda Adão sobre a possibilidade de contribuições para o material. Ela disse estar de acordo com a possibilidade de o Conselho fazer as contribuições e o material ser lançado apenas no próximo ciclo.

No entanto, ela compartilhou a uma sugestão. A secretária acredita que o material é muito útil e que ele poderia ser lançado imediatamente para as instituições que estão nesse ciclo da PNAB e que provavelmente se estenderá no tempo. Ela propôs que o material fosse utilizado agora para dar amparo a este ciclo, e que uma segunda edição, aprimorada, seria lançada posteriormente.

A secretária reconheceu a importância do aprimoramento do material e deixou a decisão final para o Conselho. Ela mencionou que se a decisão for por segurar o lançamento, eles o farão.

Conselheira Carmen Negrão

A conselheira Carmen Negrão expressou que a proposta de aprimoramento do material é boa. Ela agradeceu a apresentação, mas ressaltou a importância de ler o material mais detalhadamente, pois isso complementaria seu conhecimento e permitiria que ela contribuísse de forma mais efetiva. Ela defendeu a necessidade de contribuir e melhorar o material continuamente, pois acredita que ele sempre pode ser aprimorado, porém, defendeu que ele deveria, sim, ser lançado neste primeiro ciclo.

Presidente RobertaMartins

A Presidente Robertasugeriu um encaminhamento para o material. A proposta é lançá-lo publicamente por meio de uma apresentação. Após o lançamento, seria aberto um período de maturação para que conselheiros estaduais e municipais, bem como o público em geral, pudessem contribuir para a melhoria do material. Para isso, seria disponibilizado um link para receber as contribuições. A secretária considerou essa uma excelente metodologia, pois o material não ficaria restrito ao Conselho de Política Cultural, mas poderia ser aprimorado pelo conjunto de interessados.

Conselheiro Shaolin Barreto

O conselheiro Shaolin Barreto retomou a palavra para reforçar um ponto de atenção. Ele concordou que o material deve ser aprimorado, mas alertou para a questão da temporalidade. Ele lembrou que o processo de escutas públicas termina no final do mês. Se o material demorar mais uma semana ou dez dias para ser lançado, ele não fará mais sentido para este ciclo.

O conselheiro também ressaltou que a gestão do conselho está terminando. Se o material não for lançado agora, ele não será um produto deste colegiado. Ele frisou que nada garante que o próximo conselho, com uma nova comissão e novas pessoas, irá manter as mesmas ideias, podendo fazer com que todo o

trabalho realizado perca o sentido. Por isso, a única janela para o lançamento é neste mês, antes do encerramento do processo.

Conselheira Gilcéia

A conselheira Gilcéia iniciou sua fala parabenizando todos os envolvidos na elaboração da cartilha, nomeando especificamente: Adriano, Fernanda, Binho, Shaolin, Carmen, Ariane, Daniel, Thiago, e outras pessoas que colaboraram. Ela fez um apelo ao Conselho para que se aproprie do material, lembrando que a comissão já havia compartilhado as informações. Ela reforçou a pergunta do conselheiro Shaolin sobre o legado da atual gestão: "O que nós vamos entregar?". Ela mencionou a conferência e o plano como entregas já realizadas, mas questionou o que o Conselho está fazendo para orientar outros conselhos. Gilcéia concordou que o material precisará de aprimoramento no próximo ano, pois novas questões surgirão. No entanto, ela defendeu que, para o momento atual, os conselheiros deveriam dar um voto de confiança ao trabalho da comissão e lançar o material "para ontem", pois a comunidade necessita desse passo a passo.

Conselheira Fernanda Adão

A conselheira Fernanda Adão solicitou que sua fala fosse registrada em ata de forma literal:

"Gente, Eu estou falando aqui o meu entendimento, né? Nosso regimento prevê grupos de trabalho, né? Essas instâncias que trabalham ali no micro e trazem para a plenária, né? Inclusive, desde ontem, nós estamos vivenciando aqui a apresentação de vários documentos que já estão prontos, que estão lindos, estão maravilhosos. Só que, quando se fala de 'escutatória' como diretriz e execução de participação social, eu peço desculpas, mas eu não tenho esse entendimento. A participação social, para além das escutatórias, das escutas, precisa levar os resultados dessas escutas para as plenárias das instâncias previstas no sistema nacional de cultura, que são os Conselhos.

Então, estamos aqui debatendo no nível nacional. Foi demandada essa cartilha, o grupo trabalhou, fez um trabalho maravilhoso, mas isso aí não é um rascunho, isso já é um produto pronto. E isso até me incomoda, porque é como se eu estivesse falando: 'Poxa, vocês já fizeram todo esse trabalho, e aí agora a gente vai mexer?' Por que não apresentou para a gente antes, então, uma minuta, antes de diagramar, colocar toda essa coisa linda, para que a gente pudesse opinar? Porque a participação social, na minha visão, também está vinculada a um momento de deliberação dos Conselhos de cultura que existem para isso. Então, nós existimos para isso.

Poxa, foi feito o material. Agora, a gente precisa ler. Mais uma vez, eu tenho que citar algo que eu falei ontem, vou ser redundante. Se esse material tivesse sido encaminhado para nós semana passada, a gente já teria feito essa avaliação e já apresentaria aqui nossas observações só para fazer os ajustes, as complementações, inclusive com relação a fluxo. Eu poderia já ter feito uma proposta de fluxo simplificado, mandar para vocês, apresentar aqui na reunião para contribuir e, semana que vem, isso já estar na rua.

Mas é aquela coisa: faz grupo de trabalho e o grupo de trabalho delibera e fecha o documento. Ou tem alguns representantes do CNPC que estão lá para contribuir com o trabalho e trazer para a plenária. Isso não está acontecendo.

Isso precisa acontecer. Enquanto não acontecer, nós vamos sempre — vou falar por mim — fazer questionamento de complementação e evolução, porque eu não tive acesso ao material antes. Tenho certeza que é um material extremamente robusto, só que eu não li. Então, precisamos ler. E mais uma vez, eu destaco: se somos deliberativos, precisamos atuar como entidade e instituição deliberativa que tem seus grupos de trabalho, que geram insumos para o trabalho da plenária.

Fica meu registro. Gostaria que isso fosse registrado *ipsis literis* na ata. Essa minha última fala. Muito obrigada."

Conselheiro Thaynã

O conselheiro Thaynã expressou total concordância com a fala da conselheira Fernanda Adão. Ele afirmou que, apesar de ser positivo que o material esteja pronto, não é o momento ideal para o seu lançamento. Ele informou que seu município já subiu seu PAR proposta e que conhece outros que também já o fizeram. Para ele, o material deveria ter sido disponibilizado no início do processo, mencionando que a discussão sobre a cartilha começou no ano anterior. O conselheiro criticou a forma de operar do Ministério, que, na sua visão, não dá a devida prioridade aos temas do Conselho. Ele concluiu que a conquista da cartilha, embora seja uma vitória, perde o seu valor por conta do tempo.

Quanto aos encaminhamentos, considerando o prazo apertado, o conselheiro sugeriu que o material seja distribuído o mais rápido possível por meio dos e-mails da gestão. Ele também propôs que a equipe ajude no envio do material para os gestores, e que os conselheiros o compartilhem com seus respectivos conselhos. Ele enfatizou a necessidade de o material ser levado ao Conselho para que seja aperfeiçoado. Por fim, Thaynã solicitou que o material seja impresso e distribuído na próxima reunião, para que possa ser enviado diretamente para os estados e municípios.

Presidente Roberta

A Presidente Roberta iniciou sua fala agradecendo a compreensão do conselheiro Thaynã. Ela retomou sua proposta de encaminhamento: lançar o material agora, abrir um processo de aperfeiçoamento e, posteriormente, publicar uma segunda edição. Ela questionou se havia alguma oposição a essa proposta, reforçando a urgência mencionada por Thaynã. A secretária explicou que a dúvida principal era se o material seria lançado imediatamente e aprimorado depois, ou se seria guardado para o próximo ciclo.

Ela concordou com quase todas as colocações feitas pelos conselheiros e mencionou que a gestão está trabalhando para melhorar a qualidade dos fluxos internos com a chegada de novos servidores e coordenadores, incluindo o retorno de Maria Paula, o que, segundo ela, vai melhorar o trabalho do setor. A secretária solicitou que fosse registrado em ata seu compromisso de que os materiais de contribuição do CNPC sejam sempre validados no texto final. Ela garantiu que a Secretaria Executiva do CNPC, por meio de Júnior, fará esse acompanhamento direto em seus despachos.

O encaminhamento foi aprovado por consenso.

Por fim, a Presidente Roberta expressou sua satisfação com o debate e a construção conjunta. Em tom de despedida, ela agradeceu a todos e reforçou o

compromisso do governo do Presidente Lula com as instituições democráticas e os conselhos, e manifestou o desejo de ter um Conselho de Cultura forte, atuante e participativo em todo o país. A reunião foi encerrada.

2. SEGUNDO DIA

Dia 06/08/2025

A reunião foi aberta pela Presidente Roberta em conjunto com o Conselheiro Júnior Xukuru.

2.1 REFORMULAÇÃO DO CNPC

A Presidente Roberta propôs uma reunião da Câmara Setorial, com a duração de dois, no máximo três, dias de duração, em formato de imersão, a ser realizada no início de setembro. O objetivo é definir a reformulação do CNPC e apresentá-la à Ministra e ao pleno do CNPC. A convocação deverá incluir a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE).

O Conselheiro Luiz Felipe Vitelli sugeriu que o convite para esta imersão seja estendido a membros específicos e importantes da sociedade civil.

O Conselheiro Thayná solicitou que sua fala fosse transcrita na íntegra na ata:

"Bom, gente, bom dia a todos, a todas, a todes, né? Eu sou o Thayná, representante junto do Sudeste aqui, e estivemos juntos, eu, Vitelli, João Michel e Lucimar, enquanto representantes da sociedade civil nessa Câmara de reformulação do CNPC. Peço desculpas, cheguei agora, então perdi o incincho da reunião, mas João Michel já passou aqui essa ideia de ter esse combinado para setembro. Mas, tendo em vista que na pauta estava escrito 'Informe sobre a reestruturação' e muita gente tem cobrado, eu acho que a gente tem essa necessidade de dar esse retorno para a sociedade civil, para os colegas do Conselho, sobre o que tem acontecido, ou o que não tem acontecido na Câmara Temática.

A última reunião nossa aqui do Conselho, que foi o grande problema ao meu ver, começou a partir da 12ª reunião extraordinária, que foi aquela reunião que os Conselheiros participaram, naquela oficina, uma reunião que não foi transmitida — deveria ter sido — mas que foi uma oficina sobre as contribuições após a consultoria e o trabalho que a gente fez na Câmara. A gente trouxe para os demais colegas. A partir daquela oficina, as contribuições, e a gente retornou para a Câmara com as contribuições dos Conselheiros para poder avançar. A partir daí, a gente conseguiu, enquanto Câmara, alguns avanços, e alguns desses avanços, ao meu ver, foi nítido que o governo não concordou, o sistema MinC não admitiu. Um deles era que a gente tivesse 2/3 da sociedade civil, um deles era que, e a gente votou isso no âmbito da Câmara, que a gente tivesse um representante de cada estado dentro desse plenário da Câmara, além dos representantes dos setores.

E a partir disso que a gente aprovou na Câmara, os trabalhos foram basicamente interrompidos. Isso foi desde o início de fevereiro, e aí viemos para a nossa reunião em abril, já com o prazo da Câmara quase encerrado, porque os trabalhos foram interrompidos, então a gente não conseguiu se reunir e avançar. E nessa reunião da Câmara em abril, nossos colegas aqui, a gente aprovou um cronograma, vocês lembram que a gente aprovou um cronograma da Câmara Temática, e a gente fez um acordo de que sairia daqui um relatório parcial dos trabalhos da Câmara Temática. Este cronograma, colegas, não foi cumprido. Isso, ao meu ver, é um desrespeito enorme ao pleno do Conselho. A gente aprova um cronograma aqui no

pleno do Conselho e o cronograma não foi cumprido. A gente não fez sequer uma reunião da Câmara Temática após esse cronograma que a gente aprovou, tinha reuniões presenciais, reuniões virtuais e nenhuma aconteceu. Eu acho que isso é muito grave.

E a partir disso, foi construído pelo Ministério o que seria esse relato dos trabalhos da Câmara Temática. O primeiro relatório que enviaram pra gente, fiz algumas contribuições nele, ao meu ver ele estava, ele colocava motivos pela não conclusão dos trabalhos da Câmara Temática que são motivos que em momento algum foram colocados no âmbito da Câmara ou aqui no Conselho. O relatório apresentava motivos que, ao meu ver, não condiziam com a realidade, colocando enquanto motivos para o prazo da Câmara Temática não ter sido cumprido que, ao meu ver, foi justamente porque houve um desacordo entre o que a Câmara propôs e o que o Ministério queria, e o próprio Ministério não conseguiu se reunir com o sistema MinC para poder discutir sobre a Câmara. Então a gente ficou paralisado.

E eu acho muito grave porque este documento, este documento no SEI, além do próprio relatório, o documento no SEI já está protocolado e assinado pela Roberta e pelo Daniel, e é um documento que traz informações, apresentando motivos para a não conclusão do prazo que, ao meu ver, não são reais. Entre eles, é aprovado como motivo que está lá no documento do SEI – eu pedi que esse documento do SEI fosse feito outro, que ele fosse cancelado, porque, ao meu ver, não estava de acordo com a realidade. Um dos motivos apresentados é a complexidade da reestruturação, que aí, de acordo com esse documento, exige a revisão do Decreto de 2019, do marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura. A gente já tem o tempo todo trabalhado com o Marco Regulatório ao lado e o Plano Nacional de Cultura. Ora, em momento nenhum se falou que essa questão do Plano Nacional de Cultura seria um dos motivos para o atraso do nosso trabalho.

Uma outra questão apontada nesse documento do SEI é a ampliação do diálogo entre atores estratégicos. A Câmara identificou a necessidade de consultar novos atores. O tempo todo que a gente fez a Câmara, a gente sempre procurou expandir o máximo a escuta social, seja por meio do Conselho, seja por meio das reuniões que a gente fez com os Conselhos estaduais, das reuniões que a gente fez na própria Conferência, mas aqui fala a necessidade de representantes de povos tradicionais, gestores de fundos estaduais e entidades dos setores audiovisuais para garantir que a proposta reflita a diversidade cultural. Em momento nenhum isso foi aventado na Câmara, sabe, gente? E, de certo modo, eu fico muito incomodado de colocar os povos tradicionais dentro de uma justificativa que não é real. Eu acho que é ótimo se a gente for ampliar o diálogo com os povos tradicionais, com as culturas populares, que é o setor onde eu estou, mas isso não foi discutido na Câmara e consta no documento.

Então, tem algumas questões que não estão de acordo com a realidade. E aí, no dia 23 de junho, desde então a gente não publicou esse relatório parcial da Câmara, que já era para ter sido publicado logo após a nossa última reunião presencial. Foi esse o combinado."

O Coordenador-Geral do CNPC, Daniel Balabram, solicitou e fez uma questão de ordem se referindo a um conjunto de e-mails enviados pela Câmara Temática cobrando uma posição sobre o relatório parcial. Solicitou que os Conselheiros Vitelli, João Michel, Lucimar e Thaynã conferissem. Disse ter cobrado a validação

do relatório pelo Conselheiro Thaynã algumas vezes e que não obteve resposta. Por fim, pediu que o Conselheiro Thaynã se atesse ao tempo de fala.

A Presidente Roberta Martins solicitou que os esforços fossem concentrados na aprovação da proposta de imersão para tratar da reforma do CNPC na primeira semana de setembro, ocasião em que podem se ater mais detidamente aos documentos mencionados pelo Conselheiro Thaynã e inclusive aprimorar a metodologia de elaboração e validação dos relatórios da Câmara Temática em conjunto. Por fim, a Secretária deixou claro que o relatório mencionado é uma versão parcial, não final, e que sua versão final depende da aprovação os demais companheiros.

Em seguida, continuou o Conselheiro Thaynã: Posso concluir? Então, na questão da conclusão, mas só, né, trazendo a questão, né, desse desse documento, né, esse esse relato da Câmara, né, que que deveria ter saído e ainda não saiu, né, eu enquanto Conselheiro, fiz as minhas contribuições, né, o relatório mudou um pouco, né, após as minhas contribuições. Agradeço que, né, em parte elas elas entraram, mas o segundo relatório a gente ainda não aprovou, né. Mas a minha crítica aqui específica é o documento do SEI, porque ele não foi alterado, o relatório tá sendo alterado, mas é o documento do SEI que consta, ao meu ver, né, justificativas que não estão de acordo com a realidade dos fatos. E, só para concluir, estava aqui, né: no dia 23 de junho de 2025, a ministra, por meio de portaria, lançou, né, a nova Câmara Temática, tendo em vista que a primeira não cumpriu o prazo, né, pelas questões que ao meu ver eu apresentei aqui nesta, né, não sei, é ato ministerial ou é, eu não sei que a Ministra lançou e consta lá, né, no parágrafo segundo, os trabalhos da Câmara Temática de Reestruturação contarão com a participação dos representantes da consultoria jurídica. Muito bom. Do Ministério da Cultura indicado pela consultoria jurídica. Isso aí é muito importante, né? Não sei como que isso apareceu, mas isso é muito bom. As reuniões ordinárias serão mensais, né? Conforme o cronograma elaborado pela Secretaria Executiva, sem prejuízo às eventuais reuniões extraordinárias. Então, não está acontecendo essas reuniões mensais, né? Foi em junho, né? 23 de junho, julho, então, não teve. Então, o nosso cronograma não foi cumprido e o próprio ato ministerial, né, da ministra não tem sido cumprido. E por fim, a secretaria executiva disponibilizará de suporte técnico, lógico de acessibilidade para garantir o funcionamento das reuniões, inclusive a gravação de Libras, gravação, transcrição e transmissão ao vivo. Nossas reuniões são gravadas, mas nem nós, né, temos acesso direto à gravação, né? Mas então a partir de agora vai ser pública. Então isso aqui é um avanço, né? Mas tá no papel, né? A gente tem que fazer isso virar a realidade. Então eu queria saber, né, qual que é o prazo final para entregas dos trabalhos, né, da Câmara, que a princípio parecia que era 60 dias a partir desse ato da Ministra. Então, é extremamente preocupante e, né, solicitar a divulgação das reuniões na íntegra das nossas reuniões que foram gravadas, que também sejam disponibilizadas, assim como a divulgação das atas, né, que foi, né, aprovada também no plenário, que seriam divulgadas e na última reunião, né, né, aventou-se até uma legislação que impediria a divulgação dessas atas, mas a consultoria jurídica já respondeu que as atas realmente são públicas e devem ser divulgadas. E é isso, colegas. Desculpa por exceder aqui no tempo, mas eu acho que a gente tinha um pouco

dessa obrigação, né, de dar esse retorno pra sociedade civil do que que tem acontecido numa Câmara que é tão importante, né? a Marighela teve aqui ontem e falou, né, que esse é o Conselho do processo de transição, mas, né, da forma com que os trabalhos têm acontecido, no caso, não acontecido, a gente também não vai conseguir entregar uma transição de acordo com a expectativa e com a necessidade da sociedade civil. Então, queria deixar isso aqui relatado e pedir que esse que esse relato que eu fiz aqui conste no relatório a ser entregue ao qual ele foi feito. Essa é a minha contribuição pro relatório.

A Presidente Robertaretificou que a reformulação do CNPC tem como foco a sociedade brasileira como um todo, não apenas a sociedade civil. Esclareceu à Conselheira Carmem que a convocação para a imersão na primeira semana de setembro deve começar já e, por fim, deu início a pauta prevista para o segundo dia de reunião.

A Conselheira Fernanda Adão pediu a participação da Secretaria da Pessoa com Deficiência na Câmara. Roberta fez contraproposta para chamar alguém da Sociedade Civil para além do Governo, uma vez que foi feito trabalho intenso em Comissão para formulação da Instrução Normativa sobre Acessibilidade na Lei Rouanet. Participaram dessa Comissão as Conselheiras Gilcéia e Jaqueline que poderiam indicar esse representante da sociedade civil, sem prejuízo de representante do governo ligado à pasta dos Direitos Humanos. A proposta foi aprovada por consenso.

O Conselheiro Júnior Xukuru assumiu a presidência da reunião.

2.2 INFORMES DOS CONSELHEIROS

A conselheira Gilcéia informou sobre um grande ataque à Capoeira no estado do Paraná, por meio de reportagem veiculada em jornal. Disse ter solicitado que o Iphan e a Fundação Palmares emitissem nota de repúdio, o que não ocorreu. A confederação e a Fundação Palmares posteriormente fizeram. Em outro ponto, parabenizou a Conferência Brasileira da Tradição Gaúcha, realizada em Cristalina-GO.

2.3 APROVAÇÃO DA ATA

A ata da 42ª reunião ordinária do CNPC foi aprovada, garantidas as correções solicitadas pelos Conselheiros. Os conselheiros Thaynã e Gilcéia registraram abstenção.

2.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL: APRESENTAÇÃO DO MATERIAL, CARTILHA E TUTORIAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA APLICAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

O Diretor da DAST, Thiago Rocha, informou que o prazo para o cumprimento de 60% de execução da Aldir Blanc pelos estados e municípios e portanto, a definição de quem receberia ou não a segunda parcela de recursos em 2025 encerrou-se no dia 7 de julho. O Diretor destacou que a adesão representou um "recorde histórico" no primeiro ciclo, no qual quase todos os 5570 municípios brasileiros aderiram, com apenas dois optando por não participar. Parabenizou o CNPC e a sociedade civil por seu papel nessa conquista, pois finalmente uma política de governo está sendo transformada em política de Estado na cultura. Em seguida,

informou que 5.113 municípios receberão a parcela ainda em 2025 e desses, 4.855 ultrapassaram os 60%, portanto, receberão também em 2026. Entre os estados, Mato Grosso e Rondônia não atingiram a meta os 60%. Já entre as capitais, Campo Grande (1,75%), Porto Velho (50%) e Boa Vista (0%) também não atingiram. Thiago também informou que o prazo para a apresentação do Plano de Aplicação de Recursos (PAR), através da nova plataforma CultBR, vai até 31 de agosto, e mais de 700 municípios já apresentaram seus planos.

O Conselheiro Luíz Felipe Vitelli manifestou preocupação, pontuando que alguns municípios se vangloriam de devolver menos recursos e perguntou qual a destinação desse recurso devolvido.

O Conselheiro Elson Rocha questionou a participação social na aplicação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), destacando a substituição de verbas municipais por recursos da PNAB e cobrou a falta de transparência e publicidade na aplicação desses recursos. Ele afirmou que essa prática prejudica os fazedores de cultura, pois muitos prefeitos e secretários optaram por não publicar editais, como tem acontecido em Boa Vista e Porto Velho, capitais de sua região, Norte.

O Conselheiro João Michel perguntou se os recursos dos ciclos da PNAB são cumulativos.

A Conselheira Francinete Braga levantou questões sobre o que acontece com os recursos não utilizados, a prestação de contas e a aplicação direta de verbas pelos próprios municípios, que não chegam aos fazedores de cultura.

A Conselheira Gicélia agradeceu ao Diretor Thiago pelo acolhimento das recomendações da Comissão de Acompanhamento, especialmente sobre a disponibilização de capacitações online para a operacionalização da PNAB.

Com base na Instrução Normativa nº 19, de 15 de outubro de 2024, a Conselheira Fernanda questiona as ações de monitoramento, fiscalização e avaliação do Ministério da Cultura (MinC) nos territórios. Ela pergunta quais territórios já foram alvo de diligências e vistorias para avaliar a execução de recursos, e se alguma dessas ações foi motivada por demandas da ouvidoria. A Conselheira também busca esclarecimentos sobre o cenário atual das análises técnicas dos relatórios, além da parte financeira. Ela quer saber se já houve alguma análise técnica, se alguma prestação de contas foi reprovada (e, em caso afirmativo, quais territórios e motivos), e quais territórios não enviaram os relatórios no prazo estipulado.

O Conselheiro Thaynã expressou várias preocupações sobre a execução das políticas culturais. Ele iniciou sua fala ressaltando a importância do envolvimento da sociedade civil no processo de adesão dos municípios, citando o trabalho do Conselho Estadual, do comitê de cultura e dos pontões de cultura de Minas Gerais. O Conselheiro levantou questões específicas, perguntando o que acontecerá com os municípios que não apresentaram a prestação de contas da Lei Paulo Gustavo no prazo e se há alguma previsão de prazo adicional. Ele também questionou quando o Ministério da Cultura começará a disponibilizar dados sobre quem está recebendo os recursos e em quais setores da sociedade civil, enfatizando que a ausência desses dados impede uma análise eficaz da aplicação da lei. Thaynã reiterou a necessidade de o Ministério cumprir a deliberação da 4ª Conferência Nacional de Cultura, que estabeleceu como prioridade destinar 30% dos recursos para as culturas populares, povos e

comunidades tradicionais. A falta de dados, segundo ele, impede que se confirme se esses recursos estão de fato chegando a esses setores, como já foi sugerido pela Secretária. Ele endossou a preocupação de sua colega Francinete sobre a necessidade de garantir que os recursos sejam mais direcionados à sociedade civil, assim como ocorreu na Lei Aldir Blanc 1, para atender às expectativas de fomento. O Conselheiro também questionou se houve algum avanço no controle e na participação da sociedade civil nas últimas normativas, já que as diretrizes anteriores eram consideradas insuficientes. Por fim, questionou como Sistema Nacional de Cultura tem sido fortalecido pela Política Nacional Aldir Blanc de Incentivo à Cultura, argumentando que esse fortalecimento não tem sido eficaz, apesar de ter grande potencial, pois não exige que os municípios implementem conselhos, planos e fundos, o que seria fundamental para o uso democrático dos recursos.

O Conselheiro Xukuru avisou que os pedidos de moção seriam recebidos até o final do horário do almoço por e-mail ou apresentação à mesa. Registrou que a Conselheira Fernanda apresentaria moção e pediu para constar em ata. Deu a palavra para o Diretor Thiago Rocha para que respondesse os questionamentos dos Conselheiros.

Em resposta, Thiago Rocha esclareceu que os recursos da PNAB não são devolvidos, pois operam em um regime de fluxo contínuo. Eles permanecem nas contas de estados e municípios, rendendo juros, o que, segundo ele, representa uma importante conquista legislativa recente. Respondendo ao Elson, informou que a aferição do atingimento dos 60% é feita com base na saída financeira da conta o ente receptor, porém, esse processo será melhorado visando dar um maior controle qualitativo. Nesse sentido, serão realizadas prestações de contas bem como monitoramento de forma contínua pela SEFIC - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. No momento, nenhum ente está atrasado com a prestação de contas, cujo prazo final é o fim do ano. Ele informou também que o envio dos recursos terá início a partir de agosto.

Sobre a aplicação direta e o fomento, o diretor explicou que a legislação é bastante ampla, não estabelecendo limites percentuais para cada modalidade. O controle, mais frágil atualmente, é feito pela aprovação do PAR, com base nos princípios da lei e na razoabilidade. Ele incentivou a mobilização da sociedade civil para esse controle, citando o caso bem-sucedido de Minas Gerais no que se refere a cultura popular, o que provavelmente só ocorreu, em sua visão, em função de mobilização da sociedade civil.

Quanto à transparência, discorreu sobre as limitações da Plataforma TransfereGov e anunciou que a nova plataforma CULTBR já está em funcionamento e que todos os PAR estarão disponíveis nela, que poderão ser consultados por todos os cidadãos. Em seguida, os editais e a destinação de recursos também serão publicados na CULTBR, criando um grande painel para um controle social mais efetivo.

Thiago informou a pedido dos conselheiros os nomes dos dois municípios que optaram por não receber os recursos da Aldir Blanc: Santa Cruz da Esperança-SP (2 mil habitantes) e Ipiguá-SP (7 mil habitantes). e receberiam 36 e 63 mil reais, respectivamente.

Em relação à LPG, Thiago Rocha informou que o prazo para prestação de contas ainda vence no final de agosto. Para os que já perderam o prazo, a recomendação do Ministério da Cultura (MinC) é que apresentem a documentação, mesmo que atrasada, como demonstração de boa-fé. Os dados detalhados sobre quem recebeu e prestou contas da LPG serão disponibilizados em setembro.

Respondendo a pergunta do Conselheiro João Michel, Thiago informou que a totalidade dos recursos planejados para a PNAB, ou um valor muito próximo a 100%, será disponibilizado. Por fim, respondendo a questionamento do Conselheiro Thaynã, esclareceu que, embora a participação social na aplicação dos recursos seja obrigatória por lei, ela não é vinculante. Ou seja, para que as contribuições da sociedade civil fossem de acatamento obrigatório pelos gestores seria necessária mudança legislativa. Nesse sentido, informou também que para o próximo ciclo será feito normativo sobre execução e prestação de contas, mas que também segue a linha legal da participação não vinculante.

2.5 O APRESENTAÇÃO DA OUVIDORIA ACERCA DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

O Conselheiro Júnior Xukuru prosseguiu a reunião e deu a palavra à Ouvidora Aline Toffeti para que fosse feita sua apresentação.

A Ouvidora Aline Toffeti iniciou sua fala saudando todos os presentes, tanto os que estavam na sala quanto os que acompanhavam a reunião pelo Teams e pelo YouTube. Realizou sua autodescrição, identificando-se como uma mulher branca, de cabelos lisos e grisalhos, vestindo um vestido preto com flores brancas. A Ouvidora informou que, em virtude de um compromisso anterior, não pôde realizar a apresentação completa na reunião passada, por isso, faria uma apresentação mais abrangente para contextualizar o trabalho da ouvidoria como um todo antes de se aprofundar na Política Nacional Aldir Blanc. Ela enfatizou que esse processo era necessário para que os presentes pudessem entender o que chega à ouvidoria e como o setor atua.

A Ouvidora definiu a ouvidoria como a instância responsável por ser o elo entre a administração pública e a sociedade civil. Ela destacou que a ouvidoria atua no controle e na participação social, com foco especial na qualidade da prestação dos serviços e das políticas públicas. A função da ouvidoria, segundo a Sra. Toffeti, é desempenhar um papel essencial na facilitação do diálogo entre a população e o governo, permitindo que os cidadãos expressem suas preocupações e sugestões, o que, por sua vez, fortalece o controle social.

A partir dessas manifestações, a ouvidoria consegue propor melhorias nos serviços prestados aos gestores da administração pública, particularmente no Ministério da Cultura (MinC) e em suas unidades, além de atuar na prevenção de atos e procedimentos irregulares. A ouvidora explicou que o setor também é responsável por promover a transparência governamental. Isso se dá, na prática, pela avaliação de pedidos pontuais recebidos via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) — uma forma de transparência passiva — e pela identificação de informações que deveriam estar publicizadas de forma proativa. A ouvidoria, então, propõe ao Ministério e aos gestores a divulgação ampla de informações que considera de interesse público e coletivo.

Além da transparência ativa, a Ouvidora ressaltou que o setor continua atendendo a interesses pontuais com o SIC e os pedidos de acesso à informação. Observou que todos esses pedidos são recebidos no mesmo sistema e plataforma que as manifestações de ouvidoria. A ouvidoria atua, portanto, como um canal bidirecional que permite que os cidadãos compartilhem suas perspectivas e recebam respostas objetivas e diretas a seus pedidos individuais. A Ouvidora mencionou que a participação da sociedade é de grande importância, e, por isso, tem buscado aproximar a ouvidoria dos colegiados do MinC, citando como exemplo a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). Ela reiterou seu compromisso de acompanhar as reuniões do Conselho e enfatizou que a intenção é auxiliar os conselheiros, especialmente os representantes da sociedade civil, a orientar a população a se manifestar de forma mais qualitativa. A Sra. Toffeti explicou que o objetivo é fazer com que o cidadão entenda que tipo de informação precisa chegar à ouvidoria. Sublinhou que, quanto mais detalhada a manifestação, com mais elementos comprobatórios e melhor exposição, seja uma denúncia ou uma sugestão de melhoria, mais efetiva será a possibilidade de a ouvidoria fazer uma proposição para o gestor da política ou serviço, e mais efetivo será o retorno do gestor.

Ela alertou que, em casos de manifestações muito genéricas, a própria legislação prevê que o órgão não é obrigado a atendê-las. A Ouvidora exemplificou que, se a ouvidoria não consegue identificar que tipo de irregularidade ou melhoria o cidadão quer propor, a comunicação se torna difícil. Em suma, a Ouvidora destacou que, quanto mais o cidadão e a cidadã se manifestam e utilizam os canais da ouvidoria, mais capacitados se tornam.

A Ouvidora discorreu sobre os impactos das manifestações, especialmente as mais qualitativas. Ela disse que a ouvidoria consegue atuar na resolução dos problemas e fazer proposições mais específicas e enfáticas. Como resultado, a confiança da população no canal e na administração se fortalece. A Sra. Toffeti ressaltou que a ouvidoria também recebe manifestações voltadas ao CNPC, e que, embora não possa entrar em detalhes de casos concretos devido ao sigilo legal, pode promover debates amplos sobre os temas e situações que chegam, contribuindo para o trabalho do Conselho.

Quanto aos canais de atendimento, a Ouvidora citou a plataforma FalaBR, uma plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação, gerida pela CGU, que todos os órgãos federais utilizam. Os cidadãos podem encontrar formulários digitais no site da ouvidoria, que são intuitivos e de fácil preenchimento. Ela acrescentou que também existe a opção de atendimento personalizado, tanto presencial, na sede do MinC, quanto virtual. O atendimento virtual, segundo a Ouvidora, tem como objetivo atender a população que não pode se deslocar a Brasília, o que está alinhado com a descentralização das políticas e serviços culturais.

Ao entrar no tema específico da PNAB, a Ouvidora Aline Toffeti esclareceu que a ouvidoria, em qualquer pauta, não tem competência apuratória. O setor não realiza investigação. O que é feito, na verdade, é uma análise preliminar para identificar elementos mínimos de materialidade e autoria. Ela exemplificou com a situação de um desvio de recurso: para a ouvidoria atuar, é preciso que o cidadão informe qual é o município, o desvio e para que o recurso foi usado. Sem

essas informações, a ouvidoria não pode encaminhar a denúncia para a área responsável, pois ela será devolvida por falta de elementos.

A Sra. Toffeti reforçou que quanto mais qualificada a manifestação, maior a chance de os órgãos atuarem. Ela comparou a atuação da ouvidoria com a de outros órgãos de controle, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que têm prerrogativas maiores para buscar informações complementares. Ela mencionou que a análise preliminar é refeita pelas unidades do Ministério, como a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, onde atua a diretora Teresa, e a Diretoria de Assistência Técnica, que possuem equipes com a prerrogativa de diligenciar o ente, mas mesmo assim, dependendo do grau de informação fornecido, a diligência pode não ocorrer.

Sobre os tipos de denúncia, a Ouvidora informou que podem ser protocoladas de forma identificada ou anônima. Ela alertou que as denúncias anônimas têm duas desvantagens: o denunciante não pode acompanhar o andamento e a ouvidoria não consegue entrar em contato para complementar informações, o que dificulta ainda mais a questão dos elementos mínimos.

A Ouvidora Aline Toffeti apresentou uma questão relevante sobre os relatos anônimos, explicando que, para fins de legislação e sistema, o que é registrado de forma anônima é tratado como uma comunicação de irregularidade. Ela ilustrou o ponto com um exemplo de um cidadão insatisfeito com a nota de um edital. Embora seja uma reclamação, se for registrada anonimamente, a ouvidoria é obrigada a tratá-la como denúncia, o que, sem os elementos necessários, torna o processo inefetivo. Ela destacou que cerca de 60% das denúncias da PNAB são, na verdade, manifestações de insatisfação. A Ouvidora adicionou que o MinC não pode interferir de forma incisiva nos critérios de necessidade de um município, por exemplo, pois decisões dessa natureza cabe à gestão e população local.

A Ouvidora apresentou os dados numéricos de manifestações recebidas em 2024. Para um universo de mais de 5 mil municípios e 27 estados aderidos à PNAB, o ano de 2024 registrou:

17 reclamações

36 solicitações de providências ou informações

86 denúncias

2 sugestões

1 "simplifique" (solicitação de desburocratização)

12 pedidos de acesso à informação (pedindo melhoria nos painéis)

A Sra. Toffeti sublinhou que o volume de manifestações referentes à PNAB não é muito expressivo quando comparado ao total recebido pelo Ministério. Isso pode ser interpretado como uma informação positiva, pois o número de manifestações se dilui na imensidão de municípios aderidos além do fato de boa parte das manifestações não serem denúncias propriamente ditas. Ela adiantou que os números de 2025 (até o início de agosto) já aumentaram em proporção a 2024, o que, para ela, é outro dado positivo, pois mostra que a sociedade tem reconhecido a ouvidoria como um canal legítimo para manifestações. A Ouvidora finalizou informando que a apresentação seria disponibilizada a todos e que ela, assim como a ouvidoria, permanece à disposição para que os conselheiros possam tirar dúvidas ou solicitar informações mais detalhadas.

Laís Valente, Coordenadora-Geral de Instrumentos Técnicos e Jurídicos da DAST - Diretoria de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios.

A partir de intervenção da Presidente Roberta, a Coordenadora-Geral de Instrumentos Técnicos e Jurídicos da DAST, Laís Valente, tomou a palavra. Ela iniciou sua apresentação cumprimentando a todos e identificando-se, além de mencionar sua equipe de trabalho: Thiago, Binho, Fernanda e Gabriel. Ela explicou que sua coordenação é responsável pelas ouvidorias da PNAB que chegam à diretoria, e que sua fala detalharia o fluxo de trabalho e as ações realizadas com base nessas demandas. Laís Valente fez a ressalva de que, embora a ouvidora Aline Toffeti tenha abordado a totalidade das demandas que chegam ao Ministério, sua apresentação seria focada especificamente nas demandas direcionadas à DAST.

A coordenadora-geral de instrumentos técnicos e jurídicos começou sua fala reforçando a orientação da ouvidoria de que todas as denúncias devem ser encaminhadas pela plataforma FalaBR, por se tratar do canal oficial do governo federal. Ela explicou que todas as manifestações recebidas por essa plataforma são encaminhadas para a ouvidoria, que, por sua vez, faz a distribuição para as demais áreas do Ministério. Laís, portanto, pediu que, caso os conselheiros recebam alguma denúncia diretamente por e-mail, orientem o remetente a utilizar o FalaBR.

Laís detalhou os tipos de manifestações que chegam à DAST, classificando-as como: sugestões, elogios, solicitações de informação, reclamações e denúncias.

A coordenadora-geral, em sua exposição, detalhou o processo de tratamento dessas demandas. Primeiramente, a DAST realiza uma análise de materialidade. Ela explicou que muitas denúncias não têm embasamento, citando o exemplo de manifestações que questionam pagamentos feitos a agentes culturais antes da execução do serviço. Nesses casos, a DAST verifica que a ação não é ilegal, pois se trata de uma modalidade de fomento que prevê o pagamento antecipado, e responde ao manifestante informando a base legal que permite tal procedimento. Além disso, a diretoria também avalia a compatibilidade das denúncias com as normas vigentes.

Quando uma denúncia possui indícios de irregularidade, a DAST adota uma série de encaminhamentos. Entre eles, solicitar manifestação da Secretaria de Cultura do ente federativo em questão e, em alguns casos, marcar reuniões on-line para esclarecer a situação. A DAST atua de forma orientadora e notificadora, buscando sanear a irregularidade na fase inicial, ou seja, enquanto ela ainda está em andamento. A coordenadora-geral complementou que, caso a questão tenha passado dessa fase e exija um tratamento mais aprofundado, a demanda é encaminhada para a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SFIC), responsável pelo monitoramento e fiscalização.

Laís Valente apresentou os dados numéricos de manifestações da PNAB recebidas pela DAST em 2025, totalizando 27 manifestações. Destas, apenas uma exigiu notificação ao município para que fornecesse informações. Ela apresentou um gráfico que demonstrava a maior parte das manifestações (cerca de 50%) são solicitações de informação, muitas delas sobre dados já disponíveis nos canais oficiais do Ministério. A coordenadora-geral ressaltou que a quantidade de denúncias é menor do que a de solicitações de informação.

A coordenadora-geral separou as demandas por temáticas, mostrando que a maioria está relacionada a dúvidas gerais e solicitações de informações. Outras temáticas que aparecem são sobre cotas e imposto de renda. Laís Valente chamou a atenção para o fato de que apenas três manifestações se referiam a suspeitas de má execução ou improbidade. Outras irregularidades suspeitas em editais, segundo a coordenadora, na maioria das vezes, são de pessoas que recorrem ao Ministério como uma segunda instância, após terem seus recursos negados pelos entes federativos. Ela esclareceu que a DAST não tem competência para incidir diretamente nos editais dos entes, mas que notifica o município quando uma irregularidade é, de fato, identificada.

A coordenadora-geral apresentou um gráfico com a distribuição das manifestações por região, destacando que a maioria delas é proveniente do Nordeste, mas que a distribuição não é discrepante, mantendo uma média parecida entre as demais regiões.

Em resposta às manifestações recebidas, a DAST tem intensificado suas ações de apoio técnico. Laís Valente explicou que muitas reclamações são resultado do desconhecimento dos gestores. Por isso, a diretoria tem enviado material de orientação, ampliado o plantão de dúvidas (que agora ocorre três vezes por semana) e realizado lives temáticas. Há também uma perspectiva de retomar o projeto Circula MinC, que busca levar as orientações a campo. A coordenadora-geral reforçou que, na maioria dos casos, o que chega à DAST não é má-fé, mas sim desconhecimento ou interpretação equivocada da legislação.

A coordenadora-geral observou que é natural o aumento de demandas em determinadas fases do processo, principalmente na finalização da execução dos recursos, como no caso do Ciclo 1. Ela endossou o que a ouvidora Aline Toffeti havia dito anteriormente: quanto mais dinheiro estiver circulando na ponta, mais demandas a ouvidoria irá receber.

Laís Valente também fez um alerta sobre as limitações de sanção do Ministério da Cultura. Ela explicou que a legislação não prevê sanções diretas. Um desvio de recursos, por exemplo, pode resultar na abertura de um processo de Tomada de Contas Especial (TCE) pelo Ministério, mas o MinC não tem competência para apurar ou sancionar crimes ou atos de improbidade administrativa. Nesses casos, os cidadãos devem procurar o Ministério Público. A coordenadora-geral concluiu que, muitas vezes, é necessário explicar as competências do Ministério para a população, que pode ter uma compreensão equivocada sobre o que o órgão pode e não pode fazer.

Para finalizar sua apresentação, Laís destacou as melhorias no painel de dados da PNAB, que agora oferece mais informações o que conseqüentemente reduz a demanda por solicitações de informação. A coordenadora-geral também informou que o Ministério está implementando o CultBR, uma plataforma onde os pareceres técnicos serão publicados com mais facilidade para que a sociedade civil consiga acompanhar a execução da política, incluindo os PAR.

Por fim, a Sra. Laís Valente disponibilizou o QR code do canal da PNAB no WhatsApp, um canal que já conta com mais de 6 mil inscritos e onde são divulgadas atualizações e novidades sobre a política. Ela incentivou os conselheiros a acessarem e compartilharem o canal. A coordenadora-geral finalizou a sua fala reforçando que o objetivo da apresentação era fornecer um

panorama geral do tratamento das ouvidorias, sem entrar em casos concretos, devido ao sigilo das informações.

O Conselheiro Xukuru, que presia a reunião, deu a palavra aos 10 conselheiros inscritos para perguntas, começando pelo Conselheiro Elson Rocha.

O Conselheiro Elson Rocha, no início de sua fala, expressou a sua preocupação em relação ao sigilo das denúncias e à morosidade dos processos, especialmente quando se trata de verba pública. Ele relatou que a falta de retorno das ouvidorias faz com que os gestores públicos desdenhem da sua importância, o que gera frustração na comunidade cultural. O conselheiro descreveu uma situação específica no estado do Amazonas, onde, apesar de o Conselho ter participado de escutas e de todo um processo, o Secretário de Cultura ignorou as discussões e lançou um edital em seu próprio formato, sem consultar o Conselho. Ele expressou a esperança de que haja algum tipo de retorno, ainda que seja uma conversa de conciliação entre o Secretário e o Conselho. Ele enfatizou que, enquanto o fazedor de cultura acredita na ouvidoria, o secretário de cultura, na visão do Conselheiro, a desdenha, o que, infelizmente, é a forma como os gestores públicos encaram a ouvidoria.

A Conselheira Carmen Negrão iniciou sua fala apresentando-se. Ela se descreveu como uma mulher branca de cabelos brancos, vestindo roupas coloridas. A Conselheira levantou uma questão sobre um cenário hipotético, mas recorrente em seu estado. Ela perguntou se, em um caso de má-utilização de recursos em que a denúncia foi feita em todas as instâncias (Tribunal de Contas, ouvidoria, etc.), o Ministério da Cultura poderia usar essa informação para bloquear o repasse de verbas futuras para o gestor em questão. A Conselheira Carmen Negrão ressaltou que, embora entenda que o papel do Ministério não é o de legislar entre entes federativos, punir ou prejudicar os fazedores de cultura, é preciso encontrar uma forma de coibir o mau uso dos recursos. A Conselheira mencionou que vem de um estado e de uma cidade onde esse tipo de situação é frequente, o que a leva a buscar uma solução para essa problemática.

O Conselheiro José Facury iniciou sua fala apresentando-se como um homem idoso, de cabelos ralos, vestindo uma camisa cinza e representando a região Sudeste, especificamente o Rio de Janeiro. O Conselheiro expressou a sua preocupação com o fato de que os conselheiros, por si só, já atuam como uma espécie de ouvidoria. Ele explicou que, em qualquer lugar que chegam, os conselheiros se deparam com reclamações da comunidade. Ele reforçou o seu ponto ao dizer que, por ter sido eleito para o conselho municipal de sua cidade, agora tem duas ouvidorias com “o ouvido quase surdo”, e precisa encontrar respostas para essas demandas. O Conselheiro José Facury sugeriu a presença de um representante da ouvidoria no Conselho, ou que a mesa diretora do Conselho se encarregue de repassar as dúvidas e denúncias. Ele justificou a sua sugestão ao mencionar que muitas denúncias chegam aos conselheiros, que já fazem uma “seleção natural”, orientando a população a procurar o Ministério Público local em vez do MinC, dependendo do caso. Ele alertou que a próxima composição do Conselho trará um aumento ainda maior nas denúncias. O Conselheiro relatou que tem colocado diversas questões que chegam a ele no grupo de WhatsApp, mas não tem recebido resposta de nenhum membro da gestão ou da mesa diretora. Ele agradeceu a atenção de Binho, que responde prontamente às suas

dúvidas, mas questionou se todos os conselheiros têm o mesmo acesso e a mesma agilidade nas respostas. A sua sugestão, portanto, é a de que se crie um canal mais direto e ágil para que as demandas dos conselheiros sejam atendidas. O Conselheiro Shaolin Barreto começou sua fala pedindo desculpas pela ausência no início da reunião e se apresentou como um homem de pele parda, com cabelos e barba ralos, usando óculos e uma camiseta branca com gola verde e mangas laranjas. Ele explicou que, por ter chegado no final da fala do Conselheiro Thiago, levantaria questões que talvez não estivessem diretamente relacionadas à ouvidoria, mas que considerava importante externar no momento. O Conselheiro, então, levantou uma questão que, embora não diretamente ligada à ouvidoria, é de grande relevância: a dificuldade de obter retorno de alguns e-mails de canais de atendimento do Ministério da Cultura. Ele mencionou que pontos de cultura têm o procurado com dúvidas sobre a política de Cultura Viva e não estão obtendo respostas. Ele também citou o e-mail de prestação de contas da Lei Paulo Gustavo, onde o retorno é inconsistente. O Conselheiro Barreto se colocou como exemplo, afirmando que ele próprio já enviou diversos e-mails que até hoje não foram respondidos. Ele pediu que o Ministério avalie a situação para garantir um retorno efetivo a todas essas pessoas. Em seguida, o Conselheiro Shaolin Barreto abordou uma questão relacionada à participação social e à escuta pública. Ele se referiu a uma fala anterior do Diretor Thiago sobre a escuta pública não ter um caráter deliberativo. O Conselheiro Barreto disse que essa questão é de grande importância e que já havia enviado um ofício sobre o tema do fundo vinculado. Ele sugeriu que o Ministério, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), emita um parecer jurídico sobre o que significa "fundo vinculado". Ele explicou que, embora a verba seja repassada fundo a fundo, ela não é depositada em um fundo municipal de cultura, mas sim em uma conta vinculada ao fundo. O Conselheiro Shaolin Barreto defendeu que, se a conta é vinculada, ela deve seguir a legislação do fundo municipal, o que fortaleceria a participação social. Ele argumentou que o poder deliberativo, que pode não estar presente na legislação da PNAB, pode estar previsto no texto do fundo municipal. Portanto, para ele, é fundamental que o Ministério emita um posicionamento jurídico para esclarecer o que é um fundo vinculado. Por fim, ele fez uma pergunta sobre os dados da prestação de contas da Lei Paulo Gustavo, uma vez que muitos municípios tem declarado que o link de publicação no Diário Oficial não tem sido aceito e a complementação tem sido requisitada. O Conselheiro Shaolin Barreto continuou sua fala, questionando quais seriam os procedimentos para os municípios que se encontram inadimplentes em relação aos recursos da cultura e, por essa razão, estão impedidos de firmar qualquer tipo de convênio. Ele perguntou quais ações, além da prestação de contas nas plataformas Transferegov e Siconv, seriam necessárias para que esses municípios pudessem regularizar sua situação. Uma última preocupação levantada pelo Conselheiro diz respeito ao envio de uma planilha com dados pessoais dos beneficiários da lei. Ele se mostrou preocupado com o envio dessas informações — como renda e escolaridade —, que constam no censo inicial do formulário, para a plataforma Transferegov, um ambiente público. O Conselheiro indagou se o Ministério tem alguma posição sobre a publicização desses dados pessoais, mesmo que o documento não seja necessário para a prestação de contas. Por fim, o Conselheiro Shaolin Barreto

pediu desculpas por ter se alongado e por ter abordado temas que não estavam diretamente ligados à pauta da ouvidoria, justificando que o atraso na sua chegada à reunião foi o motivo. Ele sugeriu que algumas de suas perguntas poderiam ser respondidas por e-mail em outro momento.

A Conselheira Gilcéia iniciou sua fala questionando o conceito da ouvidoria, cujo principal objetivo é "ouvir". Ela levantou a questão da acessibilidade, criticando a falta de mecanismos de escuta que permitam a comunicação com as comunidades mais vulneráveis. Exemplificou com a necessidade de se criar editais orais e se queixou de que não é possível ligar para a ouvidoria para registrar uma reclamação, sendo o processo restrito à comunicação por escrito. A Conselheira Gilcéia argumentou que o processo online para fazer uma manifestação na ouvidoria é burocrático, com muitas etapas, o que dificulta o acesso. Ela também expressou sua insatisfação com a falta de transparência em relação às reuniões on-line, mencionando um problema específico com a reunião gravada da Lei 356, à qual não teve acesso. A Conselheira concluiu sua intervenção reforçando que precisará fazer uma ouvidoria sobre a própria transparência das reuniões e a acessibilidade da ouvidoria.

A Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural do Iphan, Laís Queiroz, iniciou sua fala apresentando-se como uma mulher negra, com cabelo black preso e vestindo uma blusa com flores vermelhas. A Sra. Queiroz, em sua fala, pontuou a importância do financiamento para a estruturação das políticas culturais e para o engajamento dos entes federativos e da sociedade civil. Ela fez um paralelo com o sucesso do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que funcionam bem por possuírem uma coordenação nacional que condiciona o repasse de recursos à execução de programas. Ela comparou essa lógica ao sucesso da Lei Aldir Blanc, a primeira iniciativa na história do Brasil a direcionar tanto fluxo de recurso para a cultura, descentralizando o poder de forma significativa. A Coordenadora-Geral discutiu como a estruturação do Sistema Nacional de Cultura está lidando com a governança e o controle social da Lei Aldir Blanc, e como se dá a integração entre ambos. Ela observou que o Sistema Nacional de Cultura está em fase de estruturação e adesão dos entes federativos, enquanto a Lei Aldir Blanc ganha cada vez mais popularidade. A Sra. Laís Queiroz mencionou que, no sistema de patrimônio cultural, há um grande gargalo: a falta de recursos para a preservação, o que, muitas vezes, impede detentores, municípios e estados de agirem. Ela ressaltou que a Aldir Blanc de Patrimônio ajudou a abrir o olhar para onde esses recursos podem ser direcionados, mas defendeu que, além da sensibilização, é necessária uma coordenação vinculada ao próprio Sistema Nacional de Cultura. O objetivo seria garantir que os bilhões injetados pela Aldir Blanc sejam aplicados naquilo que está se estruturando como política pública nacional, ou seja, na governança entre estados, municípios e no controle social. A Coordenadora-Geral enfatizou a necessidade de evitar redundâncias na pactuação. Ela sugeriu que políticas como bolsas para mestres da cultura seriam mais fortalecidas se estivessem inseridas em um sistema nacional, com diretrizes claras e uma coordenação nacional, embora sem anular a autonomia dos municípios. Ela afirmou que esse alinhamento pode ajudar a evitar erros nos editais e promover ações continuadas, contribuindo para a sustentabilidade da política. A Sra. Laís

Queiroz concluiu sua fala, dizendo que a promoção da autodeterminação de municípios e estados na execução de seus recursos deve caminhar junto com a garantia do pacto federativo e da articulação com a sociedade civil, por meio de uma governança robusta do Sistema Nacional de Cultura. Ela avaliou que essa abordagem poderia responder, em parte, às reclamações que chegam ao FalaBR sobre o mau uso dos recursos da Aldir Blanc em eventos como decorações natalinas ou festivais que não beneficiam artistas locais. Ela encerrou a sua participação expressando que a sua fala foi um desabafo para quem lida com a estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural em meio à falta de recursos.

A Conselheira Fernanda Adão fez sua contribuição que é registrada de forma literal em ata, conforme pedido feito durante a reunião:

"Gostaria de agradecer a presença da ouvidora e da Laís. Sempre tive muita curiosidade em saber como funcionavam esses processos, mas quero trazer aqui nesses 3 minutos o meu exemplo, um exemplo registrado no dia 30 de junho de 2023. Eu tive um primeiro prazo de atendimento, até 31 de julho de 2023. Eu encaminhei um e-mail ao CNPC solicitando algumas informações. Como não tive retorno, resolvi utilizar o canal da ouvidoria para coletar essas informações. O escopo abrangia o fato de que eu estava e ainda tenho muita dificuldade de acessar informações. A gente tem uma fonte inesgotável de pesquisa para que a gente possa atuar a para que o trabalho flua. Para isso, precisamos, minimamente, de uma estrutura de gerenciamento de documentos e informações para que tenhamos acesso centralizado. Fiz algumas perguntas e preciso destacar para vocês a resposta que tive. A resposta incluía reuniões que eu participei anteriormente a essa manifestação, reuniões ordinárias, e uma reunião que tive com o Daniel e com a equipe do Ministério da Cultura para esclarecimentos, mas eu precisava de informações tangíveis, por isso acessei a ouvidoria, para ver se recebia esses dados, informações e documentos. Eu solicitei, na época, vistas ao processo da quarta conferência e a resposta que tive da ouvidoria foi: 'Todas as pessoas públicas têm acesso direto ao sistema SEI. Numa segunda pergunta, em que eu queria os documentos gerados — atas, análises, etc. — da gestão do CNPC, que se findou em 2022, a resposta que eu tive foi: 'O CNPC tem um site onde temos todas as documentações referentes ao Conselho Nacional'. Na terceira pergunta, eu queria um drive, um link de um drive, um repositório de informações com todos os documentos gerados pela comissão da quarta conferência nacional e a resposta foi: 'Conforme informado no item acima, todos os documentos estão disponíveis'. E fiz outras perguntas solicitando informações. Diante disso, eu registro o seguinte: se a pessoa — vou falar por mim, porque até tenho um mínimo de conhecimento em acesso tecnológico — está solicitando informações, é porque nem sempre as informações são intuitivas. Às vezes é preciso de muitos links. Eu penso que a gente não se pode supor que a pessoa tenha domínio tecnológico suficiente para somente dizer que a informação está em tal site. Sobre os processos SEI, por exemplo, eu só consigo acessar quando o CNPC me manda alguma solicitação de assinatura ou quando é para prestação de contas que a gente precisa assinar. Eu não consegui até hoje acessar nenhum processo SEI relacionado ao nosso trabalho que seja 100% público, pois eles sempre têm um cadeado ou uma chavinha. Nesta apresentação,

inclusive, senti falta de uma visão consolidada de avaliação do serviço, como os tipos de irregularidades recebidas pela ouvidoria, os territórios abrangidos, qual é o gênero, a raça, ou quantas delas são PCD. Se o Ministério não apura, eu me pergunto: não seria o caso do próprio Ministério encaminhar a solicitação ao Ministério Público e acompanhar o caso, já que é o MinC que coordena o Sistema Nacional de Cultura? Para fechar, eu tive a sensação de que a resposta que me foi dada parecia que eu já tinha esses dados, e eu não os tenho até hoje esses dados. Me pareceu uma tentativa de convencimento até. Se a primeira resposta que eu tive não foi suficiente pra mim, foi vaga, eu não vou insistir por esse canal, e isso é péssimo para o sistema. Eu destaco a necessidade de incorporação desses processos de ouvidoria às iniciativas do Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais. É isso. Obrigada."

O Conselheiro Thaynã Paes fez sua contribuição que é registrada de forma literal em ata, conforme pedido feito durante a reunião:

"Bom, gente, eu ainda também não fiz a minha descrição desde a primeira vez que eu falei aqui. Eu sou um homem branco, estou de cavanhaque, estou com uma blusa vermelha e cabelo ralo também. Em relação ao que a Aline falou, que está participando aqui das reuniões e que pretende participar com a gente, eu acho isso muito bom. Se existe alguma possibilidade, no sentido de uma ouvidoria ativa, porque hoje mesmo, acho que algumas questões aqui que foram colocadas, principalmente sobre a reestruturação do Conselho e o não cumprimento de atos ministeriais, enfim, se a partir disso há algum encaminhamento aí dentro da ouvidoria. Em casos referentes ao próprio Ministério, caso haja alguma denúncia na ouvidoria referente ao próprio Ministério, por a ouvidoria estar no Ministério, será que é o melhor lugar para fazer essa denúncia? Ou seria direto no Ministério Público? Em caso de denúncias bem feitas, que eu conheço, já trouxe aqui para o Thiago, já trouxe para alguns colegas, a questão do município de Moeda, em Minas Gerais, eu recebi denúncias muito bem estruturadas. Então, o que acontece caso a denúncia seja factível? Até onde a ouvidoria consegue ir? Porque, até onde eu sei, essa moça que me fez a denúncia ainda não teve o retorno adequado. E, pelo pouco que eu conheço da legislação da PNAB, ela está coberta de razão em denunciar. Gostaria de solicitar aqui, Aline, a possibilidade da construção de uma cartilha que vai explicar como proceder com a denúncia. Foi isso que você trouxe aqui pra gente, mas talvez de uma forma um pouco mais detalhada, para a pessoa entender o que deve conter nessa denúncia, como fazer e como acompanhar. Tanto uma cartilha quanto um produto audiovisual, sabe? Um vídeo explicativo com acessibilidade, para que a gente possa fazer esse material circular. Eu achei o número muito baixo pelo tanto de denúncia que eu ouço. Igual o colega conselheiro falou, a gente acaba sendo ouvidor também. A gente, que é conselheiro, escuta. Chega para a gente denúncia. Então, achei o número um pouco baixo, mas é isso. Era mais essa questão. Obrigada."

A Ouvidora Aline Toffeti agradeceu a todos os conselheiros pelas perguntas e, para otimizar o tempo, optou por responder a todas as indagações de uma só vez, abordando cada ponto por conselheiro. A Ouvidora abordou a questão do sigilo versus o interesse público. Ela esclareceu que a restrição se refere a casos concretos, não impedindo a emissão de relatórios temáticos ou a apresentação de dados mais específicos, como o perfil dos denunciantes, o que a conselheira Fernanda Adão havia sugerido. A Ouvidora explicou que o sigilo é uma medida de

proteção ao cidadão. Ela exemplificou com casos em que a identidade de um denunciante foi comprometida e informou que o Ministério já trabalha para que cópias de relatos não saiam na íntegra do sistema FalaBR. Ela enfatizou que a proteção da identidade do denunciante é uma obrigação legal, conforme previsto em decreto, e que o Ministério busca garantir essa proteção tanto em denúncias não identificadas quanto identificadas.

Sobre a percepção de que gestores desdenham da ouvidoria, a Ouvidora reconheceu que isso é um problema. Ela explicou que muitas vezes a atuação do Ministério é limitada, pois a fiscalização de determinados casos foge de sua competência. Nesses casos, a resposta enviada ao cidadão é a de que ele procure um órgão de controle local, como o Ministério Público ou o Tribunal de Contas, que têm prerrogativas maiores. A Sra. Toffeti informou que a questão da confiabilidade da ouvidoria é um tema amplamente discutido em fóruns de ouvidores e que a intenção é trabalhar em conjunto com os conselheiros para orientar a população sobre como e onde registrar as denúncias, de modo a garantir um processo mais efetivo.

Em resposta à Conselheira Carmen Negrão, a Ouvidora comentou que a pergunta sobre a restrição de repasse de recursos a gestores denunciados seria melhor respondida pela equipe da DAST. No entanto, ela antecipou que, no âmbito da ouvidoria, essa ação não seria possível. Isso porque a denúncia é um relato de uma suposta irregularidade, e a ouvidoria só pode tratar o caso como irregular após o fim de uma investigação formal, não podendo, portanto, impor sanções imediatas.

Em resposta ao Conselheiro José Facury, a Ouvidora reforçou o que já havia sido dito: o canal oficial para o registro de manifestações é a plataforma FalaBR. Ela destacou que as denúncias informais, que chegam diretamente aos conselheiros, não podem ser trabalhadas de forma oficial pelo Ministério. A Ouvidora sugeriu que os conselheiros, se for de seu interesse, podem reunir os relatos que chegam a eles e registrar essas manifestações no FalaBR em nome do Conselho. A Ouvidora Aline Toffeti se colocou à disposição para que o Conselho indique um representante que possa acompanhar os registros de denúncias, mesmo que eles sejam enviados via SEI por ofício.

Em resposta à Conselheira Gilcéia, a Ouvidora Aline Toffeti explicou que a plataforma FalaBR possui recursos de acessibilidade. Sobre a impossibilidade de registrar denúncias por telefone, ela argumentou que a medida visa a proteger o denunciante. Para suprir a necessidade de quem não pode escrever, a ouvidoria oferece um atendimento personalizado virtual, no qual o cidadão pode fazer seu relato oralmente. Um profissional da ouvidoria transcreve a manifestação, o cidadão a valida e, então, o registro é feito no FalaBR. A ouvidoria esclareceu que o atendimento telefônico é destinado exclusivamente para informações e orientações, e não para registro de manifestações.

Em resposta Conselheira Fernanda Adão, a Ouvidora sugeriu que a dificuldade de retorno em canais de contato, como e-mails e telefones, pode ser resolvida por meio de uma reclamação formal na ouvidoria. Ela explicou que registrar essas reclamações é a forma de a ouvidoria atuar na proposição de melhorias para os setores e garantir que os canais de atendimento funcionem de maneira efetiva. A Ouvidora mencionou que a ouvidoria já recebe e trata casos relacionados a canais

de atendimento da Lei Rouanet, da Lei Paulo Gustavo e da PNAB, e que o registro formal é o único caminho para que a ouvidoria possa intervir.

A Ouvidora orientou a Conselheira Fernanda a registrar na ouvidoria a sua queixa sobre a falta de acesso à reunião gravada de reunião. Ela reforçou que o registro é fundamental para que a ouvidoria possa atuar de forma estratégica e demonstrar a real dimensão dos problemas. A Ouvidora mencionou que a ouvidoria pode atuar de forma ativa e que, mesmo não estando presencialmente nas reuniões, a equipe está disponível para auxiliar os conselheiros. Ela sugeriu que os conselheiros podem fazer o registro de denúncias durante os intervalos das reuniões, em um ambiente mais sigiloso, garantindo a efetividade do processo.

A Ouvidora Aline Toffeti comentou a fala da Conselheira Fernanda Adão sobre o caso específico dela, colocando-se à disposição para analisar o processo se o número for enviado por e-mail. Ela informou que a ouvidoria tem trabalhado junto à DAST e à SFIC para melhorar a qualidade das respostas. Sobre a falta de acesso a processos SEI, a Ouvidora comunicou que o Tribunal de Contas da União (TCU) fez uma recomendação para que o Ministério disponibilize a consulta pública no SEI até julho de 2026. A Ouvidora confirmou que a ouvidoria tem previsão de incluir informações no painel de indicadores do SNIC e que conversou com a Secretária Roberta para iniciar as tratativas para também incluir no CULTBR.

Sobre a pergunta de Thaynã, a Ouvidora respondeu que as denúncias de má conduta no âmbito do próprio Ministério são tratadas de forma diferente. Dependendo do nível hierárquico do denunciado, o caso nem é encaminhado para a Corregedoria do Ministério mas para a Corregedoria-Geral da União (CGU). Ela explicou que os cargos de ouvidor e corregedor têm mandato, o que garante a eles proteções para que não se submetam à gestão, permitindo uma atuação imparcial.

A Ouvidora abordou o caso específico do município de Moeda, dizendo que precisaria analisar os detalhes das denúncias para dar um retorno mais preciso. Ela explicou que os prazos de investigação de denúncias são maiores que os 30 dias prorrogáveis por uma vez, de uma manifestação comum, pois envolvem o devido processo legal, com contraditório e ampla defesa. A Ouvidora informou que o que a legislação exige é que o cidadão seja notificado de que a investigação foi iniciada e, ao final do processo, seja informado do resultado.

A Ouvidora Aline Toffeti acolheu a sugestão da criação de uma cartilha e produtos audiovisuais sobre como registrar uma denúncia. Ela informou que o material já está em construção em conjunto com a corregedoria e que a ideia é, de fato, criar algo mais acessível e palatável para a população, como histórias em quadrinhos e e-books, que também reflitam o caráter cultural do Ministério.

O Conselheiro Júnior Xukuru iniciou sua fala elogiando a resposta da ouvidora, afirmando que ela foi muito além do esperado. Ele destacou que a ouvidora abordou os pontos de quem quer ser ouvido e de quem quer fazer uma denúncia, o que, para ele, é de suma importância. O Conselheiro Júnior Xukuru também ressaltou que a obrigação de denunciar não é apenas das pessoas que se sentem lesadas, pois muitas delas, nas bases, confiam nos conselheiros, mas têm medo de repressão por parte dos gestores locais, sejam eles prefeitos ou outras

autoridades. Ele relatou que o fazedor de cultura, muitas vezes, é ameaçado ou prejudicado e que existem "esquemas" para impedi-lo de participar e concorrer a recursos. Ele enfatizou que os conselheiros, ao contrário, não têm medo de autoridades e estão ali para defender o povo. O Conselheiro Xukuru mencionou que o papel de denunciar, muitas vezes, é transferido para os conselheiros, porque o fazedor de cultura não tem coragem de fazê-lo. Ele deu o exemplo de casos em que "projeteiros" se aproveitam da falta de conhecimento de fazedores de cultura, roubam ou falsificam assinaturas para se apossar do dinheiro. O Conselheiro ressaltou que a comunidade cultural, muitas vezes, não tem a mesma voz que os conselheiros para denunciar essas situações em Brasília. O Conselheiro Júnior Xukuru concluiu sua fala afirmando que é de suma importância que os conselheiros denunciem todas as formas de corrupção, seja ela praticada por conselheiros, gestores ou qualquer pessoa que roube a cultura nacional. Ele enfatizou que o dinheiro é público, pertence ao povo, e deve ser usado da forma correta. O Conselheiro finalizou dizendo que, em sua visão, a cultura é o "pão de cada dia" e que é preciso impedir que ela seja tirada de quem mais precisa. Ele reforçou que o papel dos conselheiros é acompanhar, denunciar e fortalecer a cultura brasileira.

O Diretor Thiago Rocha iniciou sua fala com uma complementação às discussões. Em relação à provocação da Conselheira Carmen Negrão, ele informou que está em discussão nova Instrução Normativa, mais explícito em Portaria, que versa sobre a possibilidade de que, em caso de irregularidades, o Ministério possa incidir sobre as parcelas de repasse que estejam em execução e sobre as próximas a serem recebidas. Ele também pediu apoio dos conselheiros para que o apoiem caso essa medida gere críticas.

Sobre a fala do Conselheiro Shaolin Barreto, o Diretor comentou a questão da Lei Paulo Gustavo e explicou que a Presidente Robertatambém questionou o uso dos links no site. O Diretor disse que sua equipe vai analisar o fluxo de informações para verificar se há algum ruído e buscar a melhor forma de corrigi-lo.

O Diretor Thiago Rocha reforçou que é importante lembrar que existem ouvidorias nos estados e municípios, e que é preciso ter clareza sobre o papel de cada ente federativo. Ele explicou que o Ministério da Cultura não pode atuar no mérito de questões como a desaprovação de um edital local, que é de competência de outras instâncias. Ele acrescentou que a atuação do Ministério, muitas vezes, é a de encaminhar o caso para o órgão que tem competência para apurar e punir criminalmente, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas e até a delegacia. Ele ressaltou que o objetivo não é que um canal anule o outro, mas que se entenda a competência de cada órgão.

O Diretor finalizou sua fala chamando a atenção para a questão dos números apresentados pela ouvidora. Ele defendeu que, apesar de ouvir muitas reclamações e denúncias, os números formais são baixos, o que demonstra que não há uma explosão de denúncias como muitos acreditam. Ele alertou que há pessoas mal-intencionadas que, com base em falsas narrativas, tentam desestabilizar e descredibilizar as políticas de cultura. Ele enfatizou que, numericamente, a cultura tem um percentual de denúncias menor que o de outras políticas públicas, o que desmente a narrativa de que o dinheiro da cultura

está sendo mal utilizado. Ele concluiu que o Conselho tem um papel estratégico em desconstruir essa narrativa.

A Presidente Roberta Martins iniciou sua fala propondo um encaminhamento para a reunião. Ela sugeriu a realização de uma formação sobre ouvidoria e apuração de denúncias no serviço público, acreditando ser essencial para desmistificar o tema. Ela reconheceu que os presentes na reunião, e o público em geral, precisam compreender melhor o papel de órgãos como o Ministério Público, Tribunais de Contas (estaduais e municipais), o TCU e a CGU.

A Secretária informou que essa formação não seria feita exclusivamente pelo Ministério da Cultura, mas com a participação de grupos da sociedade civil organizada, que possuem uma linguagem mais acessível para tratar de temas como o trato com o dinheiro público e as políticas públicas. Ela defendeu que a formação deve ser direcionada não apenas aos conselheiros do CNPC, mas a todos os conselheiros e pessoas que atuam no setor cultural.

A Sra. Roberta Martins compartilhou que sua experiência na construção de processos de ouvidoria e transparência em Niterói (RJ) a fez aprender muito sobre o assunto, e que a formação proposta seria fundamental para aprimorar a atuação dos conselhos na recepção e encaminhamento de denúncias e sugestões. Ela pediu à equipe da DAST que inicie a busca por uma instituição parceira para a realização da formação, que deve ter uma linguagem simples e assertiva.

A Secretária enfatizou a importância de se compreender o papel dos conselheiros nesse processo e a realidade do contexto federativo. Ela mencionou que a organização dos processos de escuta pública não é uma questão exclusiva da cultura, mas uma melhoria na qualidade do atendimento à sociedade. A Secretária solicitou que a DAST encaminhe a proposição ainda este ano, reforçando a importância de que a formação seja organizada por um órgão da sociedade civil, pois a interpretação da legislação pode ser diferente quando não é feita por um órgão governamental.

A Secretária ressaltou que essa iniciativa traria um salto de qualidade na execução das ações de transparência pública. A Sra. Roberta Martins finalizou sua fala agradecendo as intervenções dos conselheiros, que a fizeram refletir e aprimorar a sua atuação como agente público.

2.6 INFORMES E MOÇÕES

A Conselheira Carmen Negrão iniciou a sua fala pedindo licença para ler um texto, a fim de não se perder e respeitar o tempo de 3 minutos. Ela relatou que São Paulo, tanto a capital quanto o estado, enfrenta um período crítico na cultura, sem conselhos ativos e sem diálogo real com a sociedade civil. Ela caracterizou o cenário como de desmonte, no qual a política cultural se tornou um braço auxiliar do mercado, e o poder público abandonou seu papel de mediador, investidor e garantidor do fomento. Segundo a Conselheira, a lógica adotada é neoliberal, com a entrega de equipamentos culturais a empresários e a transformação de projetos em produtos, tratando a arte como um ativo financeiro. Ela afirmou que a resistência da sociedade civil se mantém nas "brechas", criando com quase nada, apesar de tudo.

A Conselheira Carmen Negrão agradeceu a todos os trabalhadores do Ministério da Cultura que se dedicam à construção do Sistema Nacional de Cultura, da Lei Aldir Blanc, da Política Nacional de Cultura Viva e da nova Lei de Fomento à Cultura. Ela reconheceu que essas políticas não se concretizam sem a vontade política dos gestores e a participação ativa de todos os envolvidos. No entanto, ela mencionou que é preciso ser realista e enfrentar um grande desafio: a sobrecarga da Lei Aldir Blanc, que, nesse momento, é a principal fonte de fomento, mas tem recebido novas atribuições, como a requalificação da infraestrutura cultural e a formação de gestão, o que demonstra que o "cobertor é muito curto". A Conselheira enfatizou que a cultura se faz com pessoas, mas também com estrutura e investimento.

Em sua fala, a Conselheira concordou com a Presidente Roberta Martins sobre a importância de se abrir o debate sobre a Lei Aldir Blanc e a necessidade de se discutir a Inteligência Artificial (IA). Para isso, ela sugeriu a realização de reuniões extraordinárias virtuais com pautas únicas. Ela recomendou que os presentes assistam à sessão da comissão de cultura do Congresso do dia 9 de julho, que ela classificou como "terrível" pela forma e pelo deboche com que o tema foi tratado.

Por fim, a Conselheira Carmen Negrão solicitou que fosse registrada em ata uma ocorrência grave:

"Gostaria que constasse em ata um registro de uma ocorrência grave de quebra de confiança no grupo de conselheiros titulares e suplentes da sociedade civil. Houve um ato de printar conversas internas do grupo e divulgá-las em outros espaços, além do nosso ambiente de diálogo institucional. Essa atitude gerou uma ruptura profunda no grupo, comprometendo a confiança mútua entre os conselheiros e prejudicando o trabalho coletivo do Conselho Nacional. A situação resultou ainda em episódios de perseguição, direcionada a vários conselheiros, inclusive a mim, por meio de mensagens no WhatsApp e ataques nas redes sociais por parte de grupos externos com interesse divergente da missão de construir e fortalecer as políticas públicas de cultura.

Recentemente recebemos, inclusive de ontem para hoje, e-mails. Algumas pessoas do poder público também, e eu não sei como e por que eles têm acesso aos nossos e-mails pessoais. Eu sei que poderiam ter acesso aos e-mails do poder público que estão lá, expostos, mas aos nossos? Quem é que deu esse acesso? . Mas eu queria, além do repúdio, ver o que nós podemos fazer para localizar de onde vem essa fonte. Eu acho que quem está fazendo essa ação deveria, no mínimo, ter uma atitude punitiva. É isso que eu tinha a relatar."

Presidente Roberta Martins

A Presidente Roberta Martins iniciou sua fala agradecendo aos presentes e ressaltando a importância das discussões levantadas. Ela destacou a defesa da coisa pública e a necessidade de aprimorar a comunicação sobre as políticas centrais e estruturadoras do Ministério da Cultura. A Secretária informou que o Ministério precisa fazer uma correção de rota em dois caminhos.

O primeiro caminho se refere à relação com a Câmara Federal. A Secretária explicou que se tem buscado uma aproximação, especialmente por meio dos presidentes das comissões. Ela mencionou que a comissão tem uma formação ampla, não se limitando a pessoas com um viés progressista. O segundo caminho,

e um dos mais importantes, se refere à relação com o próprio Conselho. A Secretária orientou que seja feita a instalação imediata das Câmaras Temáticas que acompanham o CNPC.

A Presidente Roberta Martins anunciou que a equipe não tratará mais de questões pelo grupo geral de WhatsApp. As informações serão repassadas por uma linha de transmissão, com o objetivo de proteger pessoas honestas e comprometidas com o trabalho do Conselho. Ela declarou que o Ministério não vai mais permitir a comunicação oficial por WhatsApp, e que a partir de agora ela será feita por e-mail.

Em relação à denúncia de quebra de confiança feita pela Conselheira Carmen Negrão, a Secretária informou que o Ministério já encaminhou o e-mail recebido para a assessoria jurídica para que se possa entender a situação. Ela afirmou que o objetivo é ter uma conversa assertiva e respeitosa, e não necessariamente punitiva. A Secretária fez questão de ressaltar que o Ministério não deixará a situação impune e que, dependendo do caso, a apuração pode ser feita por órgãos externos. Ela mencionou que, se a situação for passível de criminalização, a apuração pode ser feita pela Polícia Federal.

A Sra. Roberta Martins destacou que o Ministério vai ter que abrir uma apuração e que, inclusive, já solicitou as primeiras observações sobre o caso. Ela enfatizou que não se sabe se o caso será apurado fora do Ministério da Cultura, mas que a apuração será feita de forma independente. A Secretária lembrou de um caso anterior, envolvendo o comitê do Amazonas, que resultou na rescisão de um contrato, e disse que o compromisso do Ministério e do governo é sempre buscar a melhoria da atuação, mas que, em casos graves, é necessário tomar medidas mais drásticas. A Secretária concluiu sua fala agradecendo à Conselheira Carmen Negrão.

A Conselheira pediu que sua fala fosse registrada em ata de forma literal:

"Eu, Fernanda Adão, conselheira da sociedade civil do Conselho Nacional de Política Cultural, diante das recentes e graves exposições públicas de informações pessoais e de debates internos do CNPC, do MinC, a veículos de imprensa, manifesto o meu veemente repúdio. Somos conselheiros, mas nossa vida pessoal não está prevista em nosso termo de posse. Atos praticados por integrantes do Conselho ou por integrantes do MinC — não sei, gostaria de saber — ignoram os protocolos de sigilo e a responsabilidade na checagem de informações. Não apenas comprometem a integridade dos trabalhos do CNPC, mas expõem indevidamente os conselheiros.

O resultado tem sido o assédio virtual e a responsabilização injusta de membros da sociedade civil por atos e informações sobre os quais não temos controle. É inaceitável que, em nossa missão voluntária de contribuir para a construção de políticas públicas da cultura, tenhamos nossa integridade e saúde mental ameaçadas. Como elo vital entre a sociedade e o poder público, o nosso trabalho é prestar um serviço público essencial e o mínimo que se espera é respeito e proteção. Reivindicamos a exclusividade de colaboradores ao CNPC, especialmente no que tange à comunicação e à publicidade dos nossos trabalhos. Encaminhamentos e resultados não só via site, mas também pelas próprias redes sociais do MinC. Essa medida é crucial, não apenas para garantir a credibilidade do nosso Conselho, mas também para assegurar a preservação e a proteção mental de nós, conselheiros, que, de forma voluntária e incansável, dialogamos com todo o Brasil. A

transparência deve caminhar junto com a proteção. Não podemos permitir que o trabalho voluntário e essencial da sociedade civil seja desvalorizado e colocado em risco.

Destaco a necessidade de abertura de processo interno de apuração e providências viabilizados pelo Ministério da Cultura, principalmente pela gestão que dialoga diretamente conosco. Eu encaminharei este texto que estou lendo para o e-mail oficial do CNPC e peço aos demais conselheiros e conselheiras o apoio pela aprovação dessa moção para a proteção do nosso trabalho. Obrigada."

A Presidente Roberta Martins, em resposta à Conselheira Fernanda Adão, agradeceu a moção e informou que ela se somará a um processo interno já aberto pela Secretaria. Ela explicou que, infelizmente, um membro de sua equipe — que tem se dedicado incansavelmente para a efetividade do Conselho — está entre os envolvidos. A Secretária garantiu que a moção será anexada ao processo que já está em andamento.

A Secretária declarou que, após ter recebido um e-mail na noite anterior, sua equipe está fazendo a análise neste exato momento para abrir o processo interno. Ela informou que se ausentará na parte da tarde e que o Diretor Thiago Rocha ficará responsável por acompanhar a equipe, pois o assunto "não passará em branco". A Secretária enfatizou a importância da responsabilidade coletiva e do compromisso com a coisa pública, reforçando a necessidade da ética nos discursos e na prática. Ela disse que há muito a ser construído, mas que é preciso ter um diálogo sincero, sem retaliações, e que o caminho é construído coletivamente.

A Presidente Roberta Martins citou o exemplo do Conselheiro Thaynã, que presta serviço para uma das ações do Ministério e, apesar das divergências de forma, nunca houve qualquer problema na relação de trabalho. Ela afirmou que o Ministério preza por relações igualitárias e pela "sanidade política" no trato entre as partes. A Secretária mencionou que a jornada será difícil e que o recrudescimento no ambiente político exigirá que todos fiquem atentos, fortes e solidários.

Maurício Cândido da Silva, representante suplente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil), iniciou sua fala apresentando-se como um homem de pele clara, 57 anos, cabelos grisalhos e bigode. Ele mencionou usar óculos de armação preta e um boné.

Em sua fala, Maurício Cândido da Silva agradeceu a oportunidade de se expressar e fez um pedido de informação. Ele lembrou sua eleição, na 42ª Reunião do CNPC, para compor o grupo executivo responsável pela elaboração do Plano Nacional Setorial do Patrimônio Cultural. O conselheiro relatou que, até o momento, não recebeu nenhum retorno sobre a formação desse grupo.

O conselheiro expressou a sua preocupação, destacando que, como representante, ele se comprometeu a repassar informações para sua comunidade e para colegas como a Ana Maltês, Daiara Tukano e o Mestre Gavião. Por isso, ele solicitou um feedback sobre o status da formação do grupo para que possa atualizar seus pares.

Por fim, Maurício Cândido da Silva solidarizou-se com a Conselheira Carmen Negrão em relação à quebra de confiança no grupo. Ele classificou o ocorrido como "bastante grave", concordando com a Presidente Roberta Martins sobre as

questões éticas e legais envolvidas. O conselheiro concluiu sua fala afirmando que, em um conselho em construção, o episódio afeta diretamente a confiabilidade entre os membros, e por isso, ele endossava os encaminhamentos propostos.

Presidente RobertaMartins

A Presidente RobertaMartins agradeceu a intervenção de Maurício Cândido da Silva e, em resposta ao seu pedido, se comprometeu a formalizar uma solicitação à presidência do Iphan, em nome do Conselho, para que se obtenha uma resposta sobre o status do grupo executivo. Ela informou que, embora a equipe do Iphan esteja presente na reunião, fará a formalização por escrito. A Secretária pediu que o conselheiro Maurício Cândido da Silva aguardasse a formalização.

O Conselheiro Thaynã tomou a palavra e pediu que sua fala fosse registrada de forma literal na ata:

"Vou tentar ser mais breve aqui. São duas notas de repúdio. A ideia é fazer a leitura e colocar no grupo para que os colegas também tenham a oportunidade de contribuir para que ela fique mais de acordo. Lembrando que as últimas moções não foram publicadas, elas só foram faladas aqui e não foram nem lidas por completo no plenário. Então, é importante, acho que deve estar até no próprio regimento interno, eu não estou com ele aqui, que a moção deve chegar a quem ela se destina, e acho que tem até um prazo mínimo, e não foi cumprido. Espero que essas moções caminhem juntamente com as outras.

A primeira é uma moção de repúdio ao PL 2559 de 2021, o famoso PL da devastação. E o texto é: 'O Conselho Nacional de Política Cultural, reunido na 43ª reunião ordinária do dia 6 de agosto de 2025, vem por meio deste manifestar seu mais veemente repúdio ao Projeto de Lei 2559 de 2021, alvo de intensa crítica por diversos órgãos da sociedade civil, por representar grave afronta a direitos territoriais, culturais e ambientais de povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e demais comunidades tradicionais do Brasil. Considerando que o PL flexibiliza drasticamente o licenciamento ambiental por meio da ampliação do licenciamento por adesão e compromisso, permitindo o autolicensing sem análise técnica e estudos de impacto, mesmo para atividades de médio impacto, contrariando as decisões do STF e consolidando retrocessos legais. O texto exclui o processo de licenciamento de terras indígenas ainda não homologadas, territórios quilombolas e outras áreas tradicionais em processo de demarcação ou regularização, tornando-as vulneráveis à exploração predatória. O projeto revoga exigências de segurança hídrica e participação de órgãos como FUNAI, CNBio e Iphan, que limitam condicionalmente a essência para a mitigação de impactos socioambientais.

Especialistas do ISA, SBPC, Fiocruz, SOS Mata Atlântica, Ministério do Meio Ambiente e Funai destacam que a aprovação e consolidação do PL é um retrocesso sem precedentes, ameaçando biomas como Amazônia e Mata Atlântica e violando compromissos climáticos do Brasil, especialmente às vésperas da COP 30. Ressaltamos que tal proposta institucionaliza o racismo ambiental, já denunciado em diversas notas públicas por refletir um modelo de desenvolvimento excludente e predatório, direcionado contra populações tradicionais.

E por fim, os encaminhamentos. A moção deve ser encaminhada à Presidência da Câmara dos Deputados e à Presidência do Senado Federal, com cópia à Presidência

da República, exigindo a rejeição imediata, ou o veto, ao PL em respeito à democracia cultural e socioambiental. Solicita-se que este Conselho reforce seu compromisso com a Convenção da OIT e com os princípios de justiça climática e preservação. A aprovação da moção do Conselho reafirma sua posição em defesa irrestrita à vida, aos direitos coletivos e aos modos de existência que sustentam o Brasil."

A Presidente Roberta Martins iniciou sua fala perguntando se todos estavam de acordo com o encaminhamento da moção apresentada. Com a ausência de manifestações contrárias, ela considerou que a moção foi aprovada por unanimidade.

A Secretária sugeriu que a moção seja enviada ao gabinete da ministra para que, em seguida, seja encaminhada às comissões correlatas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, incluindo as comissões de cultura e de meio ambiente. Ela pediu a atenção do Secretário-Executivo do CNPC Júnior Afro, solicitando que o encaminhamento seja feito imediatamente, sem a necessidade de esperar a ata ficar pronta.

O Conselheiro Thaynã tomou a palavra e pediu que sua fala fosse registrada de forma literal na ata:

A outra é uma moção de solidariedade à ministra Marina Silva: *"O Conselho Nacional de Política Cultural, reunido na 43ª reunião, manifesta irrestrita solidariedade à ministra Marina Silva diante dos ataques desrespeitosos sofridos durante a audiência no Senado Federal. Tais manifestações, marcadas por violência de gênero e racial, atentam contra a dignidade da pessoa humana e enfraquecem o espaço democrático de debate, especialmente quando dirigidas a uma liderança pública com reconhecida trajetória de defesa do meio ambiente, da justiça social e dos direitos das populações tradicionais. A ministra Marina Silva é referência nacional e internacional por sua atuação firme e coerente na proteção dos biomas brasileiros, em especial a Amazônia, patrimônio ambiental e cultural deste país. Seu trabalho é essencial para a construção de um Brasil mais justo, sustentável e plural. Diante disso, o Conselho reafirma seu repúdio contra qualquer forma de desrespeito, discriminação ou tentativa de silenciamento de lideranças femininas e negras na vida pública, expressa seu total apoio à ministra Marina Silva e o reconhecimento de sua contribuição histórica para a defesa do meio ambiente e, por consequência, para a preservação da diversidade cultural brasileira, e encaminha a moção à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, à Presidência do Senado Federal e às demais autoridades competentes, solicitando providências para garantir o respeito institucional e o exercício pleno da democracia. Ao aprovar essa moção, o Conselho reafirma seu compromisso com a ética pública, a justiça ambiental e a valorização da diversidade como fundamento da cultura nacional'."*

A Presidente Roberta Martins iniciou a discussão sobre a moção do Conselheiro Thaynã Paes, informando que seria necessária uma leitura do texto completo para o devido encaminhamento. Ela solicitou que a moção fosse impressa para que a leitura fosse feita por toda a equipe.

Conselheiro José Facury

Em seguida, o Conselheiro José Facury mencionou que havia enviado uma moção de repúdio sobre a aprovação da cultura gospel no Congresso Nacional, e afirmou que a moção deveria reverberar a decisão da 4ª Conferência.

A Secretária respondeu que o mesmo encaminhamento seria feito para a moção de José Facury, mas solicitou que ele a formalizasse por escrito e a enviasse por e-mail para que a equipe pudesse fazer a leitura e a devida avaliação.

A Presidente Roberta Martins declarou que teria que adotar uma postura mais formal em resposta aos acontecimentos recentes. Ela informou que a equipe da Coordenadora Luísa Abbot cuidaria da impressão das moções, mas reforçou a necessidade de que a moção de José Facury fosse enviada formalmente por e-mail.

Antes de encerrar a sessão, o Conselheiro João Michel pediu a palavra para uma intervenção breve. Ele lembrou que, na última reunião ordinária, ele e o Conselheiro Thayná Paes haviam falado ao Iphan sobre os reinados e congados e também sobre o ofício das quitadeiras. O Conselheiro expressou sua gratidão pelo fato de o Iphan ter realizado o seu trabalho, o que ele pôde verificar ao visitar Congonhas e constatar que o trabalho com os reinados e os congados já havia começado. Ele pediu para que a equipe levasse o seu agradecimento ao presidente do Iphan.

A Presidente Roberta Martins agradeceu a intervenção do Conselheiro João e informou que a reunião seria retomada às 14h30.

PARTE DA TARDE

O Conselheiro Júnior Xukuru presidiu a retomada da reunião, saudando os presentes. Ele anunciou a fala de João Pontes, que abordaria a Política Nacional de Cultura Viva e a importância da Teia na cultura nacional. Em seguida, concedeu-lhe a palavra.

2.7 APRESENTAÇÃO DE JOÃO PONTES, DIRETOR DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA, SECRETARIA DE CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL

O Diretor João Pontes iniciou sua apresentação saudando a todos e expressando sua alegria em estar na reunião. Ele se identificou e mencionou que sua secretaria é representada no Conselho pela Secretária Márcia Rollemberg.

João Pontes explicou que a Teia está inserida em um processo histórico importante da Política Nacional de Cultura Viva, iniciada em 2004, no primeiro governo do Presidente Lula, e que completou 21 anos. Ele afirmou que a política vive seu melhor momento político e institucional, pois a Lei Aldir Blanc viabilizou o fomento de aproximadamente 15 mil Pontos de Cultura em todas as 27 unidades da federação e em mais de 1200 municípios. O Diretor informou que o cadastro de Pontos de Cultura, que atualmente tem cerca de 7 mil registros, deve chegar a 15 mil até o final do ano. Ele ressaltou a importância desse momento de crescimento da rede, de mobilização e de reconstrução da estrutura sistêmica.

O Diretor de Cultura Viva explicou que a 6ª Teia Nacional de Pontos de Cultura, que será realizada no próximo ano, terá como objetivo ser a culminância desse processo de crescimento da política, promovendo a articulação, a mobilização, o encontro e a celebração dos Pontos de Cultura. Ele comentou que a Teia tem um papel fundamental na articulação em rede, na mobilização e na formação dos Pontos de Cultura.

João Pontes relembrou as cinco edições anteriores da Teia, realizadas em São Paulo (2006), Belo Horizonte (onde foi criada a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura), Brasília, Fortaleza e Natal. Ele informou que o tema da próxima edição será "Justiça Climática, Emergência Climática e Bem Viver". A escolha do estado do Espírito Santo se deu em função do tema, pois o governo local preside o Consórcio Brasil Verde e o estado foi fortemente impactado pelo crime ambiental de Mariana. A cidade de Aracruz foi escolhida a partir de uma sugestão do governo do estado, devido à presença de 12 aldeias indígenas na região.

O Diretor da Cultura Viva explicou que o evento, denominado Festival Futuro Ancestral, terá um acampamento do "Bem Viver" e buscará ser mais do que apenas um discurso. A programação será integrada ao território e contará com a participação das lideranças indígenas locais. Ele informou que a organização do evento conta com uma comissão organizadora nacional, composta pelo Ministério, pela rede de Pontos de Cultura, pelo fórum de gestores estaduais, pelo fórum de gestores das capitais e pela rede de gestores. Também haverá um Grupo de Trabalho (GT) local, que inclui a rede de Pontos de Cultura do Espírito Santo, representantes indígenas, universidades, o governo do estado e do município de Aracruz.

O Diretor João Pontes informou que serão realizados fóruns estaduais, pelo menos um em cada estado, e que os governos estaduais são os responsáveis pela realização desses fóruns e por disponibilizar as passagens aéreas dos participantes para a Teia Nacional. Ao chegarem ao Espírito Santo, o Ministério, em parceria com o governo estadual e a prefeitura, será responsável pela alimentação, hospedagem e traslado.

A programação da Teia terá seis dias de duração, com a presença de cerca de 5 mil pessoas e mais de 100 apresentações artísticas. Nos primeiros dias, haverá o Fórum dos Pontos de Cultura e o Fórum de Gestores. Nos dias seguintes, haverá encontros setoriais e temáticos. A programação artística, com shows e mostras de artes cênicas, será uma constante. O Diretor mencionou que seria aberto um edital de credenciamento para as atividades.

Ao final de sua fala, João Pontes destacou os eixos temáticos do evento: Território Teia, com bioconstrução e a participação das aldeias indígenas; Acampamento do Bem Viver, inspirado no Fórum Social Mundial; Economia Solidária, com feira de artesãos de todo o Brasil; Festival Futuro Ancestral, com programação artística; Práticas de Saúde, com saberes ancestrais; Sustentabilidade; Comunicação Colaborativa; Cultura Alimentar, com foco na agricultura familiar e culinária local; Acessibilidade e Reflexão, Formação e Debates. Ele informou que o prazo para a realização dos encontros municipais é até 1º de dezembro de 2025, e dos estaduais, até 15 de dezembro.

O Conselheiro Júnior Xukuru agradeceu a apresentação de João Pontes e explicou que ele não estava na programação inicial da reunião. A sua presença, segundo o Conselheiro, foi um pedido dos conselheiros na reunião do dia anterior. Ele abriu espaço para perguntas.

O Conselheiro Luíz Vitelli iniciou sua fala questionando o Diretor João Pontes sobre a situação dos pontos de cultura autodeclarados e sua relação com os recursos, que, segundo ele, vão além da Lei Cultura Viva e da PNAB. Ele mencionou a "retomada de território" no Distrito Federal e uma reunião

agendada para o dia seguinte para a preparação da Teia, que abordará a questão dos pontos de cultura locais.

O Conselheiro destacou que o Distrito Federal possui 20 pontos de cultura conveniados com a Secretaria de Cultura, mas que o número de autodeclarados já ultrapassa 100, além dos pontos da primeira leva de 2005. Ele questionou se haverá uma ampliação de recursos e de atuação, como ocorria no início da política. Ele também mencionou a atuação dos "comitês de culturas populares", que encontram, em sua visão, "princípios de objetivo de origem" dos pontos de cultura.

O Conselheiro solicitou uma definição sobre o que se entende por "autodeclarado", afirmando que o grupo está com dificuldades para chegar a uma definição. Ele informou que a Secretaria de Cultura local já disponibilizou mais recursos e está contratando agentes culturais que atuavam em "pontões", e perguntou como eles podem ampliar sua atuação no Distrito Federal, já se preparando para a Teia.

A Conselheira Francinete Braga iniciou sua fala cumprimentando a todos e, dirigindo-se ao Diretor João Pontes, apresentou uma dúvida. Ela relatou que a Associação dos Artistas, da qual faz parte, se inscreveu há bastante tempo para ser um Ponto de Cultura, mas que, até o momento, não obteve retorno. A Conselheira mencionou que tentou acessar o site, mas que ele parecia estar com problemas.

A Conselheira Francinete Braga perguntou ao Diretor João Pontes quando as instituições que se inscreveram há mais de seis meses terão um retorno sobre a aprovação de sua inscrição e o que é necessário fazer para que elas se tornem, de fato, um Ponto de Cultura.

A Conselheira Gilcéia começou sua fala se desculpando por não ligar a câmera, explicando que estava deitada por conta de um problema na coluna. Ela parabenizou o Diretor João Pontes pelo trabalho e expressou o desejo de encontrá-lo pessoalmente para "tomar um chimarrão".

Em sua fala, a Conselheira Gilcéia trouxe uma questão que surgiu no chat do YouTube, sobre a dificuldade de obtenção de retorno em e-mails da Política Nacional de Cultura Viva, em particular sobre o credenciamento. Ela pediu que João Pontes disponibilizasse um telefone de contato e explicasse o processo de migração das plataformas de municípios para estados e para a federação. Ela ressaltou que a informação era importante para os conselheiros e para o público que acompanha a reunião pelo YouTube.

A Conselheira Gilcéia também sugeriu que fossem incluídos de quatro a cinco conselheiros na parte "climática" da Teia, mencionando a experiência de seu estado no atendimento emergencial e o trabalho da Conselheira Fernanda em casos como o de Brumadinho e Espírito Santo. Ela observou que a criação de uma Câmara Temática sobre o assunto era uma necessidade e expressou a esperança de que o Conselho possa avançar nessa pauta antes do fim do mandato.

A Conselheira Fernanda Adão iniciou sua fala com uma áudio-descrição. Ela se identificou como uma mulher negra de 42 anos, 1,63 m, com cabelos crespos, pretos, na altura dos ombros, usando óculos de armação preta e uma blusa de estampa de onça. Ela representa a sociedade civil da região Centro-Oeste no Conselho.

A primeira questão que Fernanda Adão levantou foi sobre o valor total do recurso público previsto para a execução do evento, já que foi feita uma referência de que o processo de execução é similar ao da Conferência Nacional de Cultura. Ela perguntou se houve uma troca de experiências com a equipe que atuou na 4ª Conferência, com o objetivo de aproveitar as lições aprendidas e buscar melhorias.

A Conselheira mencionou a necessidade de transparência nos processos e perguntou como será feito o processo metodológico de escolha das pessoas que terão seus custos de participação na Teia cobertos por dinheiro público. Ela defendeu que as iniciativas da Cultura Viva sejam integradas aos conselhos municipais e estaduais, pois esses conselheiros são os multiplicadores formais das políticas culturais no Sistema Nacional de Cultura. Ela encerrou sua fala agradecendo o espaço.

O Conselheiro José Facury iniciou sua fala cumprimentando a todos e parabenizando o Diretor João Pontes por ter aberto a pauta sobre a Cultura Viva, que ele considera uma das políticas mais interessantes do Ministério da Cultura.

O Conselheiro Facury apresentou uma sugestão, que ele pretende ecoar na Teia e em outras oportunidades. Ele sugeriu que os "pontões", devido ao volume de recursos que recebem e à rede que constituem, deveriam exercer uma "busca ativa" mais profunda para alcançar os fazedores de cultura que ainda estão afastados das benesses de programas como a PNAB. Ele defendeu que é preciso atingir a população das periferias, que, em sua visão, ainda está "desabastecida" desses recursos.

O Conselheiro propôs que essa busca ativa seja realizada em parceria com universidades públicas, no formato de um "diagnóstico de pesquisa-ação em campo", para que o trabalho tenha uma densidade fundamentada. Ele encerrou sua fala agradecendo o espaço.

O Conselheiro Thaynã Paes iniciou sua fala agradecendo e parabenizando João Pontes pela explanação. Ele disse que, embora nunca tenha participado da Teia, ouve pessoas falarem sobre o evento com paixão, ressaltando sua importância para a articulação e o fortalecimento da Cultura Viva.

O Conselheiro reiterou as questões levantadas pela Conselheira Fernanda Adão sobre a transparência em relação ao orçamento e a forma como a participação no evento será viabilizada. Ele enfatizou a importância de garantir a presença de mestres da cultura, sugerindo que seja criado um encontro específico para eles dentro da programação. Ele disse que é fundamental que sejam pensados mecanismos para garantir o direito de um acompanhante para os mestres idosos ou, na ausência de um, que haja uma pessoa designada pelo próprio governo para assisti-los.

O Conselheiro Thaynã Paes elogiou a ideia de ter um edital para a participação de grupos e atividades culturais. Ele reforçou o apelo, já feito à Secretária Márcia Rollemberg, sobre a importância de a secretaria manter a política de editais de premiação para mestres e mestras das culturas populares e tradicionais. Ele sugeriu que o Ministério lance um novo edital, premiando pelo menos 20 mestres em cada estado e os trazendo a Brasília para uma cerimônia. O Conselheiro afirmou que essa iniciativa é muito importante para a política cultural, especialmente para o Presidente Lula, e que o Ministério tem a responsabilidade

de dar um retorno à sociedade civil. Ele pediu que essa política, que foi tão importante nos primeiros governos Lula, não seja esquecida.

O Conselheiro Júnior Xukuru iniciou sua fala questionando o Diretor João Pontes sobre a situação dos povos indígenas em Brasília. Ele mencionou a existência de aproximadamente 10 mil indígenas na região, pertencentes a 37 povos e falando 25 línguas diferentes. O Conselheiro citou algumas aldeias e povos presentes no Distrito Federal, como os Tucano, Kariri-Xocó, o Recanto dos Encantados do povo Xukuru e o Santuário dos Pajés.

O Conselheiro perguntou como o Ministério pode ajudar na organização de um projeto de Pontos e Pontões de Cultura para que esses povos tenham acesso aos recursos, uma vez que o Governo do Distrito Federal, segundo ele, tem uma postura "totalmente anti-indígena". Ele descreveu a situação como "muito grave", citando casos de expulsão de indígenas e tentativas de desocupação de territórios tradicionais, como o Santuário dos Pajés. O Conselheiro demonstrou a dificuldade de se transformar um território em um Ponto de Cultura quando ele não tem sua proteção garantida.

O Diretor João Pontes iniciou suas respostas, agradecendo a oportunidade de conversar e dizendo-se à disposição para participar de futuras reuniões. Ele expressou satisfação por poder aprofundar em vários temas.

Em resposta ao Conselheiro Luíz Vitelli sobre "autodeclarados" e o cadastro de Pontos de Cultura, João Pontes esclareceu que o conceito de "autodeclarado" é um tema complexo e de debate histórico na Cultura Viva. Ele ponderou que, embora seja uma visão "bonita" dizer que todos os grupos culturais são Pontos de Cultura, uma política pública não pode ser definida apenas pelo desejo. Ele argumentou que seria uma visão "colonialista" se o Estado determinasse que um grupo é um Ponto de Cultura sem que este o queira. Por outro lado, ele afirmou que o simples desejo de ser um Ponto de Cultura não basta, já que é preciso atender a um conjunto de requisitos, como ser um grupo cultural de base comunitária, atuar em seu território e oferecer atividades gratuitas.

Ele informou que a definição de quem pode ser um Ponto de Cultura é um debate constante, conduzido pela Comissão de Gestão do Cadastro, que é paritária envolvendo o Ministério e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Para um grupo ser certificado, ele deve solicitar o ingresso por meio da plataforma e o pedido é analisado por duas vias: Pela Comissão Nacional de Certificação, que é paritária e composta por representantes de todo o Brasil, incluindo conselheiros do CNPC. Por uma comissão de seleção de um edital, quando este tem a possibilidade de certificar novos grupos.

O Diretor reconheceu que houve um processo de migração da antiga "Plataforma Cultura" para a nova versão da "Plataforma Mapas", que causou atrasos na certificação. Ele se desculpou pelo inconveniente e explicou que a situação está se normalizando, e a equipe tem como meta zerar a fila de análise ainda no mês de agosto. João Pontes assegurou que nenhum grupo cultural foi prejudicado pela demora, pois os editais do primeiro ciclo da PNAB não exigiam a certificação prévia.

Em resposta à Conselheira Fernanda Adão sobre o processo de escolha dos participantes da Teia e orçamento, João Pontes explicou que o processo de eleição e escolha dos participantes do fórum da Teia de Pontos de Cultura é 100%

definido pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura, que é uma instância da sociedade civil. O Ministério atua em um papel de articulação e sugestão, mas respeita a autonomia da rede. Ele garantiu que a comissão já pactuou a reserva de cotas para mestres e mestras das culturas, assegurando sua participação como delegados na etapa nacional.

Sobre o orçamento da Teia, o Diretor informou que a etapa nacional terá um investimento total de R\$ 21 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões diretamente do Ministério da Cultura, R\$ 2,5 milhões do governo do Espírito Santo, R\$ 12 milhões de projetos aprovados via Lei Rouanet além de recursos da PNAB que são uma possibilidade.

João Pontes apresentou os dados de adesão à Lei Aldir Blanc. Ele informou que o valor de investimento em Cultura Viva, que era obrigatório de R\$ 388 milhões, superou a expectativa, alcançando mais de R\$ 450 milhões. A política foi adotada por mais de 1.000 municípios, superando a meta de 700, e por todos os 27 estados. O Diretor destacou que essa adesão em massa permitiu o fomento de cerca de 15 mil Pontos de Cultura em apenas um ano, cumprindo a meta 23 do Plano Nacional de Cultura, que previa esse resultado em dez anos.

Novas Linhas de Fomento e a Questão Indígena

O Diretor anunciou que, no segundo ciclo da PNAB, foi aberta uma nova linha de fomento, a concessão de bolsas para mestres e mestras das culturas tradicionais e populares, em complemento às três linhas já existentes e à Teia. O valor da bolsa será de R\$ 2.100, equivalente à bolsa de mestrado, para uma carga horária de 20 horas semanais. Ele explicou que a política da Cultura Viva já destinava 30% dos recursos de seus editais para culturas tradicionais e populares, e a nova linha reforça esse compromisso. O Diretor sugeriu que os conselheiros incentivem os estados e municípios a aderirem a essa linha de fomento.

Em resposta à pergunta do Conselheiro Júnior Xukuru sobre as comunidades indígenas de Brasília, o Diretor se desculpou por não poder responder diretamente. Ele explicou que a pauta específica das culturas indígenas é de responsabilidade da Diretora Karina, da mesma secretaria, e que seria inadequado que ele falasse sobre o assunto.

Esclarecimentos sobre Canais de Contato e o Processo de Certificação

O Diretor informou que o contato principal para questões da PNAB é o e-mail culturaviva.pnab@cultura.gov.br e que o e-mail geral também pode ser contactado: culturaviva@cultura.gov.br. Ele reconheceu que houve atrasos no retorno dos e-mails, mas assegurou que a situação foi normalizada com a chegada de novos servidores por meio de concurso público.

João Pontes explicou o novo e simplificado procedimento de certificação em massa para os Pontos de Cultura. Ele informou que os governos estaduais e municipais podem enviar uma planilha com a lista dos grupos certificados via editais. O Ministério, então, fará a conferência dos dados e do edital para garantir que as regras foram cumpridas. O Diretor garantiu que a certificação será rápida, pois a listagem de todos os pontos de cultura de um estado ou município será inserida no sistema de uma só vez, agilizando o processo.

2.8 APRESENTAÇÃO DE CARLOS PAIVA, ASSESSOR ESPECIAL DA

MINISTRA: PROGRAMAS NACIONAIS ALDIR BLANC.

O Assessor Especial da Ministra, Carlos Paiva, iniciou sua fala cumprimentando a todos e se dispondo a apresentar, em um tempo de 15 minutos, a proposta dos programas nacionais da Lei Aldir Blanc.

Carlos Paiva explicou que a proposta dos programas surgiu da demanda recorrente por uma maior orientação no uso dos recursos da PNAB. Ele mencionou que esta demanda vem sendo expressa na Conferência, nas oficinas regionais do Plano Nacional de Cultura e em diversos espaços de diálogo. O Assessor esclareceu que o Ministério da Cultura, seguindo um fundamento legal, buscou criar diretrizes para o uso dos recursos, sempre respeitando o pacto federativo, ou seja, com a união, os estados e os municípios, cada um com um papel especializado.

Ele informou que a ministra orientou o avanço nessas propostas, com a condição de que os programas fossem estruturantes e transversais, abrangendo diversos setores da cultura. O Assessor revelou que o Ministério criou três programas, os quais foram apresentados e aceitos por unanimidade no Fórum de Secretários Estaduais.

O Assessor Carlos Paiva apresentou o primeiro programa: o de Ações Continuadas. Ele explicou que o programa tem como objetivo apoiar iniciativas culturais independentes que atuam de forma contínua e estruturante no território, como grupos, espaços, escolas livres e eventos. Ele enfatizou que os programas não são impostos, mas sim uma adesão voluntária dos estados e municípios.

Ele explicou que a política de fomento no Brasil historicamente é voltada para projetos específicos, como a gravação de um CD ou uma peça de teatro, o que, em sua visão, não acumula institucionalmente. Ele exemplificou que, se uma pessoa é convidada para dar uma palestra em um festival de cinema ou para coreografar para um grupo renomado, ela ganha credibilidade pela reputação das instituições, grupos e eventos, que funcionam como "capital institucional". Ele argumentou que estes espaços, grupos e eventos no Brasil viviam em constante precariedade, instabilidade e falta de previsibilidade, e que o programa de Ações Continuadas foi criado para preencher essa lacuna. Ele citou precedentes desse tipo de programa na Bahia, no Ceará e na Funarte.

O Assessor informou que o programa apoiará espaços artísticos e culturais, escolas livres, grupos e coletivos, e eventos artísticos e culturais continuados. Ele esclareceu que as iniciativas devem ser "independentes", ou seja, não podem ter vínculo com o governo, empresa ou com o sistema "S". Ele destacou que os editais exigiriam um mínimo de três anos de atuação contínua ou três edições, no caso de eventos. Os estados e o Distrito Federal que aderirem deveriam aplicar um mínimo de 10% dos recursos da PNAB, com apoio de no mínimo dois anos. O apoio mínimo anual seria de R\$ 100 mil.

Carlos Paiva destacou que as portarias que instituíram o programa contêm uma inovação importante: elas definem claramente o papel de cada ente federativo. Ele afirmou que, salvo melhor juízo, no momento, nenhum outro programa do Ministério da Cultura possui competências federativas tão claras, o que é fundamental para o avanço do Sistema Nacional de Cultura. O papel da União,

nesse sentido, é dar apoio técnico na construção dos editais, monitorar os apoios e promover redes de articulação para os selecionados. Ele explicou que, superada a questão do financiamento, os apoiados podem passar a discutir questões como curadoria, formação de público e fortalecimento institucional.

O Assessor explicou o papel de cada ente federativo no programa de Ações Continuadas. A União é responsável por monitorar e avaliar os resultados do programa, além de oferecer formação e promover a troca de experiências entre a rede de iniciativas apoiadas. Aos estados, cabe garantir o investimento mínimo de 10% da PNAB e assegurar que os editais prevejam um apoio de, no mínimo, dois anos, com um valor mínimo anual de R\$ 100 mil. Ele mencionou que o programa deixa a cargo dos estados a decisão de serem mais ousados ou menos, a depender das realidades locais, e de apoiar pelo menos três das quatro tipologias de iniciativas. Já os municípios que aderirem ao programa devem apoiar ao menos uma tipologia. O Assessor destacou a importância de se evitar a concentração de recursos, criando complementaridade entre o apoio estadual e municipal.

Carlos Paiva apresentou o segundo programa, o de Requalificação da Infraestrutura Cultural. Ele afirmou que não existe um campo cultural forte sem uma boa infraestrutura, o que inclui espaços para ensaiar, criar, exhibir e ter acervos de memória. Ele explicou que o programa tem a intenção de reabrir e qualificar espaços culturais que estão fechados ou em condições precárias, com um investimento menor do que o de construir um novo. A ideia é ampliar o acesso e fortalecer a rede de equipamentos culturais do Brasil, já que, segundo dados, há uma grande ausência de espaços em diversas regiões.

Ele informou que o programa seguirá um modelo de adesão similar ao anterior, com o investimento mínimo de 10% da PNAB. Ele mencionou que o programa pode apoiar tanto espaços culturais públicos quanto privados, e que a União, por sua vez, monitorará a situação dos equipamentos culturais e oferecerá apoio técnico, definindo padrões mínimos de qualidade.

O Assessor Carlos Paiva apresentou o terceiro e último programa, o de Formação em Gestão Pública, que ele definiu como um capital humano. Ele destacou que a demanda por formação é histórica, mas que nunca houve um programa estruturado nesse campo. A decisão de focar na gestão pública se deu por ser um tema estruturante para a política cultural. Ele citou um relato de agentes culturais do Rio de Janeiro que apontam a necessidade de formar os gestores municipais. O Assessor explicou que, com o volume de recursos e os avanços legais no Sistema Nacional de Cultura, o país tem uma oportunidade única. Ele informou que o programa está em revisão e que a ideia é que os estados trabalhem de forma colaborativa para a criação dos conteúdos de formação, evitando a duplicação de trabalhos. Ele sugeriu que um comitê, com representantes de estados, municípios e da União, defina os conteúdos. O programa prevê uma carga horária mínima de 120 horas, podendo ser híbrida ou presencial. Os participantes seriam as equipes dos órgãos de cultura, conselheiros e outros profissionais que influenciam na gestão, como auditores e procuradores.

O Conselheiro Thayná pediu que sua fala fosse registrada em ata de forma literal: *"Vou fazer um esforço aqui enorme para poder tentar falar em 2 minutos, Carlos. É muito importante sua presença aqui. A gente falou aqui mais cedo, mas só para*

reiterar a importância de que a ministra também nos ouça, sabe, Carlos? Até hoje a gente não conseguiu ter um diálogo direto com a ministra. O Conselho até hoje não conseguiu dialogar direto com a nossa ministra, sabe? Eu fiquei muito feliz quando ela foi eleita, tinha muitas expectativas, mas, já tem um tempo já que minhas expectativas estão cada vez mais baixas, porque a gente não tem conseguido esse diálogo que eu acho que é fundamental. Mas que bom que você está aqui hoje.

Eu vi que vocês basearam muita coisa na conferência. Só para lembrar, a conferência votou e priorizou 30% dos recursos da PNAB para culturas populares, povos e comunidades tradicionais e culturas periféricas. Isso foi priorizado e até hoje não houve nenhuma sinalização do Ministério para isso. Eu já falei isso aqui pelo menos umas 50 vezes. No estado de Minas Gerais a gente fez os 30% e o nosso presidente Lula perde uma oportunidade enorme de fazer chegar esse recurso no nosso povo, o povo que elegeu também o nosso presidente. Então, eu acho muito ingrato, sabe? A gente não ouvir a sociedade civil. Foi um investimento enorme na conferência, mas tem que fazer as coisas acontecerem.

O Conselho Nacional, eu me surpreendi muito com essas políticas que você apresenta aqui hoje. Eu acho interessante até certo ponto, mas esse recurso é do Fundo Nacional de Cultura. Pelo Sistema Nacional de Cultura, o Fundo Nacional de Cultura, ele deve ser também deliberado junto a este Conselho, que agora é deliberativo, ele não é só um Conselho consultivo, ele é um Conselho deliberativo por lei. E a gente não delibera nada, não é, colegas, sobre o Fundo Nacional de Cultura. As coisas aparecem sempre na surpresa.

A Lei Aldir Blanc, a gente sempre pede modificação. Houveram duas modificações que se tornaram obrigações, que foi o recurso para Cultura Viva, que é bom, mas é por causa de uma pressão interna do próprio governo, porque tem gente da Cultura Viva ali, e o outro que foi para o PAC. Foram as duas alterações, mas as alterações que a gente solicita aqui, que a gente já cansou de solicitar junto com o Binho, nosso colega, junto com o Thiago, com um GT exclusivo sobre PNAB, mas nada vai para a frente. Tudo que sai na normativa não tem nada que a gente colocou.

Para dizer que de fato a democracia, que é muito bonita e que a gente acredita tanto nela, e acredito muito nela ainda a partir do nosso presidente Lula, mas neste Ministério, ao meu ver, está sendo sacrificada. E este Conselho não tem o lugar, a voz e a participação que ele merece e deveria ter de acordo com a própria legislação. Para concluir, por isso que eu falei que seria muito difícil. Essas ações eu acho que elas deveriam ter sido construídas junto ao Conselho. A gente vê 30%, basicamente da PNAB, para ações novas que, a princípio, são interessantes, mas seriam muito mais interessantes se fossem construídas em diálogo com o Conselho. Mas foram construídas, pelo jeito, em diálogo com a rede de gestores. Eu vejo que este Ministério adora a rede de gestores, mas parece que não gosta deste Conselho, porque não nos chama para dialogar em nada. É só apresentar as coisas prontas.

E é isso, gente. Eu entrei aqui com muita fé, mas eu já estou aí, já estamos chegando no nosso final do nosso mandato. E para mim, eu nem sei se eu volto mais em reunião, sabe? Porque eu deixo meu serviço lá na minha cidade, no município, para ficar aqui quase uma semana, e eu vejo que de nada adianta. Adianta sim, que eu adoro ver meus colegas, porque tem pessoas aqui incríveis, sabe, Carlos? Tem pessoas incríveis que foram eleitas, que têm um contato direto com a base, mas que em nada conseguem deliberar e fazer com que a nossa posição se torne uma política

pública. Então, é um apelo, é um pedido de socorro, pelo amor de Deus, que a gente, pelo menos neste final do nosso mandato, consiga, de fato, fazer uma democracia e construir junto com o gabinete e com a Ministra, porque não está bom, sabe? E não está bom não é só para a gente não, na nossa base também a reclamação tem sido grande dessa terceira gestão do governo Lula no campo da cultura. É isso. Obrigado. Desculpa qualquer coisa, mas foi um desabafo."

A Conselheira Fernanda Adão pediu que sua fala fosse registrada em ata de forma literal:

"Essa é a pauta mais cara para nós. Eu vou falar para vocês, inúmeros Conselhos não sabem o básico. E quando eu falo do básico, eu estou falando de organização interna de tarefas. Como é que é a reunião? O que que pode fazer? O que que não pode fazer? O que que faz antes da reunião? O que que faz durante? O que que faz depois da reunião? Como é que conversa, como é que dialoga, o que que faz.

Nós, conselheiros da sociedade civil, queremos falar sobre esse processo formativo, expressar ideias, defender a utilização de mecanismos de educação a distância, inclusive com conteúdo revisado por nós que dialogamos com o Brasil inteiro. Hoje em dia a gente tem até a opção de utilizar realidade virtual e animações que podem dinamizar a formação sem que o conteúdo seja maçante.

O que a gente precisa, conselheiros e conselheiras, é aplicar dinheiro público para médio e longo prazo, não somente para curto prazo, sabe? Eu sinto muita falta de planejamentos expressos, apresentados para nós, principalmente para iniciativas que impactam diretamente no nosso trabalho aqui na ponta.

Depois dessas últimas falas, eu estava aqui terminando de escrever para não perder nada. Nas duas últimas falas que tivemos aqui, o CNPC, em sua função de órgão deliberativo e fiscalizador de políticas culturais, precisa estabelecer uma agenda de trabalho prioritária para os comitês de cultura. Essa ação não visa sobrepor o papel do Ministério da Cultura, que é o de instituir e gerir o Programa Nacional de Comitês de Cultura, mas sim aprofundar o conhecimento, a integração e a efetividade dessa nossa rede.

Eu falo do CNPC estruturar pontes de ampliação de políticas culturais. 'Ah, Fernanda, não tem dinheiro!'. Mas nós temos esses comitês. Não é para isso também a existência deles? Os comitês, como braços do Ministério da Cultura nos territórios, são ferramentas essenciais para essa capilarização e o fortalecimento inclusive da Cultura Viva e outras políticas que a gente falou aqui ao longo desses dois dias. Portanto, para a gente definir uma agenda de trabalho específica, garantimos que a força desses comitês seja direcionada estrategicamente para os objetivos, inclusive do novo Plano Nacional de Cultura, que ainda está lá naquela parte que a gente viu ontem.

Essa busca ativa, gente, vem para esclarecer, mapear e, quem sabe, certificar comunidades indígenas, quilombolas, ciganas, por exemplo. Não pode ser apenas uma ação isolada, mas um eixo estruturante de agenda conjunta. E é o CNPC entrando diretamente nisso por meio do Ministério da Cultura.

Com este encaminhamento, eu visualizo um fortalecimento de governança. A gente fornece insumo para conselheiros nos quatro cantos do país, otimiza recurso e assegura que o esforço de todos os entes seja coeso, focado em resultados concretos. E aí a gente alinha essa nossa visão de uma cultura que seja acessível, diversa e para todos.

Gostaria muito que fosse registrada essa necessidade de agenda de trabalho junto aos comitês como um encaminhamento desta reunião de hoje. Muito obrigada."

A Conselheira Carmen Negrão iniciou sua fala agradecendo a explanação de Carlos Paiva e levantou alguns questionamentos e comentários.

Sobre a formação em gestão pública, a Conselheira reconheceu a sua importância, mas demonstrou preocupação com o uso dos recursos da PNAB para essa finalidade. Ela questionou o motivo de o dinheiro, que seria destinado ao trabalhador da cultura, ser redirecionado, e sugeriu que as prefeituras também façam a sua parte e invistam na formação de gestores.

A Conselheira Carmen Negrão perguntou se o programa de requalificação de espaços culturais permite a requalificação de espaços que pertencem às prefeituras. Ela justificou a sua pergunta com a realidade de sua cidade, de pequeno e médio porte, e o receio de que os recursos sejam usados para atender a interesses específicos dos governos locais.

Por fim, a Conselheira expressou a sua opinião sobre o diálogo entre o Ministério e a rede de gestores, que ela considera importante, pois são eles que têm a caneta. No entanto, ela sentiu que a relação é de "consumidor", e criticou a ideia de que a participação social é um fator secundário. A Conselheira mencionou que essa relação não se limita ao Conselho Nacional, mas também a sua experiência com os gestores locais.

O Conselheiro Maurício Cândido da Silva, representante do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil), iniciou sua fala agradecendo ao Assessor Carlos Paiva pela apresentação. Ele considerou a abordagem sobre museus e o "capital cultural acumulado" muito interessante.

O Conselheiro expressou uma dúvida sobre como operacionalizar o apoio a redes de museus, especialmente as que congregam os pequenos museus. Ele mencionou que a maioria dos museus no Brasil é de pequeno porte e localizada no interior, e que as redes de cooperação se mostram como uma estratégia interessante para a articulação desses espaços.

Maurício Cândido da Silva questionou como o programa pode apoiar redes que são transestaduais, ou seja, de caráter nacional. O Conselheiro solicitou que a equipe do Ministério pense em maneiras de fortalecer essas redes que operam em nível nacional.

O Assessor Especial da Ministra, Carlos Paiva, iniciou sua resposta agradecendo os comentários e as perguntas, e expressou satisfação com a qualidade do diálogo. Ele esclareceu que estava ali para representar o esforço coletivo da equipe, e não apenas o seu trabalho.

Diálogo com a Ministra e Uso de Dados

Carlos Paiva abordou a questão do diálogo com a ministra, reforçando que, por sua essência, ela valoriza a escuta e o diálogo. Ele se comprometeu a reforçar junto ao gabinete a importância de ter um espaço de escuta com o Conselho.

Carlos informou que aparentemente, ainda a confirmar, a PNAB teve um efeito positivo sobre o investimento próprios dos municípios, no agregado total, sobre a área da cultura, com um aumento próximo a 100%. Os estados aparentemente não tiveram aumento. Porém chamou atenção para a necessidade dos dados validados e sugeriu que, sem dados concretos, a discussão se baseia em "impressionismo" e, por isso, o Ministério tem a obrigação de fornecer esses

dados para qualificar o debate. Sobre os 30% de recursos para culturas populares e tradicionais, especificamente, o Assessor mencionou a necessidade de o Ministério realizar estudos sobre como os recursos da PNAB estão sendo aplicados. Ele defendeu a participação da sociedade civil e do Conselho na discussão sobre o Fundo Nacional de Cultura, pois o Ministério deve pregar e praticar o diálogo.

Em resposta à Conselheira Carmen Negrão, o Assessor explicou que o programa de requalificação de espaços culturais permite o investimento em espaços públicos ou privados. Ele utilizou o exemplo da Bahia, que no primeiro ciclo da PNAB investiu em seus próprios centros culturais regionais, e o de Salvador, que optou por requalificar espaços privados com grande relevância cultural. Ele afirmou que a premissa do programa é que o gestor local sabe o que é melhor para o seu território, o que tende a ser mais qualificado do que a decisão de uma comissão federal.

Sobre a pergunta do Conselheiro Maurício Cândido da Silva a respeito do apoio a redes nacionais, Carlos Paiva reconheceu que é um desafio. Ele explicou que o desenho do programa prevê que, em nível estadual, as iniciativas apoiadas (como museus e teatros) formem redes. Já em nível nacional, a responsabilidade de articular essas redes caberia às entidades vinculadas ao Ministério, como o Ibran, a Funarte, cada uma atuando em sua área específica. Ele esclareceu que as instituições citadas, como o MASP, foram usadas apenas como exemplo para ilustrar o conceito de capital institucional, e que o programa é direcionado a espaços menores, que são a maioria no país.

2.9 INFORMES E MOÇÕES

A Conselheira Fernanda Adão iniciou sua fala incentivando o Conselheiro José Facury a manter sua moção. Ela argumentou que uma moção é uma manifestação sobre uma informação recebida, não um documento direcionador.

A Conselheira também deu seu próprio exemplo, dizendo que, ao manifestar sua moção, ela não apresentou todas as informações que a motivaram. Ela reforçou que a moção é um registro, e que o Conselho pode, com base nesse registro, solicitar os devidos esclarecimentos sobre o processo de aprovação de uma pauta que vai contra uma deliberação da Conferência Nacional de Cultura.

Conselheiro José Facury

O Conselheiro José Facury expôs sua dificuldade em fundamentar uma moção que contradiz uma decisão já votada e aprovada na Conferência. Ele afirmou que é simples: a Conferência, o maior instrumento de participação social da cultura, votou contra a pauta, e, inesperadamente, uma decisão oposta surgiu.

Presidente RobertaMartins

A Presidente RobertaMartins tentou esclarecer a situação, explicando que, para que o Conselho pudesse agir, era preciso saber o que a moção estava repudiando. Ela afirmou que não se poderia aprovar algo sem saber qual era o objeto da moção, ou seja, o que de fato havia sido aprovado. A Secretária pontuou que o Conselho não tinha conhecimento sobre o que foi aprovado pelo Congresso, não sabia o teor, o número da lei ou como a discussão aconteceu.

A Secretária sugeriu que o tema fosse pesquisado para que o Conselho pudesse se embasar, pois não se pode fazer uma moção de repúdio a algo que é desconhecido. Ela buscou um consenso para que o Conselho tomasse decisões com base em informações concretas e reforçou que a moção poderia ser apresentada novamente após a devida avaliação.

O Conselheiro José Facury expôs o seu espanto com o fato de o Ministério não ter conhecimento do conteúdo de uma lei ou decreto aprovado pelo Congresso que afeta a cultura. Ele afirmou que, para a sociedade civil, a situação é um choque, já que o Ministério deveria ter conhecimento do teor da legislação.

O Conselheiro esclareceu que não retirou sua proposta, apenas a adiou para que um estudo mais aprofundado possa ser feito. Ele reforçou que a moção pode ser usada para solicitar uma explicação ao Ministério, pois ele também não tem conhecimento do teor detalhado. Ele mencionou que teve contato com pessoas de sua cidade ligadas à bancada evangélica que comemoraram a decisão, o que, para ele, é uma indicação do que a lei ou o decreto representam. Ele afirmou que o Ministério da Cultura tem a responsabilidade de saber o teor do documento.

O Conselheiro José Facury concluiu sua fala reafirmando sua moção e sugerindo que ela seja utilizada para que o Ministério se posicione sobre a aprovação da norma sobre cultura gospel no Congresso Nacional.

A Conselheira Carmen Negrão se colocou à disposição para trabalhar junto ao Conselheiro José Facury na moção. Ela concordou que a moção pode ser melhorada, e que o grupo precisa de tempo para estudar e se aprofundar no tema, a fim de preparar uma manifestação mais robusta. A Conselheira sugeriu que a moção não seja apenas contra o Congresso, mas sim contra a ideia que o projeto de lei propõe.

Ela reforçou que concorda em não retirar a moção, e sim adiar a sua apresentação, para que o grupo possa construir um material mais sólido para o plenário.

O Conselheiro Maurício Cândido da Silva iniciou sua fala na mesma linha que a Conselheira Carmen e o Conselheiro Vitier, reforçando a importância de se compreender melhor o fenômeno em debate. Ele recomendou que os conselheiros assistam ao filme "Apocalipse nos Trópicos", de Petra Costa, que ele considerou uma "verdadeira aula sobre essa cultura, sobre o sistema político que está se estabelecendo nesse contexto".

O Conselheiro mencionou que o cinema brasileiro tem produzido filmes de alta qualidade e citou "Democracia em Vertigem", também de Petra Costa, e o vindowo "Agente Secreto", de Kleber Mendonça Filho. Ele ressaltou a importância de os conselheiros se apropriarem dessas produções culturais como uma forma de estudo e conhecimento sobre a temática.

O Conselheiro Júnior Xukuru iniciou sua fala alinhando-se com as opiniões da Conselheira Carmen Negrão e dos demais conselheiros. Ele expressou a sua vontade de se debruçar sobre o assunto e de unir forças, incluindo a contribuição indígena, para se posicionar contra a questão da cultura gospel na sociedade.

A Conselheira Francinete Braga fez uma pergunta sobre a moção. Ela afirmou que a Conferência já havia repudiado o assunto e que um documento já havia sido emitido. No entanto, ela questionou se, ao fazer uma moção ou uma carta de

repúdio, o Conselho não estaria solicitando ao Congresso Nacional como se chegou à aprovação?

A Presidente Roberta Martins buscou esclarecer a intervenção da Conselheira Francinete Braga, afirmando que a moção apresentada era de repúdio e não um pedido de informação. Ela sugeriu que, para dar mais densidade e embasamento à moção, o Conselho seguisse o encaminhamento proposto pelos Conselheiros Carmen, José Facury e outros.

A Secretária propôs que uma comissão, formada pelos conselheiros que se dispuseram a atuar no tema, se debruce sobre o assunto. Ela mencionou que o Conselheiro Paulo Leônidas também se colocou à disposição para trabalhar na construção de um embasamento maior para a moção. A ideia, segundo a Secretária, é que o grupo prepare um material mais consistente e o apresente na próxima reunião ordinária do Conselho.

Para garantir o consenso, a Secretária perguntou se havia alguma objeção ao encaminhamento. Com a ausência de manifestações contrárias, ela reafirmou a decisão de que a moção será reavaliada na próxima reunião, com um embasamento mais aprofundado.

2.10 APRESENTAÇÃO DO MATERIAL SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

O Coordenador-Geral do CNPC, Daniel Balabram, começou sua fala contextualizando o próximo tópico da pauta: a participação social na aplicação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Ele lembrou que este Conselho constituiu uma comissão de participação social para a PNAB em dezembro de 2023.

Daniel Balabram explicou que essa comissão, que discutiu PAR, foi formalizada durante a 40ª reunião, no Conselho Nacional de Educação. O grupo realizou 12 reuniões e incluiu os conselheiros Thaynã, Elson, Carmen, Shaolin e Daiara Tukano. Também participaram pelo poder público a conselheira Ana Maltez, da CNM, Fabrício Noronha, então presidente do Fórum de Gestores Estaduais, Eliane Parreiras, presidente do Fórum de Gestores de Capitais. A comissão também recebeu como convidado a rede de gestores municipais e o Fórum Nacional de Conselheiros Estaduais de Cultura (Conecta).

O Coordenador-Geral relatou que a comissão, em sua jornada, produziu discussões sobre um capítulo de participação social para uma das portarias da política nacional. Ele informou que o servidor Adriano, que participou do início dos trabalhos, teve de se afastar para assumir um cargo na Funai. Daniel apresentou o novo servidor que se somou à equipe, Guilherme Rosa, que já está familiarizado com o documento.

Como resultado dos trabalhos, a comissão produziu dois produtos: uma Cartilha e um Guia, antes chamado de tutorial, especialmente útil para o atual momento de envio do PAR. Daniel Balabram destacou que esse material é uma contribuição permanente do Conselho e foi sistematizado com a colaboração dos servidores da PNAB. O material já está pronto e foi devolvido à comissão para contribuições finais, antes de passar para a fase de diagramação para a comunicação. Para finalizar, Daniel pediu que os conselheiros que participaram da comissão falassem brevemente sobre o processo antes que a palavra fosse dada à conselheira

Fernanda para falar sobre o documento em si. Ele chamou Thaynã, Elson, e Carmen.

A Conselheira Carmen Negrão iniciou sua fala confirmando que esteve na comissão e que o grupo tratou, entre outros temas, da cartilha. Ela revelou que o Conselheiro Fabrício, do Fórum de Secretários Estaduais, esteve pouco presente nas reuniões da comissão e que ela lamenta essa ausência, pois ele representa os secretários e a sua interlocução seria importante.

Ela afirmou que o trabalho da comissão avançou mesmo sem a presença do Conselheiro, e que a ideia foi construir uma ferramenta para que a sociedade civil se aproprie do seu papel de cobrar dos gestores. A Conselheira concluiu sua fala dizendo que está ansiosa para ver o resultado final do trabalho e para utilizar a ferramenta para trabalhar junto aos gestores e à sociedade civil.

O Conselheiro Thaynã Paes iniciou sua fala concordando com as observações da Conselheira Carmen Negrão e expressando satisfação com a comissão. Ele disse que também está ansioso para ver a cartilha e mencionou que, embora algumas contribuições para as normativas não tenham sido aceitas, a cartilha é um possível avanço.

O Conselheiro solicitou que sua fala antes do intervalo seja incluída na íntegra na ata da reunião, assim como sua fala após apresentação do Assessor Especial Carlos Paiva. Ele reforçou o pedido de que a sua primeira fala, sobre a reestruturação da Câmara, também conste na íntegra no documento.

Fernanda Valls, técnica de suporte da DAST, iniciou a apresentação. Ela explicou que, após analisar os debates, reuniões e estudos realizados por Adriano sobre o processo de participação social no primeiro ciclo, a equipe sistematizou as informações e criou dois materiais distintos. A primeira, uma cartilha, foi pensada para ser mais direta e objetiva, quase como uma conversa, focada em como conduzir um processo de escuta pública qualificado. O segundo, um guia prático, é um material mais abrangente que inclui estudos de caso, entre outras questões. Fernanda detalhou a cartilha. No material, o conteúdo começa com uma saudação a gestores, conselheiros de cultura e sociedade civil. Ela explica que a cartilha aborda o que está previsto em atos normativos e leis, enfatizando a participação social como um dos pilares da política. Ela ressaltou que a participação não se limita à escuta pública, mas se estende ao controle social e ao acompanhamento da aplicação da política.

A apresentadora explicou que o material foi estruturado para pensar em todas as etapas da escuta, com perguntas que os gestores podem utilizar como base, como: o que já foi debatido nos Conselhos? O que já foi priorizado nas conferências? O que a sociedade civil pode fazer para se preparar e cobrar os gestores? Ela mencionou que o material detalha os mecanismos de participação previstos em portaria, como assembleias, conferências e audiências, e como cada um deles pode ser escolhido.

Fernanda também falou sobre a importância da divulgação e de pensar no território, levando em conta horários e formatos que funcionem para a comunidade local. Ela frisou a obrigatoriedade da participação do Conselho de Cultura em todo o processo.

No que diz respeito ao registro e à sistematização das informações, a DAST recomenda que, após as escutas públicas obrigatórias, seja realizada uma escuta

de validação, que é um processo adicional e não obrigatório. Ela também mencionou que a cartilha aborda os mecanismos de controle social, como painéis de dados e canais de ouvidoria, para que a sociedade civil possa acompanhar a aplicação dos recursos. A cartilha termina com um QR code que dá acesso a um anexo que direciona o leitor a uma página com todos os trechos normativos que versam sobre a participação social na Aldir Blanc.

Em seguida, Fernanda falou sobre o guia, que é um material mais extenso. Ela explicou que o guia traz estudos de caso e aprofunda os normativos, buscando orientar gestores, conselheiros e a sociedade civil. O material detalha a importância da participação social, os atores envolvidos e suas atribuições e recomendações. Ela pontuou que o guia também aborda o planejamento para as escutas e a formulação da proposta, além de sugerir o uso de ferramentas digitais para divulgação.

O guia também traz um debate sobre os desafios enfrentados, com a apresentação de casos hipotéticos baseados no que ocorreu no primeiro ciclo. Ela reforçou que o processo de participação social não termina o PAR, mas continua com o controle e o acompanhamento dos dados.

Presidente Roberta

A Presidente Roberta agradeceu a apresentação de Fernanda, parabenizando-a e à equipe pela qualidade do material. Ela destacou que deve-se buscar um guia que sistematize informações e coloque-as em um único lugar, usando uma linguagem simplificada. Ela enfatizou que esse material será fundamental para que a sociedade civil tenha mais acesso e se familiarize com o processo de participação social.

Em seguida, a secretária abriu espaço para considerações e comentários, solicitando que os interessados se inscrevessem.

O conselheiro Shaolin Barreto, membro da comissão, iniciou sua fala expressando satisfação com o material, que ela considera uma grande conquista. Ela destacou que a participação social é um ponto crucial na execução da política nacional de cultura, pois as diferentes interpretações sobre ela, como política financiadora do sistema nacional, de editais ou de obras, precisam ser qualificadas e aprimoradas. O conselheiro elogiou a comissão por ter feito um trabalho muito bom, desde a apreciação das instruções normativas à conquista do capítulo de participação social dentro da grande instrução normativa, até a entrega do material, que oferece boas práticas tanto para a gestão quanto para a sociedade civil sobre a execução de recursos.

Em um tom de comemoração, ela parabenizou a equipe e a comissão, que está prestes a completar dois anos, reforçando sua alegria com os resultados alcançados.

A conselheira Fernanda Adão agradeceu a apresentação e a considerou um material muito importante. Ela questionou se o conteúdo já está fechado ou se o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) terá a oportunidade de contribuir. Ela mencionou que já havia feito uma solicitação em reuniões anteriores para a inclusão de um esboço didático na cartilha, que explicasse as possibilidades de participação, os fluxos e como entidades e instituições podem se comunicar. A conselheira expressou a necessidade de saber se haverá um espaço para analisar

o material, complementar e trazer mais informações, ou se o guia já está finalizado.

A Presidente Roberta respondeu à conselheira Fernanda Adão sobre a possibilidade de contribuições para o material. Ela disse estar de acordo com a possibilidade de o Conselho fazer as contribuições e o material ser lançado apenas no próximo ciclo.

No entanto, ela compartilhou a uma sugestão. A secretária acredita que o material é muito útil e que ele poderia ser lançado imediatamente para as instituições que estão nesse ciclo da PNAB e que provavelmente se estenderá no tempo. Ela propôs que o material fosse utilizado agora para dar amparo a este ciclo, e que uma segunda edição, aprimorada, seria lançada posteriormente.

A secretária reconheceu a importância do aprimoramento do material e deixou a decisão final para o Conselho. Ela mencionou que se a decisão for por segurar o lançamento, eles o farão.

A conselheira Carmen Negrão expressou que a proposta de aprimoramento do material é boa. Ela agradeceu a apresentação, mas ressaltou a importância de ler o material mais detalhadamente, pois isso complementaria seu conhecimento e permitiria que ela contribuísse de forma mais efetiva. Ela defendeu a necessidade de contribuir e melhorar o material continuamente, pois acredita que ele sempre pode ser aprimorado, porém, defendeu que ele deveria, sim, ser lançado neste primeiro ciclo.

A Presidente Roberta sugeriu um encaminhamento para o material. A proposta é lançá-lo publicamente por meio de uma apresentação. Após o lançamento, seria aberto um período de maturação para que conselheiros estaduais e municipais, bem como o público em geral, pudessem contribuir para a melhoria do material. Para isso, seria disponibilizado um link para receber as contribuições. A secretária considerou essa uma excelente metodologia, pois o material não ficaria restrito ao Conselho de Política Cultural, mas poderia ser aprimorado pelo conjunto de interessados.

O conselheiro Shaolin Barreto retomou a palavra para reforçar um ponto de atenção. Ele concordou que o material deve ser aprimorado, mas alertou para a questão da temporalidade. Ele lembrou que o processo de escutas públicas termina no final do mês. Se o material demorar mais uma semana ou dez dias para ser lançado, ele não fará mais sentido para este ciclo.

O conselheiro também ressaltou que a gestão do conselho está terminando. Se o material não for lançado agora, ele não será um produto deste colegiado. Ele frisou que nada garante que o próximo conselho, com uma nova comissão e novas pessoas, irá manter as mesmas ideias, podendo fazer com que todo o trabalho realizado perca o sentido. Por isso, a única janela para o lançamento é neste mês, antes do encerramento do processo.

A conselheira Gilcéia iniciou sua fala parabenizando todos os envolvidos na elaboração da cartilha, nomeando especificamente: Adriano, Fernanda, Binho, Shaolin, Carmen, Ariane, Daniel, Thiago, e outras pessoas que colaboraram.

Ela fez um apelo ao Conselho para que se aproprie do material, lembrando que a comissão já havia compartilhado as informações. Ela reforçou a pergunta do conselheiro Shaolin sobre o legado da atual gestão: "O que nós vamos entregar?".

Ela mencionou a conferência e o plano como entregas já realizadas, mas questionou o que o Conselho está fazendo para orientar outros conselhos.

Gilcéia concordou que o material precisará de aprimoramento no próximo ano, pois novas questões surgirão. No entanto, ela defendeu que, para o momento atual, os conselheiros deveriam dar um voto de confiança ao trabalho da comissão e lançar o material "para ontem", pois a comunidade necessita desse passo a passo.

A conselheira Fernanda Adão solicitou que sua fala fosse registrada em ata de forma literal:

"Gente, Eu estou falando aqui o meu entendimento, né? Nosso regimento prevê grupos de trabalho, né? Essas instâncias que trabalham ali no micro e trazem para a plenária, né? Inclusive, desde ontem, nós estamos vivenciando aqui a apresentação de vários documentos que já estão prontos, que estão lindos, estão maravilhosos. Só que, quando se fala de 'escutatória' como diretriz e execução de participação social, eu peço desculpas, mas eu não tenho esse entendimento. A participação social, para além das escutórias, das escutas, precisa levar os resultados dessas escutas para as plenárias das instâncias previstas no sistema nacional de cultura, que são os Conselhos.

Então, estamos aqui debatendo no nível nacional. Foi demandada essa cartilha, o grupo trabalhou, fez um trabalho maravilhoso, mas isso aí não é um rascunho, isso já é um produto pronto. E isso até me incomoda, porque é como se eu estivesse falando: 'Poxa, vocês já fizeram todo esse trabalho, e aí agora a gente vai mexer?' Por que não apresentou para a gente antes, então, uma minuta, antes de diagramar, colocar toda essa coisa linda, para que a gente pudesse opinar? Porque a participação social, na minha visão, também está vinculada a um momento de deliberação dos Conselhos de cultura que existem para isso. Então, nós existimos para isso.

Poxa, foi feito o material. Agora, a gente precisa ler. Mais uma vez, eu tenho que citar algo que eu falei ontem, vou ser redundante. Se esse material tivesse sido encaminhado para nós semana passada, a gente já teria feito essa avaliação e já apresentaria aqui nossas observações só para fazer os ajustes, as complementações, inclusive com relação a fluxo. Eu poderia já ter feito uma proposta de fluxo simplificado, mandar para vocês, apresentar aqui na reunião para contribuir e, semana que vem, isso já estar na rua.

Mas é aquela coisa: faz grupo de trabalho e o grupo de trabalho delibera e fecha o documento. Ou tem alguns representantes do CNPC que estão lá para contribuir com o trabalho e trazer para a plenária. Isso não está acontecendo. Isso precisa acontecer. Enquanto não acontecer, nós vamos sempre — vou falar por mim — fazer questionamento de complementação e evolução, porque eu não tive acesso ao material antes. Tenho certeza que é um material extremamente robusto, só que eu não li. Então, precisamos ler. E mais uma vez, eu destaco: se somos deliberativos, precisamos atuar como entidade e instituição deliberativa que tem seus grupos de trabalho, que geram insumos para o trabalho da plenária.

*Fica meu registro. Gostaria que isso fosse registrado *ipsis literis* na ata. Essa minha última fala. Muito obrigada."*

O conselheiro Thaynã expressou total concordância com a fala da conselheira Fernanda Adão. Ele afirmou que, apesar de ser positivo que o material esteja

pronto, não é o momento ideal para o seu lançamento. Ele informou que seu município já subiu seu PAR proposta e que conhece outros que também já o fizeram. Para ele, o material deveria ter sido disponibilizado no início do processo, mencionando que a discussão sobre a cartilha começou no ano anterior. O conselheiro criticou a forma de operar do Ministério, que, na sua visão, não dá a devida prioridade aos temas do Conselho. Ele concluiu que a conquista da cartilha, embora seja uma vitória, perde o seu valor por conta do tempo.

Quanto aos encaminhamentos, considerando o prazo apertado, o conselheiro sugeriu que o material seja distribuído o mais rápido possível por meio dos e-mails da gestão. Ele também propôs que a equipe ajude no envio do material para os gestores, e que os conselheiros o compartilhem com seus respectivos conselhos. Ele enfatizou a necessidade de o material ser levado ao Conselho para que seja aperfeiçoado. Por fim, Thaynã solicitou que o material seja impresso e distribuído na próxima reunião, para que possa ser enviado diretamente para os estados e municípios.

A Presidente Roberta iniciou sua fala agradecendo a compreensão do conselheiro Thaynã. Ela retomou sua proposta de encaminhamento: lançar o material agora, abrir um processo de aperfeiçoamento e, posteriormente, publicar uma segunda edição. Ela questionou se havia alguma oposição a essa proposta, reforçando a urgência mencionada por Thaynã. A secretária explicou que a dúvida principal era se o material seria lançado imediatamente e aprimorado depois, ou se seria guardado para o próximo ciclo.

Ela concordou com quase todas as colocações feitas pelos conselheiros e mencionou que a gestão está trabalhando para melhorar a qualidade dos fluxos internos com a chegada de novos servidores e coordenadores, incluindo o retorno de Maria Paula, o que, segundo ela, vai melhorar o trabalho do setor. A secretária solicitou que fosse registrado em ata seu compromisso de que os materiais de contribuição do CNPC sejam sempre validados no texto final. Ela garantiu que a Secretaria Executiva do CNPC, por meio de Júnior, fará esse acompanhamento direto em seus despachos.

O encaminhamento foi aprovado por consenso.

Por fim, a Presidente Roberta expressou sua satisfação com o debate e a construção conjunta. Em tom de despedida, ela agradeceu a todos e reforçou o compromisso do governo do Presidente Lula com as instituições democráticas e os conselhos, e manifestou o desejo de ter um Conselho de Cultura forte, atuante e participativo em todo o país. A reunião foi encerrada.

Encaminhamentos

Ação	Responsável	Prazo de execução
------	-------------	-------------------

Criação de um cronograma de regulamentação do Sistema Nacional de Cultura.	Sandro e Junior	
Consulta ao MGI sobre o Plano de carreias dos servidores da cultura	CNPC (Falar com Bruna)	Próxima Reunião do CNPC
Oficina online de metas com CNPC sobre o PNC.	Coordenação Geral do CNPC/SAFCC	Início de Setembro (Falar com SGE, podendo ser presencial e incluir outros temas).
Solicitou que seja convidado um representante da secretária de direitos autorais para falar sobre a questão do marco regulatório dos povos e comunidades tradicionais.	Conselheiro Thaynã	Próxima Reunião do CNPC SDAI
Sugestão de pauta: 1) Qual é a pauta legislativa da cultura nacional? 2) PNC; 3) as questões do VoD 4) a questão dos direitos conexos; 5) lei da inteligência artificial.	Coordenação Geral do CNPC	Próxima Reunião do CNPC SADAÍ VoD – SE e SAV
2º Seminário de Emergências Climáticas (conselho cobrou)	SAFCC	Falar com Desireé
Seja incluída a representação do CNPC no Comitê de governança e monitoramento do PNC com base na lei 14.835 de 2024.	Solicitação da Presidente Roberta(Junior e Samam)	Falar com SGE
Inserir pauta na RO CNPC: 1) cultura e justiça ambiental, 2) internacionalização da cultura.	Solicitação Pai Geová	Vincular ao PNC e ao 2º Seminário de Emergências Climáticas

Audiência com a FUNARTE para conversar sobre as bandas de músicas da Bahia	André Luís	Como encaminhar
Formação sobre Transparência, Ouvidoria e apuração de denúncias no serviço público.	DAST Roberta	Formação Virtual
Realização de uma reunião da Câmara Setorial em formato de imersão para definir a reformulação do CNPC e apresentá-la à Ministra e ao plenário do CNPC e membros importantes da sociedade civil.	Secretária Roberta	15 a 19/09 (Tem 3 reuniões que antecedem:
O Conselheiro Thaynã solicitou que sua fala sobre a Câmara Temática que trata da reformulação do CNPC (página 18 em diante) fosse incluída no relatório sobre o tema constante no SEI, o qual informou já ter enviado contribuições e não estar de acordo.	Equipe CNPC	Imediatamente
Instalação das Câmaras Temáticas que acompanham o CNPC.	Solicitação Presidente Roberta	Imediatamente
Material sobre Participação Social na PNAB: Impressão e distribuição do material na próxima reunião, para que possa ser enviado diretamente para os estados e municípios.	Equipe do Ministério da Cultura	Próxima Reunião do CNPC Guilherme Live já aconteceu.

<p>Anexação da moção da Conselheira Fernanda Adão ao processo interno para apuração da denúncia de quebra de confiança no grupo de conselheiros titulares e suplentes da sociedade civil.</p>	<p>Ministério da Cultura, por meio da Secretaria Executiva e assessoria jurídica.</p>	<p>Imediatamente Apuração interna deve ser encaminhada. Falar com Ana Vitória.</p>
<p>Comunicados oficiais do Ministério e da equipe do CNPC serão feitos por e-mail, e não mais pelo grupo geral de WhatsApp, com o objetivo de proteger os membros e garantir a segurança das informações. O material da cartilha e do guia sobre participação social na PNAB será lançado imediatamente, mas um processo de aprimoramento será aberto para que uma segunda edição possa ser publicada posteriormente com contribuições de conselheiros e público em geral.</p>	<p>Presidente RobertaMartins</p>	<p>A partir de agora. Guilherme</p>
<p>Formalizar solicitação à presidência do Iphan, em nome do Conselho, para que se obtenha uma resposta sobre o status do grupo executivo responsável pela elaboração do Plano Nacional Setorial do Patrimônio Cultural.</p>	<p>Presidente Roberta em resposta ao Conselheiro Maurício Cândido (ICOM Brasil)</p>	<p>Imediatamente Fazer ofício, Junior assina como secretário executivo.</p>

<p>Moção do Conselheiro Thaynã contra o PL 2559/2021: sejam enviadas ao gabinete da Ministra para que, em seguida, seja encaminhada às comissões correlatas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, incluindo as comissões de cultura e de meio ambiente.</p>	<p>Presidente Roberta: pediu a atenção do Secretário-Executivo do CNPC Júnior Afro.</p>	<p>Imediatamente. Fazer os tramites necessários. Publicação no DOU. PL Devastação</p>
<p>Moção do Conselheiro José Facury contra aprovação de lei sobre a cultura Gospel: Presidente Robertapropôs que seja formada uma comissão de conselheiros que se disponham a preparar um material mais consistente a ser apresentado na próxima reunião ordinária do Conselho.</p>	<p>Presidente Roberta.</p>	<p>Próxima reunião ordinária do Conselho. Cultura Gospel.</p>

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Nome	Função	Contato (e-mail de contato oficial):
<p>DANIEL "SAMAM" BARBOSA BALABRAM</p>	<p>COORDENADOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC</p>	<p>daniel.balabram@cultura.gov.br</p>
<p>ANGÉLICA BAGGIO LAGO</p>	<p>COORDENADORA DE APOIO AOS COLEGIADOS SETORIAIS SUBSTITUTA</p>	<p>angelica.baggio@cultura.gov.br</p>
<p>GUILHERME MENDES RENNÓ ROSA</p>	<p>TÉCNICO DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL</p>	<p>guilherme.rosa@cultura.gov.br</p>